

ENSINO, COMUNICAÇÃO e DEZINFORMAÇÃO

- Volume I -

(Des)construindo Conceitos

Organizadores:

Gilson Pôrto Jr.

Helena Carla Castro

Sinomar Soares de Carvalho Silva



Observatório
Edições

Audiodescrição:

Capa do Livro Ensino, Comunicação e Desinformação. Volume I: Desconstruindo Conceitos. Organizadores: Gilson Pôrto Jr., Helena Carla Castro e Sinomar Soares de Carvalho Silva. Publicado sob o selo Observatório Edições. Capa retangular vertical com fundo em cores quentes e frias, com imagens de meios e espaços de comunicação desfocados. A capa apresenta um design abstrato e colorido, com diversas linhas e formas geométricas sobre um fundo predominantemente azul escuro. As linhas e formas são desenhadas em várias cores, como verde, rosa, branco e roxo, criando uma sensação de movimento e complexidade. O título do livro está centralizado na parte inferior da imagem, com a palavra "Desinformação" destacada em letras maiúsculas, sendo que a letra "S" está invertida em amarelo, chamando a atenção. No rodapé a logomarca, alinhado à direita: Observatório Edições e alinhado à esquerda o nome dos organizadores Gilson Pôrto Jr., Helena Carla Castro e Sinomar Soares de Carvalho Silva. Fim da audiodescrição.

Gilson Pôrto Jr.
Helena Carla Castro
Sinomar Soares de Carvalho Silva
(Org.)

**ENSINO, COMUNICAÇÃO E
DESINFORMAÇÃO: VOL. 1 –
(DES)CONSTRUINDO CONCEITOS**

Observatório Edições
2024

Diagramação/Projeto Gráfico: Gilson Pôrto Jr./ Sinomar Silva
Arte de capa: Adriano Alves.

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pelo Selo Observatório/OPAJE estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Dados Internacionais de Catalogação
Código de Catalogação Anglo-Americano AACR2

L714

Ensino, Comunicação e Desinformação: vol. 1 – (Des)construindo conceitos [recurso eletrônico]. / Organização: Gilson Pôrto Jr. Helena Carla Castro e Sinomar Soares de Carvalho Silva -- Palmas, TO: Observatório Edições, 2024.
211 p.

Contém bibliografia
ISBN 978-65-981820-8-3.

1. Ensino. 2. Comunicação. 3. Educação. 4. Desinformação. I. Pôrto Jr, Gilson. II. Castro, Helena Carla. III. Silva, Sinomar Soares de Carvalho.

CDD 658.4092
CDU 658:005.51
LCC HD57.7

Marcelo Diniz – Bibliotecário – CRB 2/1533. Resolução CFB 184/2017.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Observatório Edições e/ou do OPAJE/UFT. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Todos os artigos passaram por avaliação dos pares.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

REITOR
Prof. Dr. Luís Eduardo Bovolato

Pró-Reitor de Graduação
Prof. Dr. Eduardo Cezari

VICE-REITOR
Prof. Dr. Marcelo Leinerker
Costa

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Prof. Dr. Raphael Sanzio Pimenta

Pró-Reitor de Extensão e Cultura
Profa. Dra. Maria Santana Ferreira dos Santos

Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT)

Dra. Erika da Silva Maciel
Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior
Dr. Fernando Rodrigues Peixoto Quaresma
Dr. José Lauro Martins
Dr. Nelson Russo de Moraes
Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Dra. Marli Terezinha Vieira

SELO EDITORIAL Observatório/OPAJE CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE
Prof. Dr. José Lauro Martins

Membros:

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP),
Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Universidade do Tocantins (UNITINS), Brasil

Profa. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
Universidade de Caxias do Sul; Universidade Federal do
Amazonas, Brasil

Profa. Dra. Thais de mendonça Jorge
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Prof. Dr. Fagno da Silva Soares
Clío & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História
Oral e Memória – Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Brasil

Prof. Dr. Luiz Francisco Munaro
Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Prof. Dr. José Manuel Pelóez
Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes
Universidade Estadual do Tocantins, Brasil

Como Referenciar ABNT NBR 6023/2018

Documento no todo

PÔRTO JR, Gilson; CASTRO, Helena Carla; SILVA, Sinomar Soares de Carvalho (org.). **Ensino, Comunicação e Desinformação: vol. 1 – (Des)construindo conceitos**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2024. 211 p. ISBN 978-65-981820-8-3.

Nos Capítulos

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. *In*: PÔRTO JR, Gilson; CASTRO, Helena Carla; SILVA, Sinomar Soares de Carvalho (org.). **Ensino, Comunicação e Desinformação: vol. 1 – (Des)construindo conceitos**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2024. ISBN 978-65-981820-8-3.

SUMÁRIO

PREFÁCIO / 9

Gilson Pôrto Jr., Helena Carla Castro e Sinomar Soares de Carvalho Silva

CAPÍTULO 1: MAPEAMENTO DE INICIATIVAS PARA COMBATER A DESINFORMAÇÃO ONLINE NO BRASIL E NA ITÁLIA: o papel das universidades públicas / 13

Liziane Guazina e Francesco Amoretti

CAPÍTULO 2: SUBSÍDIOS PARA UMA POLÍTICA CONTRA A DESINFORMAÇÃO / 35

Thaís de Mendonça Jorge

CAPÍTULO 3: MALINFORMATION: o uso da verdade para desinformar / 57

Leonardo Pinheiro da Silva e Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior

CAPÍTULO 4: A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E AS ELEIÇÕES BRASILEIRAS / 77

Paulo Henrique Freire Boudette Ferreira, Janaína Silva de Souza, Márcia Maria e Silva e Ruth Maria Mariani Braz

CAPÍTULO 5: GAMES COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA ERA DIGITAL: Promovendo a Conscientização e Análise Crítica de Informações / 99

Igor Arnaldo Soares de Alencar e Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

CAPÍTULO 6: HISTÓRIAS QUE TRANSFORMAM: reflexões sobre gênero, incluindo diversidade / 117

Alessandra Furtado de Oliveira, Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior, Jacqueline de Faria Barros Ramos, Célia Maria Adão de Oliveira Aguiar de Sousa e Ruth Maria Mariani Braz

CAPÍTULO 7: UM DEBATE SOBRE A DESINFORMAÇÃO A PARTIR DOS CONCEITOS DE INDÚSTRIA CULTURAL E SEMIFORMAÇÃO EM ADORNO / 131

Paulo Sérgio Gomes Soares e Wesley Pereira de Souza

CAPÍTULO 8: REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DA DESINFORMAÇÃO E DAS FAKE NEWS EM IMUNIZAÇÕES NO BRASIL / 161

Flávia Silva de Souza, Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior e Robisom Calado Damasceno

CAPÍTULO 9: FOLK FALSIFICAÇÃO: falsas origens para formas de expressão de um povo / 181

Gabriel Contini Abilio

ÍNDICE REMISSIVO / 203

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES / 205

A mentira, a deformação da verdade para a construção de outros cenários, sempre esteve entre nós. O romancista Philip Roth – talvez o mais importante autor americano do Século XX - definiu a mentira em seu livro “Homem comum” como uma maneira vulgar e desprezível de controlar outra pessoa, de a ver agindo com base em informações incompletas, uma humilhação. Este livro retrata um homem no fim da vida abordando perdas, arrependimentos, em um contexto pessoal.

Contudo, chegando ao fim do primeiro quartel do século XXI, nos deparamos com a presença da deformação da verdade, com a mentira e a desinformação em uma escala preocupante, não apenas em contextos pessoais e diferentemente do abordado na obra de Philip Roth, não apenas humilhando, mas causando danos à saúde pública e à democracia. Dito de uma forma mais clara, matando pessoas.

Esta coletânea é composta por textos que abordam diversas tendências nos debates sobre desinformação. Como texto de abertura, escolhemos a obra de Liziane Guazina e Francesco Amoretti, no Capítulo 1, sobre o papel das universidades públicas na liderança de projetos que busquem minimizar a desinformação. Entendemos que a academia é parte fundamental nas propostas de

solução deste problema. O texto mapeia iniciativas para combater a desinformação online no Brasil e na Itália.

Continuando de maneira propositiva, o Capítulo 2 conta com o texto de Thais de Mendonça Jorge que oferece contribuições para uma política de combate à desinformação, identificando 10 problemas principais e sugerindo soluções para cada um deles.

O Capítulo 3 aborda um dos conceitos importantes da desinformação, a *malinformation*, que ocorre quando a verdade é deliberadamente manipulada para disseminar desinformação. Assinam o texto Leonardo Pinheiro da Silva e Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior.

Paulo Henrique Freire Boudette Ferreira, Janaína Silva de Souza, Márcia Maria e Silva e Ruth Maria Mariani Braz assinam o Capítulo 4, com um texto sobre as eleições brasileiras de 2018, marcadas pelo significativo aumento da desinformação por meio das redes sociais. O texto faz uma importante análise sobre os impactos nas notícias falsas no andamento da disputa eleitoral.

Se as redes sociais causam impactos em processos eleitorais, a face mais visível das democracias, um dos mais importantes meios de combate à desinformação presente nestas redes é a análise crítica das informações. O texto de Igor Arnaldo Soares de Alencar e Francisco Gilson Rebouças Porto Junior, no Capítulo 5, analisa a eficácia dos jogos como recurso educacional na era digital, destacando seu papel na promoção da conscientização e no desenvolvimento de habilidades de análise crítica de informações.

Na mesma linha, de uma leitura crítica, o texto no Capítulo 6, assinado por Alessandra Furtado de Oliveira, Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior, Jacqueline de Faria Barros Ramos, Célia Maria Adão de Oliveira Aguiar de Sousa e Ruth Maria Mariani Braz, analisa o impacto dos contos infantis na formação cognitiva, emocional e social das crianças, com foco na desconstrução de estereótipos de gênero, inclusão de personagens com deficiência e combate à desinformação.

O texto que apresentamos no Capítulo 7, analisa a desinformação disseminada nas redes sociais relacionando-a com o conceito de semiformação, presente na obra do filósofo alemão Theodor W. Adorno.

No Capítulo 8 apresentamos um texto sobre o impacto da desinformação no Programa Nacional de Imunizações, que completou 50 anos em 2023 e em função da desinformação tem visto o retorno de doenças já erradicadas em função da diminuição da cobertura vacinal. O texto é assinado por Flávia Silva de Souza, Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior e Robisom Calado Damasceno.

A coletânea é finalizada com o texto de Gabriel Contini Abilio, no Capítulo 9, sobre formas de desinformação que causam desordem informacional para falsificar a memória histórica presente na cultura popular.

Além de desejar boa leitura, ansiamos que esta coletânea seja um alerta sobre a necessidade premente do debate sobre os males que a desinformação causa à sociedade, com potencial de transformá-la naquilo que não queremos; um local onde a verdade é ocultada pela mentira, que causa muito mais que engano e humilhação!

Palmas, Tocantins, setembro de 2024

Gilson Pôrto Jr.
Helena Carla Castro
Sinomar Soares de Carvalho Silva

MAPEAMENTO DE INICIATIVAS PARA COMBATER A DESINFORMAÇÃO ONLINE NO BRASIL E NA ITÁLIA: o papel das universidades públicas

Liziane Guazina
Francesco Amoretti

Introdução

Eventos como a emergência pandêmica e a guerra na Ucrânia influenciaram governos e a comunidade científica internacional sobre a questão da desinformação e das *fake news* nas plataformas digitais, alterando a dinâmica da opinião pública, e intensificando o debate sobre a regulamentação do conteúdo nas plataformas de mídia social, assim como sobre os limites legais da liberdade de expressão (Recuero, 2020; Recuero et al., 2022; Tucker et al., 2017; Barberá, 2020; Cinelli et al., 2021).

A literatura internacional tem se concentrado no papel da desinformação na crescente polarização e disseminação de conteúdos extremistas, como o discurso de ódio, que ameaça as democracias em todo o mundo. Além disso, o recente debate público sobre inteligência artificial na disseminação de

desinformação em plataformas digitais chamou a atenção para as implicações associadas ao desenvolvimento de tecnologias inovadoras que potencializam a produção e o consumo de conteúdo de desinformação em sistemas de mídia híbrida (Amoretti, 2023).

Este artigo destaca um aspecto ainda pouco explorado de modo comparativo: identificar iniciativas para fortalecer a resiliência das instituições democráticas e das culturas da sociedade civil no combate à desinformação online em diferentes contextos. Analisamos qualitativamente as contribuições relevantes da sociedade civil e das iniciativas públicas no Brasil e na Itália, com foco especial no papel de duas iniciativas nacionais lideradas por universidades públicas: a Rede Nacional de Combate à Desinformação – RNCD – REDE NACIONAL DE COMBATE À DESINFORMAÇÃO, liderada pela Universidade Federal do Piauí, no Brasil, e o Projeto SERICS/SPOKE 2, liderado pela Universidade de Salerno, na Itália. São países do Sul e do Norte Global com diferentes origens históricas, sociais e políticas inseridas em diferentes padrões regulatórios digitais. Apesar dessas diferenças, ambos os países podem ser caracterizados pelo uso intensivo de plataformas de mídia social e pela alta influência de campanhas de desinformação na comunicação política e na esfera pública. Os projetos analisados fazem parte de esforços nacionais para contrastar e minimizar os efeitos da desinformação online na vida pública, e funcionam como hubs de uma pluralidade de iniciativas.

A seguir, discutiremos os contextos nacionais e destacaremos o impacto da desinformação nas democracias brasileira e italiana contemporâneas. Em seguida, identificaremos cada contexto nacional, os atores, os mecanismos legais e as ferramentas de cada iniciativa, e descreveremos como as experiências analisadas podem inspirar outras iniciativas em contextos semelhantes.

2. Materiais e Métodos

Para a realização desta pesquisa, foram consultados documentos oficiais, relatórios e dados nos sites oficiais de ambos os projetos analisados. Todos os dados estão disponíveis na RNCD – REDE NACIONAL DE COMBATE À DESINFORMAÇÃO (<https://rncd.org/>) e Projeto SERICS/SPOKE 2 (<https://serics.eu/en>) Além disso, no caso do Brasil, entrevistamos a professora Ana Regina Rego, da Universidade Federal do Piauí, Brasil, idealizadora e coordenadora geral da Rede Nacional de Combate à Desinformação – RNCD para coletar informações mais detalhadas sobre o processo de organização da rede no país. A análise foi desenvolvida de forma qualitativa e exploratória.

3. Análise

3.1. O contexto brasileiro de combate à desinformação

O recente crescimento do conteúdo de desinformação no ambiente digital brasileiro é um fenômeno complexo e deve ser compreendido considerando as especificidades da América Latina e da história política brasileira. Como nos lembram Mancoso et al. (2023, p.2), devemos considerar que o fenômeno da desinformação se refere tanto a elementos transnacionais contemporâneos - como a reconfiguração do ecossistema midiático, as *affordances* tecnológicas e a crescente plataformização da política - mas também está ligado a práticas personalistas bem conhecidas do passado.

No caso do Brasil, os autores apontam que o uso de narrativas falsas ou manipuladas também fez parte de estratégias políticas em governos ditatoriais ou períodos eleitorais. Além disso, a alta concentração da propriedade da mídia limitou a pluralidade de informações no país por décadas.

Por outro lado, o Brasil ainda não possui um arcabouço regulatório robusto para o funcionamento de plataformas, mídias sociais e aplicativos de mensagens (Alves et al., 2023). Desde as eleições de 2018, nas quais o populista de extrema-direita Jair

Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil com uma campanha política realizada nas redes sociais usando conteúdos de desinformação, a disseminação de desinformação em ambientes digitais tornou-se um dos temas mais proeminentes na agenda pública brasileira. Durante a pandemia de COVID-19, a desinformação antivacina foi disseminada nas redes sociais por políticos e autoridades, incluindo o então Presidente da República (Recuero et al., 2022; Seibt & Dannenberg, 2021; Soares et al., 2021).

Nascimento et al. (2022) apontaram para a existência de um ecossistema de desinformação multiplataforma caracterizado pelo "uso sistemático e estratégico de ferramentas, tecnologias e serviços que possibilitam a criação e disseminação de desinformação por meio de diferentes plataformas, como redes sociais, sites de notícias e aplicativos de mensagens" (p. 6). Segundo os autores, esse ecossistema "permite que disseminadores de desinformação criem e compartilhem conteúdo falsificado e/ou enganoso em diferentes plataformas sem ter que recriar o conteúdo do zero para cada plataforma" (p. 6).

Para Alves et al. (2023), a falta de correção levou a Justiça Eleitoral a propor mecanismos às plataformas para contenção e remoção de conteúdo de desinformação durante a campanha eleitoral de 2022. De acordo com Martins (2022, online), somente nas 36 horas que antecederam o segundo turno, 700 URLs contendo discurso de ódio e desinformação foram retiradas das plataformas digitais por decisão da Justiça Eleitoral. O papel do Poder Judiciário, especialmente do Supremo Tribunal Federal e da Justiça Eleitoral, em responder à circulação de desinformação online durante a campanha eleitoral colocou estas instituições no centro dos ataques contra o sistema eleitoral, promovendo instabilidade política.

Ainda de acordo com Alves et al. (2023), as falsas narrativas envolvendo revisionismo histórico sobre ditadura militar e fraude do sistema eleitoral difundidas por apoiadores de Bolsonaro promoveram a ideia de "salvação da nação" pelos militares no caso

da vitória eleitoral de Lula da Silva. Esse tipo de conteúdo de desinformação teria preparado o terreno para um golpe de Estado, espalhando desconfiança no processo democrático (Alves et al., 2023). De fato, as narrativas de fraude eleitoral foram centrais para mobilizar os grupos insurrecionais e foram utilizadas nas campanhas de Bolsonaro não apenas em 2022, mas também em 2018 (Bastos & Recuero, 2023).

Após a insurreição de 8 de janeiro de 2023, quando os partidários de Bolsonaro invadiram a sede do governo federal brasileiro (Palácio do Planalto), o Parlamento e o Supremo Tribunal Federal, em Brasília, o debate sobre a circulação de desinformação em plataformas digitais ultrapassou os limites dos estudos acadêmicos e alcançou o debate público mais amplo.

Alves et al. (2023) apontaram que a conjuntura política brasileira revelou como as políticas de moderação da plataforma não foram suficientes para conter reivindicações antidemocráticas e apelos à intervenção militar no governo, indicando a necessidade de articulação de múltiplos agentes sociais no sentido de desenhar e implementar mudanças na legislação que permitam uma espécie de regulamentação – ou Código de Conduta – para o funcionamento das plataformas sociais.

Nesse sentido, as discussões de políticas públicas têm mobilizado esforços da sociedade civil, da mídia e das instituições públicas para promover a regulamentação das plataformas digitais e criar novas iniciativas para combater o uso de informações falsas, notícias falsas e teorias da conspiração em larga escala no país. Alves et al. (2023) identificaram cinco grupos de *key players* que lideraram as respostas brasileiras à circulação de conteúdo de desinformação durante a campanha de 2022.

Os autores mostram que esses grupos de atores representavam coalizões importantes da sociedade civil e instituições para enfrentar a desinformação no Brasil e incluíam:

- o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral, que ampliou seu poder legal para aplicar sanções e decidir a exclusão de conteúdo de desinformação das mídias sociais,
- os influenciadores que responderam a falsas alegações contra o sistema eleitoral e fraude nas urnas em tempo real,
- a mídia tradicional e suas agências de fast-checking que lideraram as ações de verificação de fatos,
- a coalizão política contra Bolsonaro, que articulou diferentes partidos e movimentos da esquerda à centro-direita em campanhas de resposta às falsas narrativas, e
- universidades e organizações não governamentais, ambas responsáveis por promover a educação midiática, coletar dados e monitorar táticas e narrativas de desinformação nas plataformas sociais e digitais e promover o debate público contra a manipulação ou informações enganosas.

A mobilização coletiva de pesquisadores de universidades públicas do Brasil, em parceria com ONG's, movimentos sociais, coletivos indígenas, mídia tradicional, agências de checagem de fatos, fundações internacionais e outros agentes, contribuiu para a disseminação de estratégias, técnicas, métodos de detecção de informações manipuladas e protocolos de checagem e desmascaramento de fatos, ampliando o impacto de projetos acadêmicos altamente qualificados de combate à desinformação em comunidades de baixa renda e em diferentes territórios.

Aqui, destacaremos uma iniciativa nacional criada em 2019 após a eleição de Bolsonaro, com o escopo de enfrentar a circulação de desinformação política no país: a REDE NACIONAL DE COMBATE À DESINFORMAÇÃO (RNDC), que reúne uma ampla rede de laboratórios de pesquisa, associações científicas, universidades, bem

como coletivos, movimentos sociais, grupos religiosos e indígenas e organizações da sociedade civil¹.

A iniciativa da RNCD ganhou relevância no cenário pandêmico em 2020 e no contexto político em 2022 e pode ser considerada uma das iniciativas mais importantes no enfrentamento dos esforços de desinformação no Brasil. De acordo com a professora da Universidade Federal do Piauí, Ana Regina Rego, idealizadora e coordenadora nacional da RNCD, a primeira ideia de uma rede nacional de combate à desinformação surgiu em 2019. Em seguida, a professora Rego apresentou uma proposta para obter apoio financeiro público do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPQ para seu período de pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Naquele momento, o objetivo do projeto foi conhecer as iniciativas contra a desinformação em ação no país para articular ações conjuntas, sobretudo, no âmbito do jornalismo e construir uma plataforma digital onde todos os participantes da rede pudessem ser articulados e localizados. Em 2020, a experiência da RNCD foi discutida com voluntários do Projeto Mandacaru, liderados pelo neurocientista brasileiro Miguel Nicolelis, responsável pela prevenção e combate às iniciativas da pandemia de Covid-19 no Nordeste do país, mas naquele ambiente a rede não progrediu. Pesquisadores de diferentes áreas colaboraram para identificar projetos que visavam combater a desinformação científica e de saúde.

Em 2020, o professor Edgar Rebouças, pesquisador do Observatório de Mídia da Universidade Federal do Espírito Santo,

¹ Inúmeros projetos de combate à desinformação tem sido criados e implementados nos últimos anos no âmbito das universidades federais brasileiras. Destacamos o ObservInfo, da Universidade de Brasília; o Rede Conecta, da Universidade Federal Fluminense, e o Centro de Referência para o Ensino do Combate à Desinformação - CODES, ligado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberanias Informativas (INCT/DSI) e à Universidade Federal Fluminense como iniciativas de excelência voltadas para o diálogo entre a pesquisa, o ensino e a extensão.

ingressou na RNCD para atuar como coordenador nacional de pesquisas, e em setembro daquele ano foi lançada a Rede Nacional de Combate à Desinformação – RNCD com parceria de 30 instituições, movimentos e iniciativas. Naquele momento, pesquisadores de diferentes áreas colaboraram para identificar projetos que visavam combater a desinformação científica e de saúde e ajudaram intermediando contatos com a coordenação da Rede. Atualmente, a RNCD congrega quase 200 parceiros de todo o país, e cerca de 60% dos projetos e instituições da rede estão vinculados a universidades públicas. Cada projeto ou iniciativa é independente e tem sua própria fonte de recursos financeiros. Vários projetos funcionam apenas de forma voluntária.

De acordo com o site da RNCD, a Rede "conecta projetos e instituições de diferentes naturezas que trabalham e contribuem de alguma forma para combater o mercado de desinformação" (2020, online), congregando em uma plataforma online "coletivos, iniciativas desenvolvidas no âmbito de universidades, agências, redes de comunicação, revistas, projetos sociais, projetos de comunicação educativa para a mídia e redes sociais, aplicativos de monitoramento de desinformação, observatórios, projetos de checagem de fatos, projetos de pesquisa, periódicos científicos de instituições" (2020, online).

A experiência da RNCD é baseada no trabalho colaborativo e em um modelo de governança horizontal e flexível, funcionando como um hub para projetos e ações sociais capazes de atingir diferentes estratos da sociedade brasileira. Atualmente, o trabalho da RNCD está focado em pelo menos seis eixos: (1) educação midiática, educação comunicação, literacia da mídia, (2) monitoramento do debate público e escuta social, (3) pesquisa e desenvolvimento de soluções inovadoras para minimizar e conter ameaças de desordem da informação, (4) pesquisa e (5) desenho de políticas públicas de regulação de plataformas digitais, (6) divulgação científica".

Nesse sentido, a RNCD tem participado como peça-chave em duas das mais importantes coalizões contra a desordem da desinformação no Brasil: a Sala de Articulação contra a Desinformação e a Coalizão de Direitos na Rede. Ambas as iniciativas reuniram dezenas de organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas para "elaborar estudos e articular ações para fomentar espaços digitais cada vez mais seguros, saudáveis e democráticos" durante a campanha política de 2022 (Alves et al., 2023, p.17).

O trabalho coletivo da Sala de Articulação contra a Desinformação e da Coalizão Direitos na Rede articula diretrizes, relatórios, desenho de políticas públicas e propostas relacionadas a direitos autorais em redes sociais, regulação de plataformas digitais e regulação do uso de inteligência artificial no Brasil. A maioria dessas propostas foi usada como ponto de partida para as ações do novo governo Lula da Silva para combater a desinformação e o uso político de conteúdo manipulado nas redes sociais, apesar da resistência de alguns grandes players como Google ou Telegram.

3.2. Luta contra a desinformação *na* Itália

Recentemente, a Comissão Europeia compartilhou o relatório sobre a implementação do Código de Conduta para plataformas sociais: na Itália, foram detectadas mais notícias falsas do que no resto da Europa. Nos primeiros seis meses do ano de 2023, mais de 45.000 conteúdos foram removidos do Facebook porque "violaram as políticas de desinformação prejudicial à saúde ou interferência para os eleitores nos estados membros da UE". No relatório, os resultados compartilhados pelo Google, Meta, Microsoft e TikTok, sobre sua atividade no combate à desinformação na Europa, mostram que a supremacia da Itália é resultado de uma grande lacuna em relação aos outros Estados mais afetados pela circulação de notícias falsas: na Alemanha, 22.000 conteúdos foram removidos, na Espanha 16.000, na Holanda 13.000 e na França 12.000. Mesmo no TikTok, a Itália está em primeiro lugar no ranking, com 1.334.235

contas falsas e, portanto, desativadas, 300.000 a mais do que as desativadas na Espanha e na Alemanha.

Este registro, fotografado em julho passado (2023), confirma o que já estava documentado no primeiro relatório produzido em janeiro de 2023: a Itália tornou-se, portanto, o principal e mais fértil terreno para travar uma batalha (geo)política e cultural por meio de estratégias de desinformação e disseminação de falsificações, especialmente em conjunto com a emergência pandêmica e o início da guerra russo-ucraniana. Embora haja uma necessidade urgente de ação para combater a desinformação em nível europeu, na Itália essa urgência é ainda mais dramática devido à fragilidade das instituições democráticas.

Apesar das restrições introduzidas, Facebook, Instagram, X, YouTube, TikTok e Telegram não são conhecidos por sua eficiência na contenção da desinformação, como surgiram nos primeiros meses de 2023. Devido a isso, a Lei de Serviços Digitais introduziu regras novas e rigorosas para os gigantes digitais. No entanto, a estratégia europeia não se limita - e não se limitou - à regulamentação das plataformas. Mesmo que haja inevitavelmente um jogo aberto com eles - com resultados imprevisíveis - o leque de políticas e iniciativas no campo é muito mais complexo, envolvendo uma pluralidade de atores que devem ser considerados e cujo mapa deve ser reconstruído.

Na Itália, muita atenção tem sido dada ao estabelecimento e aos objetivos do primeiro centro nacional de combate à desinformação – o Observatório Italiano de Mídia Digital (Italian Observatory for Digital Media) – na Universidade LUISS de Roma, como parte de uma rede europeia de oito centros nacionais. A rede faz parte do Observatório Europeu de Mídia Digital (European Digital Media Observatory) - um projeto financiado pela UE - que promove a luta contra a desinformação online, o desenvolvimento de serviços de verificação de fatos e o apoio a programas de alfabetização midiática. Os centros nacionais têm a tarefa de monitorar e relatar

campanhas de desinformação usando inteligência artificial e ajudar as organizações de mídia e as autoridades a expô-las. ("Notícias falsas, nasce o centro italiano contra a desinformação"). Cada polo tem a tarefa de organizar atividades de literacia mediática a nível nacional ou transnacional. Neste projeto, a colaboração com plataformas digitais, especialmente o Google, é uma coisa natural e um objetivo estratégico.

No entanto, outro projeto, menos presente nos meios de comunicação social, mas mais claramente formulado e robusto em termos das linhas de intervenção e dos sujeitos envolvidos – público, sobretudo universidades, e privado, como empresas e algumas grandes corporações – foi lançado em dezembro de 2022. Trata-se do projeto SERICS, uma iniciativa que se reveste de significado pelas suas características organizacionais – em termos de estruturas de governança – e pelos seus objetivos culturais e científicos, com implicações sistêmicas significativas.

3.2.1. SERICS – Segurança e Direitos no Ciberespaço

Entre muitas iniciativas que foram iniciadas para contrastar a proliferação de desinformação online e eventos de desinformação, nossa atenção se concentrará no projeto SERICS, financiado por fundos PNRR, particularmente em Spoke2, Desinformação e Fakes, pelo qual é responsável a Universidade de Salerno. "Constituída em conformidade com os princípios e de acordo com o regime jurídico da fundação de participação no âmbito do género mais amplo de fundações regidas pelo Código Civil e leis conexas", a Fundação SERICS, como referido na apresentação (<https://serics.eu/en/chisiamo/>), persegue objetivos de investigação científica e inovação tecnológica.

Nesta perspectiva, estabelece-se como entidade executora da parceria alargada, envolvendo *"universidades, centros de investigação, empresas para financiamento de projetos de investigação básica"*. A proposta define uma ampla agenda de

pesquisa que abrange questões técnicas, jurídicas e sociais relacionadas à segurança e privacidade e inclui pesquisadores acadêmicos e ligados à indústria com a experiência necessária para avançar nesses problemas. ("CHI SIAMO – Fondazione SERICS") Antes de descrever o Spoke 2, é útil oferecer uma breve visão geral da articulação do projeto SERICS, fornecendo uma breve descrição de cada um dos Spoke. Só assim podemos ter uma visão geral do projeto e entender melhor como a especificidade daqueles que se dedicam à desinformação se encaixa nele. A luta contra a desinformação e as falsificações só avança se for acompanhada de outras iniciativas que também levem em consideração as outras dimensões.

O SERICS é dividido em 10 SPOKE, dentro dos quais um ou mais projetos de pesquisa e linhas de ação são articulados. O objetivo do SPOKE vai desde os aspectos Humanos, Sociais e Legais (SPOKE 1), cujo principal objetivo é investigar como criar um Ciberespaço seguro e convincente, combinando sistemas tecnológicos sólidos com forte regulação do comportamento humano, até Ataques e Defesa (SPOKE 3), focado em metodologias de ataque emergentes e em métodos avançados para detecção de ataques e diretrizes para o design de sistemas de computador que *garantam vulnerabilidades reduzidas para novas categorias de ataque*.

A perspectiva tecnológica é forte no SPOKE 4, dedicado a Sistemas Operativos e Segurança de Virtualização, e no SPOKE 5, Criptografia e Segurança de Sistemas Distribuídos. As atividades do primeiro estão relacionadas ao desenvolvimento de serviços de segurança automatizados de alto nível e metodologias inovadoras de avaliação e garantia de segurança para apoiar o desenvolvimento e verificação de aplicativos em *cloud, edge* e 5G. No caso deste último, o objetivo principal é implementar "um só projeto unificador focado na noção de identificação e rastreamento digital, interpretando essa noção também a partir de perspectivas não

convencionais". O SPOKE 6, Segurança de Software e Plataforma, e o SPOKE 7, Segurança de Infraestrutura, estão preocupados com as atividades dedicadas à implementação de um ecossistema seguro por design e tecnologias de segurança de infraestrutura. Nestas áreas temáticas (AT), é política uma dimensão estratégica, dada pela construção de infraestruturas seguras a nível nacional, como se pode verificar a partir da referência à política de Cibersegurança Perimetral Nacional. As atividades e projetos do SERICS estão também fortemente ligados às políticas europeias e aos cenários que estão a surgir, procurando antecipar alguns dos desafios que as sociedades digitais do futuro previsivelmente enfrentarão. Essas preocupações estão particularmente presentes nos SPOKES restantes. A Gestão e Governança de Riscos (SPOKE 8) contribui para a ciber-resiliência de futuros sistemas e serviços caracterizados por componentes digitais cada vez mais interligados que são intrinsecamente vulneráveis, conforme exigido pela UE através dos SRI e NIS2 e pela Agência Nacional Italiana de Cibersegurança (ACN) (Italian National Agency for Cybersecurity (ACN)).

O principal objetivo do SPOKE 9, Protegendo a Transformação Digital, é estudar novas abordagens, metodologias, soluções e ferramentas que possam fornecer garantias de segurança adequadas para novos cenários de aplicação que estão surgindo hoje como consequência da forte aceleração em direção à transformação digital generalizada: de soluções financeiras a programas de administração pública e governo eletrônico; de soluções de saúde baseadas em dispositivos pessoais a tecnologias de distribuição de chaves quânticas para aplicações críticas. Todas essas transformações, como emerge de uma literatura cada vez mais rica, são baseadas, e serão cada vez mais baseadas, em uma enorme massa de dados que precisam ser governados: como coletar, compartilhar e analisar essa coleta de dados, em benefício dos indivíduos e da sociedade é o foco do SPOKE 10, Governança e Proteção de Dados. Um projeto ambicioso, não há dúvida: "se

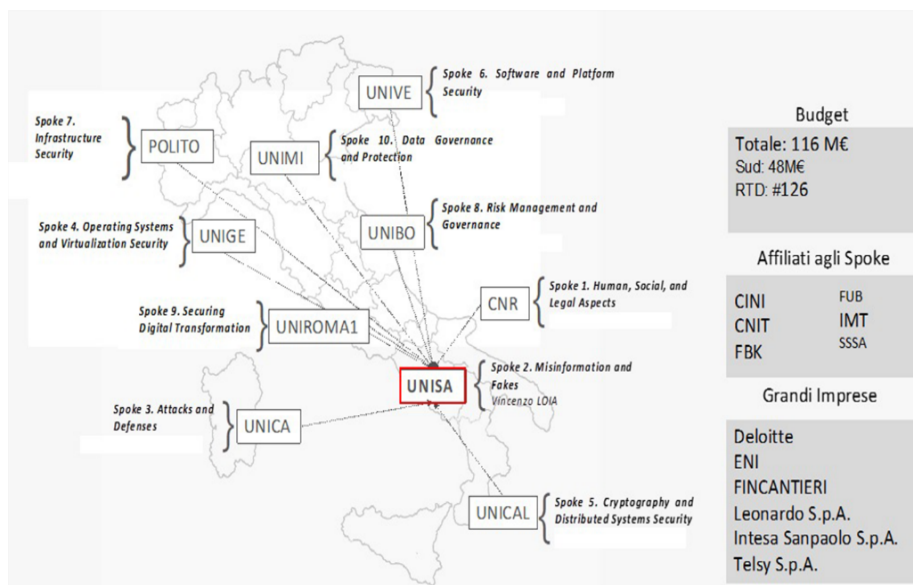
progredir nas linhas propostas, esta proposta tem o potencial de ter um grande impacto na melhoria da economia, segurança, sociedade e governança da Itália, da UE em geral e do mundo em geral". Uma perspectiva holística e interdisciplinar também sustenta o SPOKE 2, no qual agora precisamos nos debruçar.

3.2.2. Spoke 2 - Desinformação e falsificações (<https://serics.eu/en/>)

O objetivo de construir um hub para monitorar, prevenir e mitigar campanhas de desinformação está no centro deste SPOKE. Em particular, a AT visa projetar e desenvolver soluções inovadoras para identificar e gerenciar ameaças de desordem da informação que ganham vida por meio de notícias falsas e disseminação de *deep fake*. O projeto utilizará uma abordagem multidisciplinar aproveitando a automação de código aberto alcançada por meio de Análise de Inteligência, avanços recentes em Inteligência Artificial e conhecimento de ciências políticas e geopolíticas.

Em primeiro lugar, visa verificar a veracidade do conteúdo das notícias e a confiabilidade das fontes de notícias. O objetivo é implementar metodologias de análise de conteúdo de texto e multimídia para detectar padrões significativos a serem usados para encontrar tentativas de desinformação. Além disso, a análise das comunidades de mídia social fornecerá evidências das vulnerabilidades cognitivas dos participantes e ameaças relacionadas à disseminação de notícias falsas. O objetivo é projetar um sistema de alerta precoce para desmascarar informações falsas, aproveitando a integridade sintática de conteúdos e padrões relacionados aos fluxos de desinformação. A estrutura resultante visa conscientizar as pessoas sobre comportamentos de risco associados ao compartilhamento de conteúdo questionável. Além disso, a estrutura apoiará especialistas e oficiais de segurança na tomada de decisões, adotando uma abordagem humana no circuito.

Figura 1. Iniciativa geral do SERICS. O HUB geral e o Spoke 2 são coordenados pela Universidade de Salerno



O SPOKE 2 é coordenado pela Universidade degli Studi di Salerno (UNISA) e reúne várias iniciativas complementares para abordar a linha temática em sua complexidade geral (ver Figura 1). Assenta na implementação dos seguintes âmbitos de projeto: ("Allegato Técnico")

- IDA - Conscientização sobre distúrbios da informação, parceiros: Universidade de Salerno e ENI
- FF4ALL - Combate a falsificações: detecção de mídia deep fake e autenticação de mídia ao longo da vida, parceiros: IMT, UNIROMA1, UNICA, CNIT.

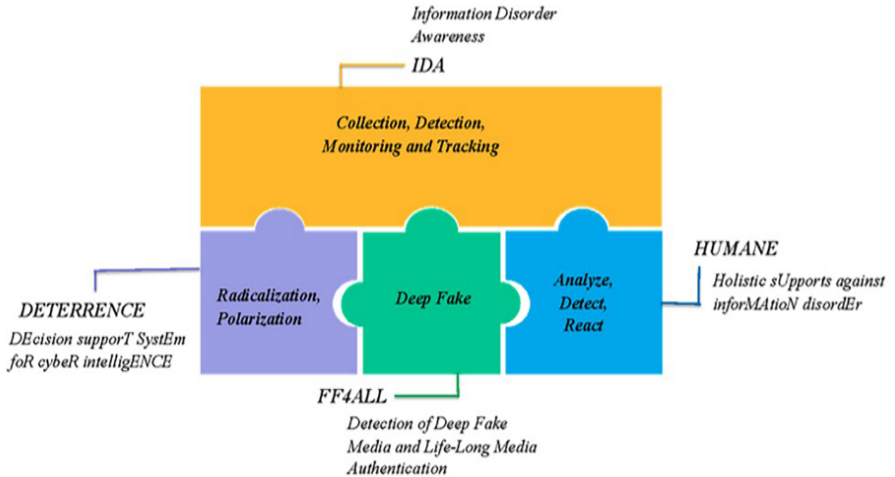
- DETERRENCE - Sistema de apoio à decisão para inteligência científica, Parceiros: IMT, UNIROMA1, UNICA, CNIT
- HUMANE - Apoios holísticos contra o transtorno da informação, Parceiros: CNR, IMT, UNIMI, UNIROMA1, ENI.

Um dos principais objetivos gerais do SPOKE 2 é abordar o problema da desordem da informação considerando todas as dimensões tecnológicas: individual, social, web, multimídia e assim por diante. Este objetivo é garantido pela complementaridade das quatro iniciativas de projeto acima enumeradas. Cada iniciativa avança com sucesso na direção certa, explorando cada dimensão da desinformação em profundidade, a partir da análise do estado da arte que será estendida e atualizada para considerar novos estímulos durante a execução do projeto.

O FF4ALL está se concentrando na definição de métodos e técnicas para detecção de deepfake. DETERRENCE enfoca o aspecto social relativo à dinâmica temporal do comportamento online coordenado. O HUMANE lida com a web e dados sociais para a identificação de métodos para detectar informações manipuladas. A IDA está se concentrando em aspectos relacionados a notícias falsas e verificação de fatos, confiabilidade da fonte, detecção de câmara de eco, descoberta de propaganda e detecção de deepfake usando medidas biométricas.

Ao mesmo tempo, o SPOKE 2 visa realizar uma abordagem holística e multidisciplinar, criando um centro de excelência equipado com instrumentos interoperáveis que instituições e empresas possam eventualmente reutilizar após a conclusão do projeto (ver Figura 2). Neste sentido, o projeto IDA pretende adotar um *framework* e normas emergentes e amplamente aceites, como o DISARM, STIX, TAXII, disponibilizando resultados de investigação num contexto de aplicação interoperável e reutilizável.

Figura 2. Iniciativas de projeto incluídas no SPOKE 2



Novos parceiros e participantes estarão envolvidos na corrida por meio de Chamadas Abertas, e os resultados do projeto incluirão plataformas de monitoramento baseadas em protótipos de *software* desenvolvidos e programas e ferramentas de alfabetização midiática para educar e treinar pessoas contra a ameaça da desinformação. Durante a execução do projeto, várias iniciativas serão tomadas ou ainda estão em andamento, como um curso universitário realizado pela UNISA e cursos de doutorado específicos sobre temas de transtornos da informação. Em relação a estes cursos, alguns dos conhecimentos e tópicos adquiridos durante a execução do projeto, bem como as primeiras ferramentas desenvolvidas nas tarefas do projeto IDA, serão incorporados nas iniciativas tomadas para melhorar o corpo de conhecimento e formação sobre os temas da desordem da informação.

4. Discussão

Neste artigo, analisamos duas experiências de combate à desinformação lideradas por universidades públicas no Brasil e na Itália. Para identificar diferenças e semelhanças em ambos os casos, destacamos quatro pontos de atenção: contexto nacional, atores, mecanismos legais e ferramentas. O contexto brasileiro é caracterizado pela falta de um marco regulatório robusto para as plataformas digitais, forte uso da desinformação em campanhas políticas e mobilização social para enfrentar os efeitos da desinformação na democracia. Nesse sentido, a experiência da *RNCD* revelou a relevância da parceria entre universidades, Poder Judiciário e sociedade civil no processo de reação social contra a indústria da desinformação e os usos políticos dos conteúdos de desinformação.

Durante o governo Lula, o governo buscou aprovar no Parlamento o Projeto de Lei 2630/2020, a chamada Lei das Fake News, que estabelece padrões para plataformas de mídia social e serviços privados de notícias para aumentar a transparência e responsabilizar as plataformas pela publicação de desinformação. Durante os debates parlamentares, grandes empresas como o Google se manifestaram contra a lei, que não foi aprovada. No entanto, outras iniciativas do governo federal em colaboração com a UNESCO se concentraram na formulação de políticas públicas de educação midiática e no combate à desinformação em saúde pública.

Por outro lado, o contexto italiano ofereceu outra visão de como lidar com **desordem informacional**. Apesar do Código de Conduta da Comissão Europeia para as plataformas sociais, a Itália continua a registrar níveis importantes de conteúdos de desinformação nas plataformas digitais. Hubs como o SPOKE constituem um projeto estratégico para desenvolver ferramentas inovadoras e tecnológicas para minimizar os efeitos do conteúdo de desinformação na vida pública e melhorar a governança da segurança cibernética.

Por fim, nossa análise exploratória mostrou que ambas as experiências demonstram o papel crucial das universidades como agentes de mudança e inovação em tempos de desconfiança da democracia. Nesse sentido, mapear a contribuição das universidades no combate à desinformação em outros países se mostra uma vertente promissora de pesquisas transnacionais sobre desinformação.

Declaração de disponibilidade de dados:

Todos os dados estão disponíveis nos sites públicos da Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD) (<https://rncd.org/>) e [Segurança e Direitos no Ciberespaço \(SERICS\)](https://serics.eu/en/) (<https://serics.eu/en/>)

Agradecimento

Os autores agradecem à professora Ana Regina Rego, da Universidade Federal do Piauí, Brasil, pela entrevista concedida em 17 de novembro de 2023.

Referências

Alves, M., Grohmann, R., Recuero, R.; & Tavares. C. (2023). **Desinformação e eleições de 2022 no Brasil: lições aprendidas com**

o contexto Sul-Sul. INCT-DSI: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberanias Informacionais <https://inctdsi.uff.br/2023/11/15/disinformation-and-2022-elections-in-brazil-lessons-learned-from-a-south-to-south-context/> [Acessado em 10 de julho de 2024]

Amoretti, F. (2023). **Introduzione: la geopolitica della disinformazione.** *Comunicação Política*. Anno XXIV, maio/agosto, 2/2023, p.157-174.

Barberá, P. (2020). Mídias sociais, câmaras de eco e polarização política. Em N. Persily & J. Tucker (Eds.), **Mídia social e democracia: o estado do campo, perspectivas de reforma** (SSRC Anxieties of Democracy, pp. 34-55). Cambridge: Imprensa da Universidade de Cambridge.

Bastos, M. & Recuero, R. (2023). A cartilha insurrecionista: Jair Bolsonaro e o Congresso Nacional do Brasil. **Mídia Social + Sociedade**, outubro-dezembro, p.1-16. <https://doi.org/10.1177/20563051231211881> [Acessado em 10 de julho de 2024]

Cinelli, M., Morales, G. De Francisci, Galeazzi, A., Quattrociochi, W., & Starnini, M. (2021) O efeito da câmara de eco nas mídias sociais. **Anais da Academia Nacional de Ciências** 118: e2023301118

Mancoso, K., Paes, A., Oliveira, T. & Massarani, L. (2023). Pesquisa em desinformação e divulgação científica: uma revisão da literatura latino-americana. **JCOM – América Latina** 06 (01), A01. <https://doi.org/10.22323/3.06010201>. [Acessado em 10 de julho de 2024]

Martins, T. (2022). **Fake news nas eleições mudaram o debate público, avaliam especialistas.** *Correio Braziliense*, https://www.correiobraziliense.com.br/holofote/2022/11/5051190-fake-news-nas-eleicoes-mudaram-o-debate-publico-avaliam-especialistas.html#google_vignette [acessado em 20 de dezembro de 2023]

Oliveira, L. F.; Cesarino, L. M., & Fonseca, P. F. C. (coords.). (2022) **Democracia digital: análise dos ecossistemas de desinformação no Telegram durante o processo eleitoral brasileiro de 2022**, vol. 2. São Paulo.

Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD). (2020). <https://rncd.org/> [Acessado em 10 de julho de 2024]

Recuero, R. (2020). #FraudenasUrnas: Estratégias discursivas da desinformação no Twitter durante as eleições brasileiras de 2018. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, 20 (3), 383-406. <https://doi.org/10.1590/1984-6398202014635>

Recuero, R., Soares, F. B., Vinhas, O., Volcan, T., Huttner, L. R.G., & Silva, V. (2022). Bolsonaro e a extrema direita: como a desinformação sobre a COVID-19 circula no Facebook no Brasil. **Revista Internacional de Comunicação**, 16, 24.

Segurança e Direitos no Ciberespaço- **SERICS** (2022). <https://serics.eu/en/> [Acessado em 10 de julho de 2024]

Seibt, T., & Dannenberg, M. (2021). Pandemia, desinformação e discurso autoritário: os sentidos das declarações de Jair Bolsonaro no Twitter a partir de checagens do Aos Fatos. **Liinc Em Revista**, 17(1), e5687. <https://doi.org/10.18617/liinc.v17i1.5687>

Soares, F., Recuero, R., Volcan, T., Fagundes, G., & Sodr e, G. (2021). Nota de pesquisa: A mangueira de incêndio de Bolsonaro: como a desinforma o sobre a Covid-19 no WhatsApp foi usada para combater uma crise política do governo no Brasil. **Revisão de desinforma o da Harvard Kennedy School**. <https://doi.org/10.37016/mr-2020-54>

Tucker, J., Theocharis, Y., Roberts, M., & Barber a, P. (2017). Da liberta o   turbulência: m dia social e democracia. **Jornal da Democracia**, 28(4), 46-59

SUBSÍDIOS PARA UMA POLÍTICA CONTRA A DESINFORMAÇÃO

Thaís de Mendonça Jorge

Introdução

As informações falsas emergiram como um componente significativo e crítico do panorama atual da comunicação. Entranhadas na sociedade, elas passaram a tensionar os debates em torno de questões sociais, políticas, econômicas e governamentais. Se notícias inverídicas sempre existiram, dois novos elementos geraram novas provocações e inquietações na população e entre os meios de transmissão: as redes sociais e a inteligência artificial.

Com ou sem intenções maliciosas, uma avalanche de informações incorretas invade a superfície outrora controlada do fornecimento de fatos pelos veículos informativos, exercendo uma influência substancial na formação da opinião pública através das redes sociotécnicas. No rol das distorções que elas podem causar estão as manipulações, a exploração das emoções – entre elas, o medo – e a exacerbação dos preconceitos; o ataque às instituições; e os danos às eleições, em países e pleitos próximos.

Este capítulo pretende oferecer contribuições a uma política contra a desinformação, ciente de que este ainda é um terreno controverso, ambíguo e pantanoso o qual, nem por isso, deve ser evitado. Ao contrário, precisa ser estudado e encarado com seriedade, a fim de que medidas sejam propostas para orientar as pessoas sobre os perigos, ao mesmo tempo em que se coíbem excessos aberrantes, porém com o cuidado de saber onde se está pisando. A formulação da questão desta pesquisa, de caráter descritivo e exploratório, baseou-se no modelo PICO, que significa: “População ou Problema”, “Interesse” e “Contexto” (LOCKWOOD, MUNN, & PORRITT, 2015).

Problema: quem são os difusores de informação falsa, por que motivos o fazem e como elaborar uma política contra a desinformação? Por um lado, uma série de medidas de regulação vêm sendo implementadas para restringir o uso de redes sociais que, muitas vezes, podem resultar em limitações à liberdade de expressão. Por outro lado, são criadas múltiplas plataformas de verificação de fatos para avaliar a fiabilidade dos conteúdos: são as agências de checagem. No entanto, as mentiras continuam a prosperar, sem governo. Numa terceira perspectiva, é importante alertar quanto à relevância de políticas coercitivas, porque organismos reguladores podem ser utilizados indevidamente para fins escusos, como para encobrir desmandos dos dirigentes, obstaculizando, por exemplo, a ação de *watchdog* da imprensa tradicional. A “população”, neste caso, é planetária, já que “a desinformação é uma questão global” (SCIRE, 2021).

Interesse: no Brasil, autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de usuários, profissionais da comunicação, acadêmicos, educadores, líderes empresariais e governamentais, ONGs e autoridades setoriais parecem estar propícios à formação de uma agenda de trabalho neste campo e, num mecanismo de colaboração, juntando sociedade e Estado, delinear soluções que combatam a desinformação e assegurem a

liberdade de expressão. Todos esses atores e a sociedade em geral estão sendo largamente afetados pela difusão de *fake news*.

Contexto: no continente europeu, a elaboração do *Code of Conduct* atualmente em vigor – para tentar regular a atuação das plataformas digitais (Facebook, TikTok, X, Google, WhatsApp, etc.) – demorou um ano e meio para ser construído, mas seus resultados ainda assim não são satisfatórios, levando as autoridades a pensar em medidas de força, ao invés de apenas um acordo tácito. No Brasil, a modernização do direito digital, a criação de autoridades setoriais com responsabilidade para exigir a retirada de conteúdo falso e a abertura de processo contra empresas e indivíduos responsáveis por crimes cibernéticos são providências que estão sendo estudadas. O contexto é o de uma “explosão discursiva” (FOUCAULT, 1988, p. 9) em torno da desinformação, caracterizada por uma “fermentação” do tema (CANAVILHAS & JORGE, 2022), o que implica excessos, exageros, levando ao que foi classificado como uma “infodemia” (MOURA, 2023).

Em termos metodológicos, este artigo apresenta uma revisão bibliográfica de vários temas envolvendo a desinformação na área de Comunicação, revisão essa que não pretende ser exaustiva, uma vez que a quantidade de trabalhos publicados vem sendo imensa; porém, a bibliografia consultada teve a intenção de visitar conceitos básicos no panorama que envolve a produção, consumo e divulgação de informações falsificadas, a fim de oferecer alguns subsídios a futuras políticas capazes de enfrentar o problema, ou pelo menos abrir o campo para novas reflexões.

O conceito

“Mentira, erro, engano, perjúrio, falso testemunho, logro, fraude, falcatura, engodo, mistificação, calúnia, difamação, embuste, cascata, lorota, distorção, trapaça, tramoia, bravata, caô, trote, 171, falácia, farsa, charlatanice.” Schneider catalogou alguns nomes em português, seja na língua culta, seja na forma de gíria, que qualificam

inverdades semeadas no entorno social; o que diferencia umas de outras é a motivação, que pode ser desde obter lucro ou vantagens políticas, até fazer pilhéria ou difundir o caos. [1,2] Frequentemente, dados falsificados atingem o consumidor encobrendo intenções criminosas, como roubar informações bancárias ou enganar para conseguir benefícios, como é o caso da pedofilia e outras formas de extorsão. Conteúdos distorcidos, ao mesmo tempo em que empregam manipulação emocional, exploram muitos preconceitos profundamente enraizados nas nossas representações sociais e políticas.

Estudiosos têm se debruçado no exame do porquê e o quê leva algumas pessoas a disseminar informação falsa. Alguns trabalhos comparam os padrões de disseminação de conteúdo confiável e questionável em vários contextos, incluindo a ciência e as teorias da conspiração, a pandemia de Covid-19, o aquecimento global, o caso das vacinas e as eleições em vários países, o que vem a revelar diferenças na dinâmica de difusão e a proeminência de determinadas fontes. Os pesquisadores também investigaram o papel do ambiente na propagação da desinformação, sublinhando como os debates polarizados podem criar um terreno fértil para a sua disseminação (GARIMELLA, WEISS, & WEST, 2021). As bolhas digitais e câmaras de eco, nas quais pessoas com ideias semelhantes reforçam as suas crenças por meio de interações repetidas, foram exploradas, indicando que a desinformação circula dentro de grupos de utilizadores específicos (JORGE & SILVA, 2023) (CINELLI, GALEAZZI, QUATTROCIOCCI, MORALES, & STARNINI, 2021). Há outros fatores que podem atuar sobre o consumo de informações na rede: os algoritmos de recomendação de redes sociais e as contas automatizadas, que disparam milhares de mensagens no que foi qualificado como “Fábrica de mentiras” (PENA, 2019). Especialistas também verificaram que as questões sociais e culturais podem afetar a maneira como os tópicos são percebidos e a eficácia das

contramedidas para limitar o impacto da desinformação (PEREIRA & GRAMACHO, 2023).

A dimensão do espargimento da desinformação foi investigada por vários autores. Bakir, Galeazzi e Zollo (2024), por exemplo, apontaram semelhanças e diferenças no consumo de informação correta e errônea em quatro países europeus: França, Alemanha, Itália e Reino Unido. Eles descobriram que, enquanto as fontes fidedignas – como os jornais e o governo – se dedicam a temas da agenda midiática, as fontes questionáveis (movimentos sociais, grupos antivacina, mídia alternativa) buscam assuntos de grande poder de mobilização e engajamento. Assim, no primeiro grupo estão as notícias de atualidades políticas, Brexit, cannabis medicinal e legalização do consumo de maconha, questão da água e vacina contra a Covid, enquanto no segundo grupo encontram-se: Islam, racismo, imigração, contestação das vacinas, reformas sociais, violência policial. No entanto, o tamanho dos grupos de debate em torno desses temas varia conforme o país, mas indivíduos que absorvem informações inverídicas, expedidas por fontes não-confiáveis, existem em todos os países.

Para avaliar se e em que circunstâncias os indivíduos sabem discernir a desinformação, Sultan et al. (2024) examinaram quatro fatores demográficos – idade, gênero, educação e identidade política – e quatro fatores psicológicos – pensamento analítico, pensamento ideológico, reflexão motivada e familiaridade (aos quais voltaremos mais tarde), avaliando como esses fatores influenciam dois mecanismos de tomada de decisão: capacidade de discriminação, ou seja, capacidade de distinguir entre notícias verdadeiras e falsas, e viés de resposta, ou seja, tendência de classificar as notícias como verdadeiras (viés de notícias verdadeiras) ou falsas (viés de notícias falsas). Reconhecendo diferentes grupos etários – num extremo, os idosos adultos, que entraram no mundo digital com limitações; e no outro, os nativos digitais, que já

nasceram nesse novo mundo – os autores se debruçaram sobre algumas perguntas:

Os adultos mais velhos, apesar da sua menor literacia digital e propensão para partilhar notícias falsas, têm julgamentos de veracidade mais precisos em comparação com os seus homólogos mais jovens? Qual é a eficácia da educação formal com as suas promessas de competências de pensamento crítico para navegar em ambientes de informação on-line? Da mesma forma, qual é o potencial das habilidades de pensamento analítico para melhorar os julgamentos de veracidade? Qual é a influência da identidade política na formação de percepções distintas da verdade, incluindo o papel do favoritismo dentro do grupo vs. favoritismo fora do grupo (congruência ideológica)? E, finalmente, até que ponto a familiaridade gera a crença na desinformação? (SULTAN, et al., 2024)

Uma vertente paralela de investigação postula que a educação tradicional em termos de pensamento crítico é insuficiente para a era digital, apontaram Kozyreva et al. (2022, pp. 81-88). Pessoas ainda que com elevados níveis de educação (por exemplo, professores, profissionais de nível superior) são influenciadas por fatores como uma linguagem que parece objetiva e websites com aspecto oficial (BREAKSTONE, SMITH, ZIV, & WINEBURG, 2022, pp. 963-988). “O envolvimento com a (des)informação online é fortemente influenciado pelas identidades políticas das pessoas, uma vez que pode ocorrer em câmaras de eco (formadas por processos algorítmicos ou criados por utilizadores) onde as pessoas estão rodeadas por pares com ideias semelhantes”, dizem Robertson et al. (2023, pp. 342-348).

Nesse contexto, muitos não conseguem discriminar entre mensagens verdadeiras e falsas porque agem por intuição,

rapidamente e sem pensar. Por exemplo: um professor pode receber uma mensagem com um pseudo-estudo sobre a relação entre as datas de aniversário de personagens famosos e seu ano de morte e achar que isso é interessante. Embora não haja nenhuma comprovação quanto à fonte ou quanto à fiabilidade do estudo, ele repassa a informação. Além disso, usuários podem tratar o conteúdo que recebem como “congruente” – isto é, que faça sentido – ou “incongruente” de acordo com sua identidade política, e assim ter uma atitude favorável ou desfavorável em relação a determinado conteúdo (TAJFEL & TURNER, 2004, pp. 276-293). Pesquisas anteriores descobriram que maiores habilidades de pensamento analítico se, por um lado, concedem melhor capacidade de discriminação, alimentam, em alguns casos, tendência marcante de tratar muito do material recebido como falso (BATAILLER, BRANNON, TEAS, & GAWRONSKI, 2021).

Nos tempos atuais, as informações falsas evoluíram para uma ferramenta generalizada, com o fim de distorcer o discurso público sobre questões cruciais enfrentadas pelas sociedades modernas. Por conseguinte, o seu impacto associado tornou-se uma preocupação premente para as instituições democráticas. A classificação de Wardle e Derakshan (WARDLE & DERAKSHAN, 2017), em relatório ao Conselho da Europa, é útil para estabelecer algumas categorias das consequências dessa explosão e do que esses autores qualificam como “desordem da informação”: 1) Misinformação (sem tradução para o português) – **informação divulgada sem intenção prejudicial**; 2) Desinformação – **informações falsas** criadas e compartilhadas **com a intenção de prejudicar**, ferir ou machucar pessoas; 3) Má informação – o compartilhamento de informações **reais (ou irrealis) para causar danos**.

Wardle exemplificou a *misinformation*: “Pode ser minha mãe compartilhando uma foto chocante do furacão Irma” sem verificá-la adequadamente, e pode ser uma imagem antiga de outro evento. Porém, exemplos de má informação (com intenção de causar danos)

são os e-mails vazados de Hillary Clinton em 2016 ou a disseminação de boatos sobre a falsa existência de um *kit gay*, supostamente distribuído em escolas fundamentais brasileiras pelo candidato do Partido dos Trabalhadores às eleições presidenciais de 2018. A má informação também inclui o chamado discurso de ódio (CANAVILHAS & JORGE, 2022), bem como a intolerância racial ou político-religiosa.

Utopia da desintermediação

O filósofo Daniel Innerarity observou que, depois do entusiasmo inicial com a Internet e sua promessa de um Xangri-lá de liberdade nas comunicações – o Horizonte Perdido de James Hilton –, um Nirvana de acesso a todos os conteúdos humanos jamais produzidos, o Paraíso da plena comunhão entre indivíduos, motivados por um fascínio diante das novas tecnologias, o que sobrou foi a “utopia da desintermediação”. “A falta de confiança na mediação leva-nos a presumir automaticamente que as coisas são verdadeiras quando são transparentes, que a representação sempre falsifica e que todo segredo é ilegítimo”, pondera Cruz (2019, pp. 25-35), declarando pouco depois, ironicamente: “Não há nada pior que um intermediário”.

Nesse sentido, a ideia da “desintermediação” fez emergir uma comunicação política apoiada no desprezo pelo jornalismo profissional e pelas organizações mediadoras antes presentes, como as emissoras de televisão. O sonho da desintermediação foi se transmutando em outras figuras. No seu cerne reside a ideia de que os políticos estariam passando a se conectar diretamente com as suas bases, contornando as instituições de intermediação responsáveis pela checagem das informações, pela ética jornalística e seus protocolos (CRUZ, 2019, pp. 25-35).

“A polarização política, o discurso de ódio e a disseminação de boatos nas redes sociais nublarão o céu azul da utopia de uma política sem intermediação”, reitera o filósofo, o que nos faz lembrar a velha máxima: “Na dúvida, mate o mensageiro”. Uma representação extrema dessa ordem foi a execução do presbítero Annibale Cappello em 1587, fato que apenas lhe outorgou um lugar na história da imprensa. Acusado de ser chefe de um grupo de “gazzettieri” – os que levavam notícias e publicavam “gazzettas” – em Roma, Cappello foi condenado à força. Antes, deceparam-lhe uma mão e lhe arrancaram a língua pois, como disse Cruz, é melhor acabar com o intermediário.

Na época de Cappello, a difusão de notícias dependia de uma rede física, que envolvia os “gazzetanti”, “menanti”, “rapportisti” – os primeiros “repórteres” –; a circulação de *news letters* – cartas de notícias, panfletos em papel, o que levava às primeiras redações, montadas em estalagens onde se fazia a troca de cavalos e principiava o boca-a-boca, a disseminação oral das informações. Hoje, Schneider (2022, p. 147) lembra que a produção e a propagação de dados se dá “à velocidade da luz, com custos baixos, de modo capilarizado e ubíquo”(…) graças às grandes corporações situadas nos EUA e Europa de Leste, e “mediações sociotécnicas de vigilância, mineração de dados e predição comportamental”, favorecem a concentração de renda e têm como consequência a desigualdade social, a “miserabilização das massas”, agravados pela ascensão do nazifascismo, levam à alienação, à “anomia social”, além de problemas ambientais. Schneider dá o nome de “desinformação digital em rede” (DDR) ao conjunto de “modalidades desinformacionais contemporâneas mais alarmantes, que nascem, fluem, transbordam, irrigam, alimentam o cenário atual (de tons grotescos) e dele se retroalimentam”, veiculadas nas redes digitais Facebook, You Tube, Tik Tok, Google, X e outras, como WhatsApp e Telegram.

A maçã

A desinformação é tão antiga que antecede a própria espécie humana. Eva seduziu Adão com uma falsa informação sobre a maçã.

A desinformação humana envolve um jogo de aparência e essência, da sua modalidade mais grosseira, a mentira pura e simples, às mais sutis, feitas de meias-verdades, descontextualização e outros recursos (...) Porém, apesar de antiga, ela não é sempre a mesma, pois apresenta nuances e modulações históricas, geográficas, retóricas, sociotécnicas que nos impedem de afirmar que nada mudou (SCHNEIDER, 2022, p. 14).

Assim, corroborando o autor, vemos que a desinformação *estrutural*, aquela distorção que atinge as nossas estruturas, é produto do grande capital – técnico, financeiro, armamentista, farmacêutico, energético. Isto se dá utilizando-se de vários métodos. Na esfera articulada das mídias corporativas e da desinformação digital em rede – afirma o autor –, a mentira, mesclando verdade e falsidade, converte-se numa nova arma de mistificação em massa.

Já Mateus (2018) destacava que as práticas persuasivas evoluíram *pari passu* com os meios de comunicação, chegando ao que temos hoje, uma “retórica midiaticizada”, na qual o recurso da persuasão é favorecido pela massificação do discurso e por sua ampla pulverização. A técnica da retórica consiste, “em um *levar a crer* e um *levar a fazer*”, que corresponde, em termos semióticos, a um regime de manipulação (FECHINE & DEMURU, 2022). A retórica distingue dois movimentos relacionados ao ato de persuadir: o argumento e o apelo. O argumento, que chama à razão do receptor, busca provar uma tese ou levá-lo a uma conclusão a partir de proposições plausíveis. Isso significa que as premissas que apoiam a conclusão devem ser encaradas como verossímeis e razoáveis. Já o

apelo remete ao coração, às emoções. São “estratégias simbólicas que visam provocar uma resposta emocional, levando o auditório a comprometer-se em termos das suas convicções, lealdades ou compromissos” (MATEUS, 2018, p. 42).

A mistificação, como uma das formas da retórica do apelo, se vale da mentira como maneira de gerar reações, atitudes e adesão da plateia. E, como diz Schneider (2022, p. 20), “há os inocentes úteis, os incautos, nos mais diversos graus, multidões deles, replicando as mentiras porque acreditam nelas, ou porque acreditam que o combate aos inimigos do que entendem como bons costumes justifica o recurso a absurdos, calúnias, difamações e assassinatos”. Assim também existem modos cada vez mais sofisticados de apelo. Sultan et al. (2024) analisaram os públicos mais susceptíveis à desinformação e descobriram alguns pontos interessantes:

- 1) A educação formal tem um papel importante no ato de evitar contaminar-se por informação poluída, embora não seja um defensivo totalmente confiável, como já destacamos;
- 2) O engajamento na desinformação é altamente influenciado pelas ideias políticas e pela identificação com um grupo;
- 3) O pensamento analítico consegue prevenir a desinformação, consegue apontar as informações errôneas, apesar de ser também influenciado pela própria intuição e a pressa;
- 4) A familiaridade com um assunto estampado na manchete de jornal pode ser um fator definidor da resposta positiva ou negativa do receptor a uma mensagem desinformativa.

Na sequência, precisamos tocar em um assunto relacionado: o *fact-checking*. Segundo Drolsbach, Solovev e Pröllochs (2024), “a verificação de fatos baseada na comunidade é uma abordagem promissora para verificar conteúdos de redes sociais em escala. No entanto, falta saber se os usuários confiam nas verificações de fatos da comunidade”. Esses autores submeteram um grupo a 36 publicações de redes sociais enganosas e não enganosas e avaliaram

a sua confiança em diferentes tipos de verificação de fatos. Os participantes foram distribuídos aleatoriamente, recebendo material em que o conteúdo enganoso era acompanhado por sinalizadores de desinformação (por exemplo, erros gramaticais ou de data) e em diferentes formatos. Os textos apresentados aos participantes eram acompanhados por “notas da comunidade”, explicando por que a postagem seria enganosa ou não. As notas comunitárias foram percebidas como significativamente mais confiáveis do que os simples sinalizadores de desinformação, o que levou os pesquisadores a concluir que a “familiaridade” e a “identidade” são fatores muito relevantes para marcar a desinformação.

No Brasil existem muitos organismos que se propõem a conferir a informação. Não temos, como na Alemanha, um sistema de fact-checking subvencionado pelo governo. No máximo, instâncias governamentais como o Supremo Tribunal Federal (GUERREIRO & OLIVEIRA, 2023) ou o Ministério da Saúde (CARDOSO, 2023) avaliam conteúdos que dizem respeito aos interesses dessas instituições, em prol da comunicação pública, e expõem os resultados em seus sites. Em 2022, detectou-se a existência de 378 agências de checagem de dados em 105 países, das quais 226, ou seja, 60% estavam ligadas aos veículos de mídia (AGNEZ & MOURA, 2023).

Resultado e considerações finais

Neste artigo evitamos ao máximo o emprego da expressão *fake news*, que vem sendo bastante usada como sinônimo de notícia falsa. Berger (2019, pp. 7-14) explica porquê: “Notícias significam informações verificáveis de interesse público, e as informações que não atendem a esses padrões não merecem o rótulo de notícias”. Além do mais, o termo é em si mesmo um oxímoro, isto é, uma palavra contradiz a outra: *fake* é algo falso, falsificado, enquanto a notícia (news) trabalha com a verdade como um pressuposto (BUCCI, 2019).

A presença de desinformação nas redes sociais tem sido reconhecida como um fenômeno com potencial para influenciar os resultados de processos cruciais para a sociedade, o que preocupa as áreas do jornalismo, da saúde, segurança e política, e leva os acadêmicos a se deterem cada vez mais na abordagem desta questão (BAKIR, GALEAZZI, & ZOLLO, 2024). Árduas discussões, muito tempo e muito trabalho envolveram especialistas na busca de estratégias para mitigar a propagação da desinformação, incluindo iniciativas legislativas recentes na União Europeia destinadas a obrigar as plataformas de redes sociais a implementar contramedidas (EUROPEAN COMMISSION, 2024).

Acompanhar a dinâmica do consumo e a extensão da disseminação de informações confiáveis e não confiáveis nos meios jornalísticos, e verificar as características das comunidades que as consomem são instrumentos valiosos no sentido de fornecer uma concepção mais clara das providências a serem tomadas para reduzir o impacto de conteúdo falso, enganoso ou produzido para causar dano. A partir de um estudo desenvolvido em quatro países (Argentina, África do Sul, Nigéria e Reino Unido), os pesquisadores Ethan Porter, da George Washington University e Thomas J. Wood, da Ohio State University, apontaram que as políticas precisam ser adaptadas ao contexto social e cultural onde serão implementadas (SCIRE, 2021). No Quadro 1 procuramos sintetizar alguns itens do cenário de desinformação apontando possíveis “antídotos”.

Quadro 1 – Subsídios para uma política contra a desinformação

	Problema	Solução/ antídoto
1.	Algoritmos, viralização	Melhorar a literacia midiática; regular as plataformas
2.	Bolhas digitais	Incentivar a colaboração, promovendo a alfabetização midiática e aproveitando a tecnologia para criar alertas quanto aos algoritmos de engajamento

3.	Câmaras de eco	Introduzir a leitura crítica da mídia desde o ensino fundamental
4.	Difusão de conteúdo errôneo	Realçar a capacidade de identificar conteúdos sensacionalistas, como <i>click baits</i> , histórias provocativas ou enganosas; recorrer às agências de checagem
5.	Difusão rápida de conteúdo	Promover ferramentas de identificação de notícias falsas, até com o recurso à gamificação; reforçar o papel da mídia tradicional
6.	Falta de confiança no jornalismo; acusação de favorecimento de <i>fake news</i>	Praticar jornalismo responsável, qualidade do conteúdo, verificação de fatos, transparência dentro das organizações de mídia
7.	<i>Fire hose</i> : disparos repetidos a partir de uma central; compartilhamento compulsivo	Rechaçar a repetição como alvo dessas máquinas de desinformação; melhorar a literacia midiática; identificar as plataformas (nível governamental)
8.	Informação errônea nos meios	Melhorar a qualidade no conteúdo; acionar os fact-checkers; promover a literacia midiática e a interação audiência/ veículo com a instauração de ombudsman e coluna "Erramos"
9.	IA, realidade aumentada, <i>deep fake</i>	Promover medidas regulatórias, tanto nacionais como internacionalmente falando; dispor mecanismos para detectar as informações falsas; denunciar os crimes contra a pessoa humana
10.	Mistificação, discurso de ódio, manipulação	Introduzir a leitura crítica da mídia desde o ensino fundamental; promover medidas regulatórias

Fonte: Autora (NALLASAMY, et al., 2024)

Apesar de todos os fatores que já mencionamos, a distinção entre capacidade de discriminação e viés de resposta tem sido disparatada. Isto ocorre porque a maioria dos estudos sobre desinformação parece concentrar-se em identificar itens verdadeiros e falsos, no conjunto ou em separado, ao invés de estudar a audiência ou as condições em que ela se envolve com a desinformação para conceber intervenções eficazes. Por exemplo, alguns autores descobriram que um aumento na capacidade dos participantes de detectar desinformação era devido a um maior preconceito em relação a notícias falsas - ou seja, uma prevenção e tendência para julgar as notícias como falsas. Infelizmente, o fato de terem rejeitado o conteúdo enganoso não se atribuía a uma especial habilidade dessa plateia mas, sim, a uma prevenção anterior (BATAILLER, BRANNON, TEAS, & GAWRONSKI, 2021). Intervenções eficazes também requerem uma compreensão acerca de como a congruência ideológica pode melhorar os julgamentos de veracidade: se as pessoas sabem mais sobre questões internas do grupo, elas saberão julgar melhor um conteúdo que não seja coerente para esse grupo (SULTAN, et al., 2024).

“Como desmistificar os mistificadores? pergunta Schneider, e responde: “Desmascarando suas mentiras, provando que ganham com isso e demonstrando que seus argumentos são piores que os de quem os critica” (SCHNEIDER, 2022, p. 20). Entre os mistificadores podemos enquadrar o empresário e milionário sul-africano Elon Musk, que lançou uma ideia controvertida defendendo a liberdade de expressão – assim como o ex-presidente Jair Bolsonaro – quando recusou a ordem de que a plataforma X, de sua propriedade, retirasse do ar conteúdo desinformativo. O que Musk conseguiu foi provocar a reação de um grande número de pessoas e instituições, acusando-o de promover o ódio.

Também o proprietário do Facebook, Mark Zuckerberg, ouviu, no Senado dos Estados Unidos, o que não queria: “You have

blood on your hands²”, disse-lhe o senador Lindsay Graham, no último dia 31 de janeiro de 2024, quando lhe atribuiu “um produto que está matando pessoas”. Já no Parlamento britânico a empresa Meta havia sido acusada de atuar como gângster, diante das tentativas e recusas de regulação da mídia quanto ao conteúdo de desinformação (REUTERS, 2024).

No momento em que se derrubam as fronteiras entre o jornalismo de qualidade e a distribuição de informação por quem quer que seja, isso faz cair também a proteção econômica, política e social ao jornalismo e aos jornalistas, fazendo com que seja desvalorizada a lógica de funcionamento que, desde o século XVIII, deu à atividade sua razão de ser, qual seja, a derrubada das divisões entre jornalismo, propaganda e entretenimento (CRUZ, 2019). As plataformas corroeram as hierarquias de poder e valor, democratizando o acesso, mas borraram os paradigmas de isenção, objetividade e veracidade a ponto de o leitor comum não saber a diferença entre informação e publicidade.

A presença e o aumento contínuo de informações falsas questionam a credibilidade do jornalismo contemporâneo, contribuindo para gerar uma redução da confiança nos veículos da imprensa tradicional. A desinformação se configura como um tipo de desordem informativa que cria dúvidas, gera insegurança, alimenta falsos debates, incentiva a polarização política, favorece os discursos raivosos e termina afetando a rentabilidade econômica dos meios de comunicação, os quais, além de se constituir num dos pilares da “indústria de notícias” (FONSECA, 2008) e apesar de todas as restrições que podem sofrer, ainda se mantêm como garantidores da democracia.

O artigo averiguou o problema da identificação dos difusores de informação falsa, e o levantamento de razões que justifiquem essa conduta, propondo-se a colaborar numa política contra a

² “O senhor tem sangue nas mãos.”

desinformação. Os fenômenos apontados por meio da pesquisa bibliográfica são, no entanto, sazonais, embora de caráter global. A limitação deste estudo reside no fato de que cada país ou região tem características próprias, o que suscita a ideia de que as soluções aqui sugeridas devam ser avaliadas criteriosamente e no conjunto da sociedade pois, como afirmam Bruno e Roque (2019, pp. 13-23), “no embate contra a banalização da mentira, mais vale fortalecer ações e valores favoráveis à vida coletiva do que contra-atacar com a lupa da objetividade”.

Referências

AGNEZ, L., & MOURA, D. (2023). A checagem de fatos e o necessário reposicionamento do jornalismo no contexto da desordem informacional. Em T. JORGE, *Desinformação, o mal do século. Distorções, inverdades, fake news: a democracia ameaçada* (pp. 127-146). Brasília: STF/ UnB.

BAKIR, A., GALEAZZI, A., & ZOLLO, F. (19(5): e0302473. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0302473> de Maio de 2024). News and misinformation consumption: A temporal comparison across European countries. *Plos One*, pp. 1-16.

BATAILLER, C., BRANNON, S., TEAS, P., & GAWRONSKI, B. (<https://doi.org/10.1177/1745691620986135> de 17 (1) de 2021). A signal detection approach to understanding the identification of fake news. *Perspectives on Psychological Science*, pp. 78-98.

BERGER, G. (2019). Prefácio. Em C. IRETON, & J. POSETTI, *Jornalismo, Fake News & Desinformação. Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo* (pp. 7-14). Unesco.

BREAKSTONE, J., SMITH, M., ZIV, N., & WINEBURG, S. (<https://doi.org/10.1080/00221546.2022.2082783> de 2022). Civic preparation for the digital age: How college students evaluate online sources about social and political issues. *The Journal of Higher Education*, pp. 963-988.

BRUNO, F., & ROQUE, T. (2019). A ponta de um iceberg de desconfiança. Em M. BARBOSA, *Pós-verdade e fake news. Reflexões sobre a guerra de narrativas* (pp. 13-23). Rio de Janeiro: Cobogó.

BUCCI, E. (2019). News não são fake - e fake news não são news. Em M. BARBOSA, *Pós-verdade e fake news. Reflexões sobre a guerra de narrativas* (pp. 37-48). Rio de Janeiro: Cobogó.

CANAVILHAS, J., & JORGE, T. d. (3 de 2022). Fake News Explosion in Portugal and Brazil the Pandemic and Journalists' Testimonies on Disinformation. *Journalism and Media* (<https://doi.org/10.3390/journalmedia3010005>), pp. 52-65. <https://doi.org/10.3390/journalmedia3010005>.

CARDOSO, S. (2023). Access to information in Brazil as a citizen right: a case study of the channel Saúde sem fake news. Em T. JORGE, *Desinformação, o mal do século. Distorções, inverdades, fake news: a democracia ameaçada* (pp. 338-368). Brasília: STF/ UnB.

CINELLI, M., GALEAZZI, A., QUATTROCIOCCHI, W., MORALES, G. D., & STARNINI, M. (2021). The ecochamber effect on social media. *Proceedings of the National Academy of Sciences*. <https://doi.org/10.1073/pnas.2023301118> PMID: 33622786.

CRUZ, F. (2019). Fake news definem uma eleição? Em M. BARBOSA, *Pós-verdade e fake news. Reflexões sobre a guerra de narrativas* (pp. 25-35). Rio de Janeiro: Cobogó.

DROLSBACH, C., SOLOVEV, K., & PRÖLLOCHS, N. (<https://osf.io/preprints/osf/ydc42> de Pre-print de 2024). **Community notes increase trust in fact-checking on social media.** Giessen, Alemanha.

EUROPEAN COMMISSION. (2024). *The Digital Services Act Package*.
Fonte: <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/digital-services-act-package>

FECHINE, Y., & DEMURU, P. (2022). Uma retórica da desinformação. Em *Um bufão no poder. Ensaios sociossemióticos*. Rio de Janeiro: Confraria do Vento.

FONSECA, V. (2008). *Indústria de notícias. Capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo*. Porto Alegre: UFRGS.

FOUCAULT, M. (1988). *História da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal.

GARIMELLA, K., WEISS, R., & WEST, R. (2021). Political polarization in online news consumption. *Proceedings of the International AAAI Conference on Web and Social Media*, (pp. 151-162).

GUERREIRO, G., & OLIVEIRA, M. (2023). **Ações de comunicação na defesa de direitos fundamentais do ser humano**. Em T. JORGE, *Desinformação, o mal do século. Distorções, inverdades, fake news: a democracia ameaçada* (pp. 59-81). Brasília: STF/ UnB.

JORGE, T. d., & SILVA, P. F. (2023). **O papel das bolhas digitais. Um dia de comentários sobre as urnas eletrônicas no Twitter**. Em T. d. JORGE, *Desinformação, o mal do século. Distorções, inverdades, fake news: a democracia ameaçada* (pp. 223-248). Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal.

KOZYREVA, A., WINEBURG, S., LEWANDOWSKY, S., & HERTWIG, R. (<https://doi.org/10.1177/09637214221121570> de 32 (1) de 2022). Critical ignoring as a core competence for digital citizens. *Current Directions in Psychological Science*, pp. 81-88.

LOCKWOOD, C., MUNN, Z., & PORRITT, K. (13 (3) de 2015). *Qualitative research synthesis. Methodological Guidance*. Fonte: *International Journal of Evidence-Based Healthcare*: <https://doi.org/10.1097/XEB.0000000000000062>

MATEUS, S. (2018). *Introdução à retórica no século XXI*. Covilhã, Portugal.

MOURA, D. (2023). **A infodemia veio para ficar. O que faremos?** Em T. JORGE, *Desinformação, o mal do século. Distorções, inverdades, fake news: a democracia ameaçada* (pp. 15-18). Brasília: STF/ UnB.

NALLASAMY, A., RAJPUT, M., WANI, Z., DAR, M., AAKANKSHA, FAYAZ, S., . . . SIMON, N. (6 de 2024). The Pervasive Threat of Fake News and Disinformation in the Digital Age: Challenges and Solutions. *South Asian Journal of Social Studies and Economics*, v. 21, pp. 1-5.

PENA, P. (2019). *Fábrica de mentiras. Viagem ao mundo das fake news*. Lisboa: Penguin Random House.

PEREIRA, I., & GRAMACHO, W. (2023). **A refutação de informações incorretas sobre a vacinação infantil contra a Covid-19: um estudo experimental.** Em T. JORGE, *Desinformação, o mal do século. Distorções, inverdades, fake news: a democracia ameaçada* (pp. 277-301). Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal/ Universidade de Brasília.

REUTERS. (31 de janeiro de 2024). *'You have blood on your hands'; US senator tells Zuckerberg*. Fonte: **YouTube Reuters**: bit.ly/4bArkh1

ROBERTSON, R., GREEN, J., RUCK, D., OGNANOVA, K., WILSON, C., & LAZER, D. (<https://doi.org/10.1038/s41586-023-06078-5> de 618(7964) de 2023). Users choose to engage with more partisan news than they are exposed to on Google Search. *Nature*, pp. 342-348.

SCHNEIDER, M. (2022). *A era da desinformação. Pós-verdade, fake news e outras armadilhas*. Rio de Janeiro: Garamond.

SCIRE, S. (15 de Setembro de 2021). *Misinformation is a global problem. One of the solutions might work across continents too*. Fonte: [Nieman Lab/USAID: https://www.niemanlab.org/2021/09/misinformation-is-a-global-problem-one-of-the-solutions-might-work-across-continents-too/](https://www.niemanlab.org/2021/09/misinformation-is-a-global-problem-one-of-the-solutions-might-work-across-continents-too/)

SULTAN, M., TUMP, A., EHMANN, N., LORENZ-SPREEN, P., HERTWIG, R., GOLLWITZER, A., & KURVERS, R. (2024). **Susceptibility to Online Misinformation: A Systematic Meta-Analysis of Demographic and Psychological Factors**. *Google Academics Pre-Print*.

TAJFEL, H., & TURNER, J. (2004). *The Social Identity Theory of Intergroup Behavior*. Fonte: **Psychology Press eBooks**: <https://doi.org/10.4324/9780203505984-16>

WARDLE, C., & DERAKSHAN, H. (2017). **Information Disorder: Toward an Interdisciplinary framework for research and policy making**. Estrasburgo: Council of Europe.

MALINFORMATION: o uso da verdade para desinformar

Leonardo Pinheiro da Silva
Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior

Introdução

A sociedade da informação teve seu auge no desenvolvimento das telecomunicações, tecnologias da informação e informática, todas fundamentadas em dados e conhecimento. Todavia, na atualidade é evidente uma mudança radical, a era das guerras da informação (Stengel, 2019). Nesta circunstância, a evolução do conceito de desinformação, juntamente com suas formas de disseminação e intencionalidades, resultou em duas distinções importantes associadas ao próprio fenômeno da informação: desinformação e malinformação (Santos-D'Amorim; Miranda, 2021).

Segundo Baines e Elliott (2020), o termo "*malinformation*" requer tanto intenção quanto equivalência e frequentemente envolve o redirecionamento do valor de verdade da informação para

fins enganosos". Outro conceito de "*malinformation*" é apresentado por Wardle e Derakhshan (2018) remetendo-se a "uma informação que se baseia na realidade, mas é utilizada para causar danos a uma pessoa, organização ou país". De acordo com Akers *et al.* (2019) a tecnologia está sendo cada vez mais empregada de forma involuntária ou intencional para difundir informações falsas em grande escala, com possíveis efeitos sociais abrangentes. Teorias de conspiração, notícias falsas, armadilhas de cliques, rumores e fraudes são exemplos dos distúrbios de informação (Wardle; Derakhshan, 2018).

Considerando essa perspectiva, podemos destacar que os fenômenos de desinformação, desinformação e má informação se ampliam à medida que comunidades diversas e distintas exploram as oportunidades de criar, analisar e modificar informações, o que está intrinsecamente ligado à democratização do acesso ao conhecimento, à produção, à disseminação de informações e à liberdade de expressão, conforme estabelecido pelo Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Santos-D'Amorim; Miranda, 2021).

A crescente disseminação de informações enganosas na era digital destaca a necessidade de compreender um fenômeno peculiar conhecido como "*malinformation*". Utilizando o protocolo PRISMA-P como guia metodológico, a pesquisa busca não apenas identificar e analisar estudos relevantes sobre "*malinformation*", mas também compreender as nuances dessa prática, examinando como a verdade é instrumentalizada para objetivos desinformativos. Portanto, o objetivo deste estudo é explorar em profundidade o conceito de "*malinformation*", destacando como a verdade pode ser instrumentalizada para objetivos desinformativos.

Método

O presente estudo foi realizado seguindo o protocolo PRISMA-P (*Preferred Reporting Items for Systematic Review and*

Meta-Analysis Protocol), que auxilia os pesquisadores no planejamento de ações que buscam encontrar um conjunto mínimo de itens que possam ter relação direta com a pesquisa, além de ajudar na meta-análises desses dados e incluí-los no protocolo da pesquisa (Moher *et al.*, 2015).

O protocolo PRISMA, é dividido em três fases distintas. 1. Consiste em definir em quais bases de dados vão ser realizadas as buscas por trabalho relevantes sobre a temática. 2. O pesquisador vai escolher o termo ou os termos de busca mais apropriados para a pesquisa. 3. Serão escolhidos o filtro ou os filtros que irão delimitar a pesquisa (Page *et al.*, 2020). Para a consolidação do estudo, foi escolhido como base de dados o portal Periódicos CAPES, que concentra um grande volume de periódicos de diversas áreas, com alto fator de impacto, de relevância tanto nacional como internacional. Para a busca dos artigos, utilizou-se o termo de busca "*malinformation*", pesquisado em todos os idiomas disponíveis na base de dados. Posteriormente, foi realizada uma lista dos artigos selecionados que apresentaram a temática de interesse.

Para a análise dos artigos, foram utilizados critérios inclusão (CI's) e exclusão (CE's). Os critérios de inclusão foram: artigo disponível para download na íntegra; artigo científico de conferência ou revista; artigo completo e em idioma inglês. Após selecionar os artigos que satisfizeram os critérios de inclusão, foram excluídos: artigos duplicados; artigos científicos citados, mas que não estão disponíveis na íntegra gratuitamente; trabalho sem relação com o foco do mapeamento proposto (citados apenas como resultados).

Após isso, foram definidos os filtros para a realização da busca, obtendo-se assim 38 resultados. No entanto, quando aplicado o primeiro filtro, de apenas trabalhos em periódicos revisados por pares no idioma inglês, a busca reduziu-se a 29 achados. Logo após, utilizou-se como segundo filtro o quesito do periódico em tela possuir acesso aberto, sendo limitado novamente

a 19 artigos, finalmente foi utilizado protocolo PRISMA para filtragem final.

A presente pesquisa foi realizada no mês de janeiro de 2024. Depois de obter os metadados, buscou-se o acesso a cada um dos artigos encontrados, de modo a realizar-se uma análise qualitativa deles, através de uma leitura integral dos documentos. Para a realização da revisão sistemática deste trabalho foi utilizado o protocolo PRISMA-P, o qual conta com quatro etapas previstas como protocolo e estas são: (a) identificação, (b) triagem, (c) elegibilidade e (d) documentos incluídos para análise crítica (Page *et al.*, 2020).

Análises bibliométricas

Foram encontrados 19 artigos na pesquisa. Todos os artigos foram ordenados de acordo com a sequência da pesquisa na plataforma Periódicos CAPES. Após análise de todos os artigos, e seguindo o protocolo, foram retirados da lista os trabalhos em duplicidade ou que não atendiam aos critérios de busca, restando 12 artigos. Os artigos desconsiderados foram: *François HEINDERYCKX (2003), La malinformation. Plaidoyer pour une refondation de l'information; Revisiting the Theoretical Foundations of Propaganda; Playing Conspiracy: Framing Conspiracy Theory Analogies within Research-Creation Board Game Design; Risikokommunikation politikberatender Wissenschaftsorganisationen: Ein Themenaufriss am Beispiel des Bundesinstituts für Risikobewertung; Reputation Lasts Longer Than Life: How can Central Banks Quantify their Reputational Risk?; CovTiNet: Covid text identification network using attention-based positional embedding feature fusion; Infodemics and infodemiology: a short history, a long future.*

Resultados

No quadro 01, são colocados autores, títulos, objetivos e principais achados de cada um dos artigos analisados.

Quadro 01. Perfil dos artigos, objetivos e principais achados

	Autor/A no	Título	Objetivo	Principais Resultados
1	Jones, Marc Owen	State-aligned misogynistic disinformation on Arabic Twitter: The attempted silencing of an Al Jazeera journalist	Este estudo tem como objetivo investigar a desinformação misógina alinhada ao Estado no Twitter árabe, concentrando-se na tentativa de silenciar jornalistas, especialmente no contexto do Golfo Pérsico. A pesquisa visa analisar a normalização da desinformação de gênero nas redes sociais, destacando campanhas de assédio direcionadas a figuras públicas femininas e identificando o papel crescente da malinformação e desinformação na redução da visibilidade das mulheres online. Utilizando análise de palavras-chave, análise de redes e	Os resultados revelam a normalização crescente da desinformação de gênero, retratando mulheres públicas como desprovidas de inteligência, pouco confiáveis, irracionais e libidinosas. A pesquisa destaca um aumento nos ataques online a jornalistas mulheres críticas aos governos regionais desde 2017, com ênfase especial no intenso ataque à apresentadora da Al Jazeera, Ghada Oueiss, em junho de 2020. A análise identifica um padrão de ataques, incluindo vazamento de informações por contas anônimas, amplificação por influenciadores cooptados e adesão não crítica da mídia local. Esses resultados sublinham a importância de documentar, expor e analisar esses ataques para fornecer evidências do abuso, especialmente em regimes autoritários que reprimem o debate online, exceto quando a

			técnicas de inteligência de fontes abertas (OSINT), o estudo busca documentar a intensidade e escala desses ataques e identificar um possível mecanismo por trás deles.	mensagem reflete a propaganda estatal.
2	Himma-Kadakas, Marju ; Ojamets, Indrek	Debunking false information: investigating journalists' fact-checking skills	O objetivo deste estudo é analisar as habilidades dos jornalistas na desmistificação de informações falsas, desinformativas e maliciosas em seus ambientes de trabalho diários. O estudo visa destacar como os jornalistas empregam competências essenciais para verificar informações, identificar por que informações incorretas conseguem passar pelo filtro jornalístico e serem publicadas. Utilizando entrevistas semiestruturadas e o método de	Com base nos resultados obtidos, o estudo argumenta que os jornalistas empregam habilidades tradicionais de verificação de fatos em combinações específicas, geralmente suficientes para validar a informação. No entanto, sob pressão de tempo, os jornalistas tendem a confiar em sua experiência profissional, correndo o risco de publicar informações não verificadas. Esse risco é ainda maior quando a fonte parece ser confiável, as informações são apresentadas em plataformas de mídia social oficiais ou nas páginas pessoais dos jornalistas, ou quando o jornalista possui conhecimento superficial sobre um determinado tópico. O

			<p>"pensamento em voz alta", foram apresentados a 20 jornalistas estonianos episódios de informações falsas, buscando compreender as abordagens utilizadas pelos profissionais na validação ou desmascaramento dessas informações.</p>	<p>estudo destaca também que a manipulação de vídeo, como deep fake, e apresentações fotográficas descontextualizadas são os desafios mais difíceis para os jornalistas verificar, independentemente da plataforma de especialização do jornalista. Esses resultados têm implicações práticas ao sugerir formas de treinamento para estudantes de jornalismo e profissionais em como lidar eficazmente com informações falsas.</p>
3	<p>Chowdhury, A.; Kabir, K.H.; Abdulai, A.-R.; Alam, M.F.</p>	<p>Systematic Review of Misinformation in Social and Online Media for the Development of an Analytical Framework for Agri-Food Sector</p>	<p>O objetivo deste estudo é abordar o risco da disseminação de informações equivocadas, desinformativas e maliciosas (mis-dis-malinformação) nos tópicos agroalimentares, especialmente em comunidades online e redes sociais, devido à onipresença dessas plataformas, à credulidade das comunidades</p>	<p>Os resultados desta revisão sistemática indicam que várias disciplinas, como comunicação, estudos de mídias sociais, ciência da computação, estudos de saúde, ciência política e jornalismo, estão cada vez mais envolvidas na pesquisa de mis-dis-malinformação. O estudo gerou um quadro baseado em seis categorias temáticas, abrangendo caracterização, identificação de fontes, mecanismos de difusão, impactos nas partes interessadas, táticas de</p>

			<p>online e à falta de responsabilidade. O estudo busca preencher lacunas na compreensão da mis-dis-malinformação no setor agroalimentar, oferecendo uma revisão sistemática da literatura e desenvolvendo um quadro analítico para entender e avaliar holisticamente esses fenômenos.</p>	<p>detecção, e medidas de contenção e contramedidas para a mis-dis-malinformação no setor agroalimentar. Esse quadro contribui para o avanço da literatura emergente sobre tópicos controversos, desinformação e integridade da informação nos serviços virtuais de consultoria agroalimentar. O estudo representa uma iniciativa pioneira em analisar sistematicamente e incorporar experiências de diversos campos de pesquisa em mis-dis-malinformação, informando futuros trabalhos acadêmicos e facilitando esforços de consultoria no setor agroalimentar.</p>
4	Hameleers, M.	Populist Disinformation: Are Citizens With Populist Attitudes Affected Most by Radical Right-Wing Disinformation?	<p>O objetivo deste estudo é investigar os efeitos da desinformação populista de extrema direita, com ênfase em narrativas radicais, sobre os valores democráticos. A literatura existente destaca a relação entre desinformação e a</p>	<p>Os resultados principais indicam que a exposição a mensagens populistas de extrema direita pode predispor ao apoio a posições extremistas de direita, mas fontes provenientes de cidadãos comuns não amplificam os efeitos da desinformação. Esses achados sugerem que mensagens populistas malignas podem ter um impacto deslegitimador</p>

			<p>direita radical populista, mas há pouco conhecimento sobre os impactos específicos dessa informação enganosa. Para preencher essa lacuna, o estudo utiliza um experimento nos Países Baixos, expondo os participantes à desinformação populista de extrema direita e malinformação descontextualizada, variando também a fonte da mensagem entre uma mensagem de notícias neutra e uma postagem de mídia social de um cidadão comum.</p>	<p>na democracia, independentemente da apresentação específica. O estudo destaca a relevância de compreender os efeitos da desinformação populista na sociedade, alertando para a potencial ameaça aos valores democráticos quando disseminadas narrativas radicais por meio dessas campanhas de desinformação.</p>
5	Levak, T.	Disinformation in the New Media System – Characteristics, Forms, Reasons for its Dissemination and Potential Means of	<p>Este artigo tem como objetivo principal explicar o fenômeno da desinformação, destacar a sua magnitude e importância, e ressaltar a necessidade de ação conjunta de todas as estruturas sociais</p>	<p>O artigo apresenta a evolução histórica e casos conhecidos de desinformação, bem como as causas, razões, consequências e esferas mais sensíveis de sua produção e disseminação na sociedade moderna. Além disso, aborda as definições e características da</p>

		Tackling the Issue	para solucionar esse problema. Além disso, busca fornecer uma visão clara das definições e características da desinformação, incluindo termos relacionados, e apresentar o desenvolvimento histórico, casos conhecidos, causas, razões, consequências e esferas sensíveis de produção e disseminação da desinformação na sociedade moderna.	desinformação, incluindo termos relacionados como notícias falsas, desinformação, malinformação, entre outros. O texto também discute os métodos estabelecidos até agora para reconhecer, prevenir e combater a desinformação, apresentando novas propostas de medidas para suprimi-la. O resultado geral é um entendimento aprofundado da desinformação e uma abordagem abrangente para enfrentar esse desafio na sociedade contemporânea.
6	Bran R, Tiru L, Grossec k G, Holotescu C, Malita L.	Learning from Each Other—A Bibliometric Review of Research on Information Disorders	O objetivo deste estudo é abordar o crescente interesse na pesquisa sobre transtornos de informação, que incluem desinformação, informação equivocada e malinformação. Diante da dificuldade em compreender esse fenômeno dinâmico de interrupção da informação e	Os resultados destacam um aumento significativo no número de publicações, autores e periódicos dedicados à pesquisa sobre transtornos de informação. A atenção a essa área de estudo tem crescido em diversas disciplinas acadêmicas, refletindo uma abordagem colaborativa global, com mais trabalhos escritos em colaboração por estudiosos de diferentes partes e culturas do mundo. O estudo

			<p>avaliar seu impacto na sociedade, os pesquisadores realizaram uma análise bibliométrica para obter uma visão geral do tema, esclarecer o conhecimento existente, examinar a dinâmica de desenvolvimento, identificar futuras direções de pesquisa e ampliar a compreensão do campo.</p>	<p>oferece não apenas uma base intelectual coerente para pesquisadores e profissionais, mas também fornece insights valiosos para investigações futuras e direções de pesquisa no campo dos transtornos de informação.</p>
7	<p>Santos-D'amorim, Karen; Fernandes De Oliveira Miranda, Májory.</p>	<p>Misinformation, disinformation, and malinformation: clarifying the definitions and examples in disinformation times</p>	<p>O objetivo deste estudo é esclarecer e analisar as incidências teórico-práticas de desinformação, desinformação e malinformação, além de delinear uma compreensão desses três conceitos com base em 16 arranjos interconectados de acordo com sua intencionalidade. Os métodos incluem</p>	<p>O estudo apresenta 14 definições teóricas distribuídas entre os conceitos de desinformação, desinformação e malinformação, utilizando hermenêutica, retórica e princípios fenomenológicos de intencionalidade como métodos. Além disso, destaca uma compreensão prática desses conceitos com base em 16 arranjos interconectados, esclarecendo que desinformação, desinformação e malinformação são tipos</p>

			hermenêutica, retórica e princípios fenomenológicos de intencionalidade.	de informação, cada um com múltiplas possibilidades de uso, de acordo com a intencionalidade. O estudo sugere que a dificuldade em alcançar um consenso na definição semântica desses termos está ligada à complexidade e às diversas propriedades desses fenômenos.
8	Kandel, Nirmal	Information Disorder Syndrome and Its Management	O estudo tem como objetivo abordar a síndrome do transtorno da informação, que afeta muitas pessoas devido à rápida disseminação de informações no mundo digitalizado. A síndrome envolve o compartilhamento ou desenvolvimento de informações falsas, categorizadas como desinformação, malinformação e desinformação. O objetivo é categorizar a gravidade da síndrome em três	O estudo categoriza a síndrome em três níveis, variando de formas mais leves a graves, com diferentes intenções por trás do compartilhamento de informações falsas. O gerenciamento da síndrome envolve a vigilância de boatos, mensagens direcionadas e engajamento comunitário. Indivíduos afetados podem requerer aconselhamento psicossocial, e medidas rigorosas, incluindo regulamentações e fiscalizações, são sugeridas para controlar o transtorno da informação. A conscientização sobre a necessidade de interpretar cuidadosamente as informações em redes

			níveis e propor estratégias de gerenciamento.	sociais e notícias é destacada como uma intervenção crucial.
9	Gradoń, K. T., Hołyst, J. A., Moy, W. R., Sienkiewicz, J., & Suchecki, K.	Countering misinformation: A multidisciplinary approach	O objetivo do artigo é explorar o conceito de infodemia durante a pandemia de COVID-19, com foco na propagação de informações falsas globalmente. O texto visa fornecer uma visão geral das diferentes formas de desinformação, discutir o impacto desses fenômenos nas políticas de saúde e segurança nacional, e destacar a necessidade de medidas preventivas e de combate.	O artigo aborda a desinformação como um desafio significativo para várias comunidades, incluindo saúde pública, inteligência e elaboração de políticas. Destaca a importância de medidas preventivas, interdição e mitigação dessas ameaças. Além disso, apresenta oportunidades para aplicar tecnologia no estudo e combate à desinformação, com enfoque em redes complexas, aprendizado de máquina, métodos de mineração de dados, análise de sentimento e modelos baseados em agentes. O texto conclui com recomendações que apoiam a iniciativa da Organização Mundial da Saúde sobre infodemiologia, propondo a implementação de procedimentos preventivos integrados e a internacionalização da gestão da infodemia, utilizando uma abordagem interdisciplinar de Ciência Criminal com análise de Big Data e

				tecnologias de informação relacionadas.
10	El Mikati I, Hoteit R, Harb T, El Zein O, Piggott T, Melki J, Mustafa R, Akl E	Defining Misinformation and Related Terms in Health-Related Literature: Scoping Review	Este estudo tem como objetivo avaliar as definições de desinformação e termos relacionados na literatura de saúde, particularmente durante a pandemia de COVID-19. A pesquisa visa identificar e analisar a variedade de definições utilizadas e sua consistência, oferecendo insights sobre como esses termos são compreendidos e aplicados no contexto da saúde.	Os resultados destacam a inclusão de 41 revisões sistemáticas, a maioria relacionada a emergências de saúde pública. Foram extraídas 75 definições para termos como desinformação, notícias falsas, infodemia e malinformação. Embora tenha havido inconsistências e variabilidade nas definições, principalmente em relação à intencionalidade na desinformação, o estudo enfatiza a necessidade de cautela ao rotular informações e destaca a importância de esforços adicionais para alcançar consenso em definições claras e operacionais no campo da saúde.
11	Hussain, M. & Soomro, T	Social Media: An Exploratory Study of Information, Misinformation, and Malinformation	O objetivo deste estudo é realizar uma investigação exploratória sobre a utilização de mídias sociais, abordando os impactos na vida cotidiana de indivíduos e empresas. O foco recai sobre a	Os resultados destacam a magnitude do impacto das mídias sociais, que contam com bilhões de usuários em todo o mundo. Enquanto essas plataformas geram informações úteis, também propiciam a disseminação rápida de conteúdos enganosos, impulsionados pela

			<p>divulgação de eventos empresariais, produtos e publicidade, além do uso pessoal para manter conexões sociais, obter atualizações e notícias, e aprimorar o conhecimento sobre diversas áreas de interesse. Diante do expressivo número de usuários de mídias sociais, a pesquisa busca compreender não apenas os benefícios informativos gerados, mas também os desafios associados à proliferação de desinformação, desinformação e malinformação.</p>	<p>prática de compartilhamento sem verificação da autenticidade. A pesquisa ressalta que a identificação desses fenômenos, como desinformação e malinformação, representa um desafio significativo no contexto das mídias sociais, demandando uma abordagem crítica diante da avalanche de informações.</p>
1 2	<p>Carmi, E. & Yates, S. J. & Lockley, E. & Pawluczuk, A.</p>	<p>Data citizenship: rethinking data literacy in the age of disinformation, misinformation, and</p>	<p>O objetivo deste artigo é examinar o significado de "alfabetização em dados" em um contexto de disseminação persistente de "desinformação, informação</p>	<p>Os principais resultados destacam três lacunas essenciais nos frameworks de alfabetização em dados: 1. a necessidade de ir além do nível individual, considerando o contexto social; 2. promover o pensamento crítico</p>

		malinformati on	incorreta e malinformação" e através de mídias digitais. O estudo busca entender as várias definições de literacias (escrita, mídia, informacional, digital e em dados) e sua evolução, explorando a interseção com notícias falsas e os desafios apresentados por desinformação e afins. O foco está em identificar lacunas nos frameworks atuais de alfabetização em dados e destacar o papel das variações no contexto social dos cidadãos.	sobre o ecossistema online, especialmente em relação à desinformação; 3. desenvolver habilidades para cidadãos proativos que possam lidar eficazmente com informações distorcidas. A pesquisa incorpora essas lacunas em um estudo sobre as literacias em dados dos cidadãos do Reino Unido, destacando desafios teóricos e metodológicos. O artigo visa esclarecer como as definições de alfabetização em dados evoluem e como programas educacionais podem abordar distorções de informações, capacitando cidadãos proativos.
--	--	--------------------	---	---

Os resultados obtidos nesta pesquisa oferecem contribuições significativas para a compreensão do fenômeno da *malinformation*, alinhando-se com a literatura apresentada na introdução. A diversidade dos estudos analisados abrange aspectos cruciais do problema, indo desde a análise das táticas específicas de *malinformation* em contextos como o Twitter árabe até a investigação das habilidades dos jornalistas na desmistificação de informações falsas em seu trabalho diário. Essa abordagem multifacetada reflete a complexidade do problema da *malinformation* na sociedade contemporânea, indo além da mera

identificação do fenômeno para explorar suas implicações sociais e políticas.

A pesquisa revelou que a *malinformation* é uma ferramenta poderosa, especialmente quando alinhada a agendas estatais, como evidenciado no estudo sobre a desinformação misógina no Twitter árabe. A normalização crescente da desinformação de gênero destaca a necessidade urgente de abordar não apenas a disseminação de informações falsas, mas também os padrões culturais subjacentes que perpetuam tais campanhas. Esse resultado reforça a importância de uma abordagem holística na compreensão e combate à *malinformation*, que vai além das análises técnicas para incluir considerações socioculturais.

Além disso, a pesquisa sobre as habilidades dos jornalistas na verificação de informações destaca a pressão de tempo como um fator de risco para a disseminação de *malinformation*. Isso ressoa com a literatura que destaca a rapidez com que informações falsas podem se espalhar nas redes sociais, destacando a necessidade de estratégias mais eficazes de verificação de fatos em um ambiente de notícias em constante evolução.

Os estudos abordando o impacto da *malinformation* nas atitudes políticas, especialmente em contextos populistas, corroboram a literatura que aponta para a relação entre desinformação e extremismo político. Os resultados indicam que a exposição à desinformação populista pode influenciar negativamente os valores democráticos, ressaltando a importância de uma abordagem preventiva para proteger a integridade do processo democrático.

Em resumo, os resultados desta pesquisa ampliam e aprofundam a compreensão da *malinformation*, alinhando-se com a literatura apresentada na introdução. A abordagem multidisciplinar adotada pelos estudos analisados destaca a necessidade de estratégias abrangentes para enfrentar a *malinformation*, indo além

das soluções técnicas para incluir considerações culturais, políticas e sociais.

Considerações finais

O estudo aprofundado sobre *malinformation* destaca a urgência de abordar os crescentes desafios associados à disseminação intencional de informações enganosas na sociedade contemporânea. Ao analisar criticamente os 12 artigos relevantes identificados, fica evidente que a *malinformation*, muitas vezes mascarada pela verdade, representa uma ameaça significativa para a integridade da informação na era digital. Nesse contexto, é crucial reconhecer a importância de estratégias educacionais que promovam a literacia digital e o pensamento crítico como medidas preventivas contra os efeitos prejudiciais da *malinformation*.

A compreensão das nuances da *malinformation* reforça a necessidade de uma abordagem colaborativa entre governos, empresas de tecnologia e a sociedade civil. Essa colaboração é vital para desenvolver e implementar políticas transparentes, responsáveis e éticas no ambiente digital. Além disso, a promoção da transparência nas plataformas online, aliada a esforços contínuos para combater a desinformação, é essencial para criar um ecossistema informacional mais seguro e confiável.

Em última análise, as considerações finais destacam que, ao enfrentar os desafios da *malinformation*, a sociedade precisa ir além da simples identificação de conteúdo enganoso. É necessário adotar abordagens proativas que fortaleçam a resiliência dos indivíduos diante da manipulação da verdade, visando a construção de uma sociedade digital mais informada, consciente e capaz de discernir a verdade no vasto cenário informativo contemporâneo.

Referências

AKERS, J. et al. Technology-Enabled Disinformation: Summary, Lessons, and Recommendations. **arXiv.org**, [S. l.], v. 1, 2019. Available at: <https://arxiv.org/abs/1812.09383>. Access on May 28, 2020.

BAINES, D.; ELLIOTT, R. J.R. Defining misinformation, disinformation and malinformation: An urgent need for clarity during the COVID-19 infodemic. **Discussion Papers**, p. 20-06, 2020.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MOHER, D. *et al.* Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis protocols (PRISMA-P) 2015. **Statement. Systematic Reviews**, v. 4, n. 1, p. 1, 2015.

PAGE, M. J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **International Journal of Surgery**, v. 88, p. 105906, 2021.

POSETTI, J.; BONTCHEVA K. **Disinfodemic: Dissecting responses to COVID-19 disinformation**. Paris: UNESCO, 2020. Available at: https://en.unesco.org/sites/default/files/disinfodemic_dissecting_responses_covid19_disinformation.pdf . Access on August 20, 2020.

SANTOS-D'AMORIM, K.; FERNANDES DE OLIVEIRA MIRANDA, M. Informação incorreta, desinformação e má informação: Esclarecendo definições e exemplos em tempos de desinfodemia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 26, p. 01–23, 2021. DOI: 10.5007/1518-2924.2021.e76900.

STENGEL, R. Information Wars: How We Lost the Global Battle Against Disinformation and What We Can Do About It. **New York: Atlantic Monthly**, 2019.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Thinking about 'information disorder': formats of misinformation, disinformation, and mal-

information. In: IRETON, C.; POSETTI, J. (org.). Journalism, 'fake news' & disinformation. Paris: UNESCO; 2018. p. 43-54.

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E AS ELEIÇÕES BRASILEIRAS

Paulo Henrique Freire Boudette Ferreira
Janaína Silva de Souza
Márcia Maria e Silva
Ruth Maria Mariani Braz

Introdução

“A informação é a alma do negócio”. No campo da Ciência da informação, muitos já naturalizaram essa ideia. No entanto, em tempos de infodemia, o debate sobre o acesso, a circulação e a qualidade da informação têm sido atravessadas pelo progressivo transbordamento de notícias falsas (*fake news*) em sites e redes sociais como um todo.

A revolução tecnológica no campo da informação e da comunicação digital vem impulsionando mudanças de grande impacto nos modos de viver em sociedade, afetando o ser humano e a sua humanidade em diversas áreas, sejam elas cognitiva, emocional, afetiva, intelectual; também organizacional, estrutural, profissional, dentre muitas outras. As altas tecnologias inovam de

maneira ininterrupta os processos comunicacionais de modo surpreendente e, em certa medida, assustador.

As consequências desse fenômeno são a imposição de um estado de alerta geral e uma mobilização dos cibercidadãos para uma tomada de posição sobre responsabilidade e ética na produção e circulação de conteúdos através da internet.

“Tudo o que fazemos tanto *online* como *offline* deixa vestígios digitais” (Magrini, 2018). Algoritmos, plataformas, e não mais exclusivamente pessoas, são capazes de detectar, organizar, pesquisar, analisar, controlar, produzir, operar, trocar e demonstrar dados em conexão com outras plataformas. Objetivos diversos movimentam os dados levantados nesse “ecossistema computacional onipresente” (Magrini, 2018), o que implica a necessidade de critérios de verificação da veracidade dos dados, bem como das bases éticas na distribuição e utilização deles.

A qualidade da informação, em contextos de pós-verdade, infodemia e desinformação, reincide como um ponto relevante no debate sobre a ética nas relações e formação humanas, mediadas por processos de “comunicação ubíqua” (Santaella, 2012). Sociedades, como no Brasil, cujas leis se fundamentam na garantia da soberania, da dignidade humana, nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, bem como do pluralismo político (Brasil, 1988), veem-se com uma emergência da atenção às causas e consequências das práticas midiáticas manipulatórias das informações. O intuito de produzir supostas verdades é atender a segmentos específicos que se beneficiam da desinformação para ganhar a disputa na concorrência ideológica, mercadológica, política, entre outras.

A Ciência da Informação enfrenta os desafios provocados pela desinformação (Araújo, 2021). Esta, considerada como um ruído ou ausência de informação, tem como possíveis consequências o estado de confusão, a condição de alienação, a dissonância cognitiva, a perda do foco, a falta de clareza sobre o que é fato e

opinião sobre o fato. Tudo isso modifica o olhar dos cidadãos sobre a realidade vivenciada, o que pode gerar erros ou *déficits* graves nas tomadas de decisão em âmbitos individual e coletivo.

Nesse contexto, reconhecemos a explosão do fenômeno das *fake news*, que, apesar de ter origem em tempos remotos e de ser frequente em períodos de eleição, traz, nos últimos anos, aumento no nível de sofisticação, complexidade e estratégia (GI-Globo, 2022), em função, inclusive, do rápido avanço das inovações tecnológicas e informacionais. A literatura acerca da desinformação a associa ao estado de ignorância ou de pouca informação (Vignoli et al, 2021) destaca que as pessoas se encontram num estado de precariedade de informação, pois nas suas interações estão, quase sempre, desinformados, não informados ou em estado de sub-informação, dificultando a compreensão dos fatos. Morin (1995) ressalta também que este estado de sub-informação, produz ruídos, redundâncias, enganos. Já o filósofo Luciano Floridi (1996, 2012) traz para a análise da desinformação um outro importante aspecto, pois além de ser direcionada, se caracteriza como o ato consciente e proposital de enganar, sendo tida como a informação manipulada.

Os estudos e análises do fenômeno da globalização na sociedade do conhecimento e da informação nos propõem a pensar numa divisão social entre informados e desinformados (Araújo, 2019), sendo estes últimos os sujeitos excluídos do acesso aos bens tecnológicos e às informações. A condição de desinformado cria diversos problemas, dentre os quais, citamos, a continuidade em seu processo de qualificação profissional e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, comprometendo ainda sua inserção e participação social e política.

Outro aspecto importante a ser abordado é a relação da desinformação e o exercício do poder político. Nesse tipo de abordagem, a desinformação está relacionada ao processo de manutenção da falta de literacia das massas e da busca consciente pelas elites dominantes da sua imbecilização, visando à perpetuação

no poder para realização de seus interesses (Paiva, 2012). Essa elite utiliza ou maneja a informação para cultivar e manter a ignorância das massas, sendo esse o projeto ou o objetivo principal. Segundo Demo (2000, p. 37), às massas são ofertados novelas, romances baratos, revistas sensacionalistas e atualmente a disseminação de *fake news* por meio das redes sociais, a fim de as manterem fora das questões principais a serem debatidas para o interesse coletivo.

Leon Festinger (1919-1989) escreveu a teoria da dissonância cognitiva, a partir da qual destacou que as implicações psicológicas de previsões de algo que levaria um grupo a sentimentos conflitantes quando a profecia não se concretizasse. Ele então se infiltrou em um grupo para observar seu comportamento. Após a profecia mostrar-se falsa, o grupo não abandonou suas convicções e, ao invés disso, procurou justificativas para a sua falha, fortalecendo ainda mais suas ideias (Martins, 2017).

Empolito (2019) publicou o livro "*Os engenheiros do Caos*", nele traz uma contribuição importante para mostrarmos dados de contexto que justificam o uso das tecnologias de informação e comunicação para os objetivos de políticas nazifascistas. Existe um modelo político que está sendo desafiado no mundo: a democracia representativa. Constatando que a grande interação social entre os cidadãos, principalmente pela tecnologia digital, aflora os movimentos populares e nacionais, sugere que há uma insatisfação com os modos político-representativos disponibilizados pelas democracias mundiais atuais. Os algoritmos, desenvolvidos e instaurados pelos "engenheiros do caos," entram em conta e oferecem a cada indivíduo a possibilidade para rebelar contra o sistema imposto.

Em todos os cenários acima referidos, "agentes do caos" estão a trabalhar, criando realidades paralelas e legiões de pessoas apaixonadas que procuram experimentar a radicalização política, o isolamento do espaço público e a ruptura de paradigmas sociais. O trabalho de Empoli (2019) coloca a tecnologia no centro das

mudanças sociais e políticas atuais. Infere que na base de todas essas mudanças está a insatisfação com regras impostas por estruturas de controle social ultrapassadas que, em vez de proporcionar benefícios aos indivíduos e à sociedade, impõem restrições aos seus direitos, fazendo com que esse ódio se espalhe pelo mundo, e proporcionam a ruptura das estruturas sociais mais fortes.

O campo da desinformação integra um amplo conjunto de significados, como a ausência de informação, a informação manipulada e o engano proposital. No idioma e na teoria da informação inglesas, a palavra desinformação tem um duplo significado: *misinformation*, que seriam as informações incorretas ou enganosas, sendo que o autor não sabe que repassou inverdades e *desinformation*, também informações incorretas ou enganosas, sendo repassadas por alguém que já sabe ou tem o conhecimento dessas falsidades antes de repassá-las ou veiculá-las, tendo, portanto, a intenção deliberada de enganar (Karlova e Fisher, 2013).

Outros autores, como Rodriguez (2012, p. 53) consideram que, mesmo um ruído pode ser considerado desinformação, desde que seja proposital. Informações que não agregam valor ou conhecimento, disponibilizadas de modo ininterrupto como uma ação calculada para aturdir e confundir, criam sobrecarga ou saturação cognitiva no sujeito e, assim, dificultam a sua reflexão. A superexposição (hiper conectividade) dos sujeitos às informações oferece o risco de gerar o efeito reverso e produzir a negação de si mesma; ou seja, o excesso de exposição a informações passa a ser um instrumento de desinformação.

Historicamente, os Estados sempre recorreram (e continuam fazendo) à propaganda e à difusão de informação falsa para enganar o que consideravam o inimigo externo ou interno. Este efeito é claramente mais intenso em ditaduras, em que não existem outros poderes independentes e os governos controlam quase em absoluto a informação. O nazista Goebbels, responsável pela propaganda do seu partido, é comumente considerado um dos

maiores exemplos de manipulação da informação em larga escala - e com sucesso, pelo menos temporário. Foi dele a decisão de financiar a distribuição massiva de rádios para todas as casas alemãs, de modo a permitir a divulgação exclusiva da sua propaganda (Srouf, 2009). Goeggles durante a segunda guerra mundial afirmou que “Uma mentira muitas vezes repetida se torna verdade”, ou seja o poder da informação falsa pode ser difundida a qualquer preço.

No pós-guerra, o departamento de Defesa e agências de inteligência dos Estados Unidos da América (E.U.A.) criaram o que atualmente a ciência da informação denomina Poder Informacional, um conjunto amplo de instrumentos de desinformação, visando ampliar e manter a sua hegemonia no mundo (De Paula Brito, 2015). A ideologia cientificista e tecnicista predominante no Ocidente e os avanços tecnológicos dela advindos tornaram possível o exercício deste poder, principalmente pela internet. As múltiplas redes sociais viabilizaram a circulação de dados para todas as partes do mundo e a concretização da imagem de aldeia global, modificando e moldando comportamentos, veiculando novos valores, alterando modelos econômicos e até mesmo organizações societárias, também tornando possível uma nova vertente ou característica do Estado: o Estado Informacional, cujo objetivo na circulação da informação não se limita a sua defesa, mas também à realização de suas estratégias e interesses fora de seu território, buscando também uma hegemonia informacional no mundo globalizado (Capurro e Hjørland, 2007).

A Ciência da Informação destaca os principais instrumentos utilizados pelo Estado na construção da hegemonia informacional nos âmbitos nacional e internacional, tais como: desinformação, engano e operações psicológicas (Nehmy e Paim, 1998); todos objetivando moldar ou direcionar a percepção da população ou de um adversário externo de acordo com os interesses do Estado que executa determinada ação.

De Paula Brito e Pinheiro (2015) destacam que a desinformação e o engano, *grosso modo*, são tidas como sinônimas, mas o engano é mais abrangente. Ambas visam enganar os indivíduos, sendo que o engano integra a negação, o bloqueio ao acesso às fontes e aos canais informativos de dados que poderiam suscitar o questionamento da falsa realidade que vai sendo construída. A dita informação verdadeira, em realidade, são verdades incompletas, pois são informações que não são vitais ou mais importantes para a compreensão da realidade e que acabam corroborando com as informações falsas. Também integra o processo de desinformação o denominado mau direcionamento da informação. Nesse método, diversas informações são disponibilizadas de modo concomitante sobre múltiplos acontecimentos, criando um excesso de informações distintas a serem processadas, incapacitando a tomada de decisões pelos sujeitos que as recebem.

Com isso, queremos trazer a discussão de como a ciência da informação passa a considerar a informação e a desinformação como seus objetos de estudo, sendo consideradas como aspectos complementares, influenciando de forma direta, os processos democráticos nas eleições presidenciais brasileiras em 2018.

Metodologia

O estudo é exploratório, descritivo, narrativo e qualitativo. Baseou-se nos discursos veiculados no *Tweet*, para desacreditar as urnas eletrônicas utilizadas em nossas eleições há 22 anos, sem apresentar nenhum incidente fraudulento.

Inicialmente foram coletados Tweets que continham os termos “urna” e “urna eletrônica”, sendo 1.483.332. Posteriormente foi feita uma limpeza, eliminando os que não tinham notícias falsas, sendo reduzidos a 276.875 Tweets iniciais e 84.577 retweets com pelo menos uma reprodução (Recuero, Raquel, 2020,p. 391).

A análise do conteúdo apontou o predomínio em sua difusão do critério de legitimidade na autoridade pessoal, 50,93%, validando o discurso de pessoas famosas e influentes no meio político, assim como a autoridade impessoal com menção à nossa tradição e leis (Recuero, Raquel, 2020, p. 396).

Este critério também foi utilizado de modo relevante combinado com o da avaliação moral do comportamento denunciado. Destacou-se, por exemplo, o *Tweet* de uma deputada com 264 mil seguidores com o seguinte texto: "Gente, olha que urna mais boazinha. Basta apertar o número 1 na urna e ela escolhe o candidato pra você. Beleza, heim!!! Nossas urnas são mesmo SEGURAS... para o Partido dos Trabalhadores (PT)". Mensagem acompanhada de um falso vídeo mostrando que, ao apertar o 1, aparecia a foto do candidato Fernando Haddad do PT. (Recuero, Raquel, 2020, p. 396). Assim como o *Tweet* de um famoso escritor com 150 mil seguidores, também acompanhado por um falso vídeo, dizendo: "Tem vídeo mostrando urna na qual você digita 1 e já aparece o Lula. Mesmo com denúncia, vão dizer que é urna com "defeito". Isso não é defeito. Isso é fraude. É totalitarismo. É o roubo supremo da liberdade do povo.". Como se constata, todos veiculados por uma autoridade conhecida, conjuntamente com um vídeo falso fabricado e acompanhados por um comentário moral (Recuero, Raquel, 2020, p. 397).

A segunda estratégia de legitimação predominante foi a da MYTHOPOESIS (M), acompanhada ou não de uma avaliação moral (AM), baseada não no autor da mensagem em si fundada em histórias falsas, como, por exemplo uma em que " a polícia foi chamada para investigar o caso da urna que finaliza o voto antes da pessoa escolher o candidato ", ou a história veiculada pela # NÃO ACEITO FRAUDE (link), indicando a avaliação moral afirmando que : " durante auditoria do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), URNA falha na frente do fiscal e de todos" (Recuero, Raquel, 2020, p. 397).

O critério menos utilizado identificado foi o da racionalização acompanhado pela autoridade pessoal, como o de um pastor líder de seu ministério, que afirmou: “Se a urna eletrônica é 100% segura, UMA PERGUNTA: Por que os EUA, Alemanha, Canadá, França e etc. não usam?” , relacionando a urna com a não adoção em países percebidos como mais avançados, acompanhada de uma informação falsa, pois ela é utilizada sim em outros países., sendo uma racionalização fundada em um pressuposto falso. ” (Recuero, Raquel, 2020, p.399).

Outro exemplo é o de pura racionalização teórica, tal como: “não tem como saber, a urna é inaudível”, baseada numa falsa informação, pois nossa urna eletrônica é comprovadamente auditável. Afirma-se uma “verdade” (a urna é inaudível) seguida pela racionalização (logo, não temos como saber se há fraude ou não), assim como o Tweet que veiculou o seguinte: “ Japão, Suíça, EUA, Alemanha rejeitaram a urna eletrônica, apenas alguns países do terceiro mundo aprovaram a tal geringonça (...)”(Recuero, Raquel, 2020, p. 399).

Outra importante pesquisa foi realizada por Aldé et al (2018), buscando compreender melhor a veiculação da desinformação em larga escala via *WhatsApp* e de identificar possibilidades de rastreio de fontes originais das mesmas, visando à responsabilização de seus autores e tendo por campo empírico 90 grupos de *WhatsApp* interconectados e de apoio aos principais presidenciais a 10 meses antes das eleições de 2018, avaliando uma possível interconexão estrutural não acidental ou ocasional pelos referidos grupos, meio capaz de potencializar e viralizar as Fake News.

O *WhatsApp* foi escolhido provavelmente por ser uma ferramenta de difusão para grandes públicos, utilizada sem custos, capaz de atrair um imenso número de pessoas sem acesso outros modos de acesso a redes sociais; além disso, pode ser criptografado (os conteúdos são protegidos do acesso indesejável) o que restringe o risco de monitoramento externo, facilitando assim práticas ilícitas

tendo a fonte das mensagens relativamente segura e dificultando o seu rastreamento; sendo utilizado como método de análise o das redes complexas, para elucidar a possibilidade de viralização neste contexto.

Inicialmente a criptografia permite resguardar a privacidade dos usuários, como protegê-los de possíveis abusos por parte de Estados que não respeitem os direitos individuais, mas também podendo ter um uso distorcido, podendo ser importante ferramenta para a prática de crimes.

Os apreciadores do candidato Jair Messias Bolsonaro se apropriaram de modo muito bem-sucedido deste aplicativo mediante a cooperação de diversos grupos interconectados e com conhecimento específico e direcionado à sistemática viralização de seus conteúdos. Fenômeno novo e que exigiu uma mudança intencional no modo como vinha sendo normalmente usado, habitualmente para troca de mensagens privadas, mas sendo capaz de compor complexas redes e de intensificar o fluxo dos conteúdos, permitido a sua viralização.

Resultados

Os estudos referentes a ciência da informação nos diferentes países, principalmente na época de eleições, incluem as chamadas operações psicológicas que, embora semelhantes ao engano se diferenciam acerca do público-alvo, podendo ser este mais restrito a divulgação de fake news. O seu objetivo é induzir a desistência aos sujeitos de decidir, de lutar, de perder a confiança em seus dirigentes, de deixar de consumir certo produto, de deixar de frequentar determinados lugares etc. (Brito e Pinheiro, 2015).

O poder do Estado em manipular as informações, é muito antigo, como por exemplo o presente do cavalo Tróia aos Gregos. Outro exemplo, os Estados Unidos da América após a segunda grande guerra mundial, herdou as técnicas de engano e

operações psicológicas praticadas pela Inglaterra durante os conflitos em que historicamente participou, praticando a capacidade de desinformar os adversários e até mesmo os seus aliados (HASTINGS, 2012). O resultado foi muito positivo para os EUA, pois (...) além de se tornarem a principal potência do pós-guerra com um custo relativamente baixo em termos materiais, herdaram parte do conhecimento acumulado pelo Império Britânico ao longo de sua história, dando um novo direcionamento a esta prática, não visando somente a ocupação territorial como a potência anterior, mas como um inédito instrumento do domínio da informação no mundo.

Um aspecto extremamente relevante na atualidade das estratégias discursivas do uso da desinformação, popularmente conhecidas como *Fake News*, é o da sua veiculação massiva e em inovadora escala industrial e da sua utilização nos períodos dos pleitos eleitorais, buscando claramente a formação de um consenso em premissas falsas (falso consenso) ou no posicionamento político majoritariamente constituído, direcionado à decisão política dos cidadãos e por conseguinte ao próprio resultado eleitoral (BASTOS; MERCEA, 2017).

As chamadas *affordances* - (as novas tecnologias e elementos que ampliaram as formas de interação e de participação do público em rede) -, características das mídias sociais, permitiram que a desinformação tivesse um espalhamento e alcance nunca antes existentes e com efeitos muito mais amplos. Além disso estas ferramentas tecnológicas propiciaram ainda que outros elementos como uso da automação e robôs na difusão das mensagens, bem como a escala industrial da sua produção, gerassem outras possibilidades do uso político da desinformação (Marwick e Lewis, 2018; Peters, 2018). Estes autores destacam que a presença dessas informações na esfera pública, particularmente em processos eleitorais, pode interferir nas decisões, manipulando o debate político através da prevalência de discursos eleitorais ancorados em falsas premissas, que inclusive, passam a contaminar o jornalismo ou

a imprensa tradicional, antes mais factual e menos opinativa e que entra na disputa de narrativas discursivas.

Tal prática foi amplamente utilizada na eleição de Donald Trump em 2016 e no Brasil em 2018 e 2020, elegendo nos EUA e em 2018 no Brasil os candidatos da chamada nova direita (extrema direita), permitindo que a sua ideologia e projeto se expandam de modo acelerado pelo mundo globalizado.

Este novo e relevante fenômeno da utilização da desinformação no âmbito da comunicação social tem suscitado pesquisas em diferentes campos da ciência, como por exemplo, estudos que buscam evidenciar e melhor compreender as diversas estratégias de validação ou de legitimação dos discursos fundados em falsidades nas conversações realizadas por computadores e celulares, ou seja, detectar e evidenciar tais estratégias que permitem que um determinado discurso falso se torne prevalente no meio social e imponha a impressão de um consenso, em realidade falso e deformado aqueles que acreditam que a informação só pode ser verdadeira, uma vez que todos os demais a aceitem, o que certos autores chamam de tendência de confirmação (Nickerson,1998) e outros ressaltam que sendo introjetadas pelos atores são dificilmente desconstruídas, mesmo com a apresentação das informações corretas (Nyham; Reifler, 2010).

A compreensão deste processo de legitimação não pode ficar restrita, embora de grande importância, aos diferentes tipos de atores de difusão de desinformação nas conversações políticas, como os líderes de opinião, influenciadores informacionais digitais, ativistas diversos. Precisa ser aprofundada a respeito de como estes efetivamente atuam, para que os usuários de determinada rede legitimem seus conteúdos e participem de modo ativo na propagação das falsas ideias com a firme convicção de que são verdadeiras.

Estas práticas têm sido observadas desde o ano de 2016. Em nosso país emergiram com força enquanto um processo de

produção intencional nas eleições de 2018 através do descrédito da população na urna eletrônica, pondo em dúvida o próprio processo eleitoral e o seu futuro resultado, processo realizado, conforme dito, pela extrema direita, tendo como candidato o antigo deputado Bolsonaro. Este fenômeno social político de suma importância para os possíveis destinos do povo brasileiro vem ensejando um campo de pesquisas, como a de Raquel Recuero (2020), aqui apresentada em seus contornos gerais, tendo por objeto a legitimação ou as estratégias de legitimação para a aceitação da narrativa discursiva em torno das "fraudes nas urnas eletrônicas".

A pesquisadora destaca inicialmente que o tema se conecta ao conceito de poder, onde um sujeito pretende a aceitação aos outros, para ser aceito de modo voluntário, sendo o poder compreendido como digno de obediência ou legítimo. A legitimação assim é constituída como uma justificativa plausível para a ordem institucional de uma dada sociedade e constituída ou obtida através do discurso (Van Leeuwen, 2007), contribuindo com as impressões de consenso (Soon e Goh, 2018) não somente pela sua presença, mas pelas estratégias de legitimação empregadas.

Partiu das quatro categorias de base de legitimação dos discursos na comunicação pública e privada elaboradas e apresentadas por Van Leeuwen (2007), tais como:

AUTORIZAÇÃO (A) - a autorização é uma legitimação pela referência a uma autoridade, seja ela pessoal (um indivíduo com posição e autoridade institucional) ou impessoal (referente a elementos como tradição, leis, costumes etc). Esse tipo de autorização está relacionado ao uso da autoridade no discurso para lhe conferir credibilidade. Para o autor, há dois tipos de autoridade pessoal: a primeira, referente ao papel como "modelo", líder de opinião (derivada da posição do autor na rede), e a segunda ao expert (derivada do conhecimento do ator).

AVALIAÇÃO MORAL (AM) - a avaliação moral é a legitimação pela referência a um discurso de valor maior, por

exemplo, através da categoria de “bom” (ou moralmente desejável) e “mau” (como moralmente indesejável). Também pode ser construída com base nesta adjetivação(avaliação), através da abstração (por exemplo, a generalização de algo “bom” ou “ruim”), ou ainda pela analogia, a classificação de algo como bom ou ruim pela similaridade com outro caso.

RACIONALIZAÇÃO (R) – trata-se de uma validação cognitiva supostamente apoiada no conhecimento. Aqui, Van Leeuwen (2007) também distingue dois tipos: a instrumental e a teórica. A primeira refere-se a uma explicação sobre as práticas sociais ou sobre a própria realidade. Este tipo de racionalização está diretamente relacionado a um princípio lógico de ação para determinado propósito. Já a racionalização teórica está diretamente relacionada a uma validação de um pressuposto maior, *alguma forma de verdade*. Apoia-se em um movimento de logicidade da conexão entre dois elementos (mesmo que ancorado em pressupostos falsos).

MYTHOPOESIS (M) – este tipo de legitimação envolve a construção de narrativas ou histórias, sejam de cunho moral (onde o “bem” vence o “mal”, por exemplo) ou que construam algum tipo de alerta. São usadas para legitimar fatos e seus julgamentos de valor. Algumas hipóteses foram formuladas e testadas, tais como:

- . a formação de grupos inter conectados no aplicativo (App), não sendo característica a priori do App, foi o resultado de opções direcionadas dos usuários, não sendo obra do acaso;

- . esta formação trata-se de um processo composto por vários estágios em que a desinformação vai de nós centrais para os periféricos, ampliando exponencialmente por meio de encaminhamentos de grupos, exigindo conhecimento específico e tendo provavelmente um difusor original ou primeiro; por fim a hipótese norteadora:

mais do que uma rede de pessoas conectadas através de grupos, o *WhatsApp* está sujeito à dinâmicas de uma rede

bipartite de grupos inter conectados por participantes em comum que regulam o intercâmbio de informações, permitem o aumento exponencial da visibilidade e lógicas de difusão viral de notícias falsas mesmo dentro de uma rede fechada. Essa rede de grupos mantém um fluxo de informações criptografadas, opaco ao escrutínio público e intenso em períodos eleitorais. Transitando rapidamente em diferentes grupos, essas notícias podem fomentar ondas de compartilhamento que invadem novas levas de grupos a cada etapa, fluxo passível de mapeamento a partir da aplicação de métodos de constituição estrutural e análise de redes (ALDÉ, et al., 2018, p. 317).

Afirma Gerlach, (2001, p. 318) que “em ambientes polarizados, este modelo baseado em vários grupos separados pode levar à composição intencional ou não, das chamadas redes policêntricas segmentadas e integradas”, possibilitando um comportamento de hidra e dificultando a repressão centralizada, uma vez que a independência e autonomia entre os grupos fazem que a destruição de um destes não interrompa o comportamento global da rede.

Esta nova abordagem surge como alternativa à ideia de viralização associada a algoritmos, permitindo uma lógica similar de crescimento acelerado após determinado limiar da rede constituída, sendo o crescimento na quantidade, um efeito colateral e não a causa, aumentando abruptamente o número de elementos das redes atingidas (Aldé, et al., 2018, p. 319). Feitos os testes empíricos foram confirmados (a)s:

1. A rede estruturada por 9.812 perfis distribuídos em 90 grupos de *WhatsApp* especializados em campanha e discussão

política – independente de viés político - formou um componente gigante comprovando a viabilidade viral.

2. A descentralização, indo de nós centrais a periferia, foi confirmada, além da conexão com usuários do *Facebook*, promovendo ondas de comentários e ataques súbitos sem que a atuação dos referidos grupos fosse visível.

3. É possível identificar a posição estrutural de cada grupo e sua relevância na rede complexa estruturada, chegando aos grupos com centralidade na rede.

4. A informação progride preferencialmente de grupos com maior centralidade para grupos periféricos e quando outros grupos centrais são atingidos a dinâmica se repete, propagando a viralização. A presença da *Fake News* em grupos periféricos é consequência e não a causa da difusão da notícia.

5. A viralização no *WhatsApp* envolve pelo menos três etapas: etapa de produção e difusão inicial, em seguida sua circulação em grupos segmentados dedicados à política, interconectados por membros dispostos a compartilhá-la e inseri-la em uma dinâmica de viralização, e por fim grupos periféricos não dedicados à política, quantitativamente mais numerosos, embora irrelevantes na etapa mais intensa da viralização. Ao se aproximar de grupos com maior centralidade tendemos a nos aproximar da fonte primária da notícia falsa.

6. É possível então um mecanismo de rastreio para investigações moderadas, sem permitir abusos pelo Estado, podendo ser exploradas práticas que visem coibir e responsabilizar os que cometem crimes e a difusão de notícias falsas por meio de recursos técnicos ora disponíveis.

Referências

ALDÉ, Alessandra; CUNHA, Vanessa; FREITAS, Miguel; SANTOS, João Guilherme; SANTOS, Karina. **WhatsApp, política mobile e**

Desinformação: a hidra nas eleições de 2018. C&S – São Bernardo do Campo, v.41, n.2, p.307-334, maio-ago. 2019. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/view/9410> Acesso em: 24/3/2023

ARAÚJO, Carlos. Albert Ávila. A missão da Ciência da Informação na Era da Pós-Verdade. **Informação & Sociedade**, 30(4), 1–19. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57185>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **Construção social da informação: práticas informacionais no contexto de Organizações Não-Governamentais/ONGs brasileiras (a)**. 2019. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/34342> Acesso em 17 fev.2024.

BASTOS, M. T.; MERCEA, D. The Brexit botnet and user-generated hyperpartisan news. **Social Science Computer Review**, Londres, v. 37, n. 1, p. 38-54, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/0894439317734157> Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0894439317734157> Acesso em: 24/3/2024

BASTOS DOS SANTOS, J. G., FREITAS, M., ALDÉ, A., SANTOS, K., & CARDOZO CUNHA, V. C. WhatsApp, política mobile e desinformação: A hidra nas eleições presidenciais de 2018. **Comunicação & Sociedade**, 41(2). (2019). Disponível em: <https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A4%3A22059188/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Agcd%3A143036440&crl=c> Acesso em 22/8/2024.

BENETT, Michael; WALTZ, Edward. **Couterdeception principles and applications for national security**. Boston: Artech House, 2007. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/abstract/document/9100308> Acesso em: 24/3/2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
Acesso em: 24/3/2024

BRASIL, Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011. **Lei de Acesso à Informação. Presidência da República**. Brasília. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 14 de fev. 2024.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em ciência da informação**, 2007, 12: 148-207. <https://doi.org/10.1590/S1413-99362007000100012>

DEMO, Pedro. **Ambivalências da sociedade da informação**. In: Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/797VnWgmBHvsnvbJJytzKnP/?lang=pt>
Acesso em: 24/3/2024

DE PAULA BRITO, Vladimir. O papel informacional dos serviços secretos. 2011. **Dissertação de Mestrado da UFMG**, Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECIC-8H2J2B>. Acesso em 17/2/2024

DE PAULA BRITO, Vladimir; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Poder informacional e desinformação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, 2015, 8.2. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/355> Acesso em; 17/02/2024

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2019. 190 páginas.

GERLACH, Luther P. A estrutura dos movimentos sociais: O ativismo ambiental e seus oponentes. **Redes e netwars: O futuro do terror, do crime e da militância**, 2001, 296.

HASTINGS, Max. **Inferno: o mundo em guerra 1939-1945**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012. Disponível em: [https://www.intrinseca.com.br/upload/livros/1%C2%BACAP Inferno.pdf](https://www.intrinseca.com.br/upload/livros/1%C2%BACAP%20Inferno.pdf) Acesso em: 24/3/2024.

KARLOVA, Natascha A.; FISHER, Karen E. A social diffusion model of misinformation and disinformation for understanding human information behavior. In: **Information Research**, v.18, n.1. paper 573, 2013. Disponível em: <https://informationr.net/ir/18-1/paper573.html?fbclid=IwAR1DCcwe3zlnLMHrVROXfTovYtBvOrYptHFzJhElqtzGFJXpsi3olrJA A> . Acesso em: 06/07/2013

FLORIDI, Luciano. **Steps Forward in the Philosophy of Information**. In: *Ética Política / Ethics Politics*. Trieste: Universidade de Trieste, Departamento de Filosofia. v. 14, 2012, p.304-310.

MAGRINI, Eduardo. **Internet das coisas**. Rio de Janeiro : FGV Editora, 2018

MORIN, Edgar. **El pensamiento complejo**. Gedisa. Madrid, 1995. Disponível em: [https://www.temarium.com/wordpress/wp-content/uploads/simple-file-list/Morin E -El-pensamiento-Complejo.pdf](https://www.temarium.com/wordpress/wp-content/uploads/simple-file-list/Morin_E_-El-pensamiento-Complejo.pdf) Acesso em: 24/3/2024

MARTINS, Renato Parsekian. Ciência e a dissonância cognitiva. **Revista Clínica Ortod Dental Press**, 2015, 5-6. Disponível em: <https://encurtador.com.br/gjLR9> Acesso em: 24/3/2024

MARWICK, A.; LEWIS, R. Media manipulation and disinformation online. Nova York: **Data & Society Research Institute**, 2018. Disponível em: Disponível em: <https://bit.ly/2qVkrKE> Acesso em: 24/3/2024.

NEHMY, Rosa Maria Quadros; PAIM, Isis. A desconstrução do conceito de "qualidade da informação". **Ciência da Informação**, Brasília,D.F., v. 27, n. 1, p. 36-45, jan./abr. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/FDk86NHvkRG8ZBrSzc4c79s/> Acesso em 24/3/2024.

NICKERSON, R. Confirmation bias: a ubiquitous phenomenon in many guises. **Review of General Psychology**, Washington, v. 2, n. 2, p. 175-220, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1037/1089-2680.2.2.175>

NYHAN, B.; REIFLER, J. When corrections fail: The persistence of political misperceptions. **Political Behaviour**, Berlim, v. 32, n. 2, p. 303-330, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11109-010-9112-2>

PAIVA, Rogério Marques de. **Indústria cultural de guerra em Hollywood: ideologias e contraideologias governamentais no cinema norte-americano pós-Guerra Fria**. 2012. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/16243> Acesso em 17 fev. 2024.

PETERS, M. A. The information wars, fake news and the end of globalisation. **Educational Philosophy and Theory**, Abingdon-on-Thames, v. 50, n. 13, p. 1161-1164, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/00131857.2017.1417200>

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; Brito, Vladimir de Paula. Em Busca do Significado da Desinformação. **Data Grama – Revista d Ciência da Informação**,, v.15,n.6, dez/14. Disponível em : <https://encurtador.com.br/aGH79>

RECUERO RAQUEL. **Fraude nas urnas: estratégias discursivas no Twitter nas eleições de 2018**. Rev. Bras. Apl, v.20, n3. P. 383-406,2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/vKngbPRMJxbybBVRLYN3YTB/?lang=pt> Acesso em: 24/3/2024.

RODRÍGUEZ, Luis Miguel Romero. **La Desinformación en la Nueva Aldea Global**. In: **Estudios venezolanos de comunicación**. Centro Gumilla, N° 159-160 (Extraordinario), p.52-55. Terceiro e quarto trimestre de 2012. Disponível em:. Acesso em: 03/07/2013.

SANTAELLA, Lucia. Para compreender a ciberliteratura. **Texto digital**, 2012, 8.2: 229-240. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/textodigital/article/view/1807-9288.2012v8n2p229> Acesso em: 24/3/2024.

SOON, C.; GOH, S. Fake news, false information and more: countering human biases. Queenstown: **Institute of Policy Studies**, 2018. Disponível em: Disponível em: <https://nus.edu/2xCBtIK>. Acesso em:24/3/2024 .

SROUR, Robert Henry. **De boas intenções, as empresas estão cheias!: uma história envolvente sobre o dilema ético dos negócios**. Editora Elsevier (Rio de Janeiro-Brasil), 2009. Disponível em: <https://encurtador.com.br/fkqFN> Acesso em 24/3/2024.

VAN LEEUWEN, T. J. Legitimation in discourse and communication. **Discourse & Communication**, Londres, v. 1, n. 1, p. 91-112, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1177/1750481307071986>

VIGNOLI, R. G., RABELLO, R., e de ALMEIDA, C. C. Informação, misinformation, desinformação e movimentos antivacina: materialidade de enunciados em regimes de informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, 26. 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/147/14768130004/14768130004.pdf> Acesso em: 15/4/2024.

GAMES COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA ERA DIGITAL: promovendo a conscientização e análise crítica de informações

Igor Arnaldo Soares de Alencar
Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

Introdução

A era digital tem redefinido continuamente os paradigmas educacionais, demandando abordagens inovadoras para aprimorar o processo de aprendizado. Nesse contexto, os jogos emergem como uma ferramenta pedagógica promissora, capaz de envolver os alunos de maneira lúdica e eficaz. O presente artigo busca explorar a integração de jogos no ambiente educacional, com ênfase na promoção da conscientização e análise crítica de informações, elementos cruciais diante do desafio contemporâneo da desinformação. (Rifkin, 2001)

O cenário digital proporciona um fluxo incessante de informações, demandando dos indivíduos habilidades aprimoradas para discernir entre o factual e o fictício. Diante desse panorama, a gamificação surge como uma estratégia relevante, alinhando-se às necessidades de uma sociedade cada vez mais digitalizada. A

introdução deste trabalho visa delinear o contexto no qual se insere a discussão sobre o potencial pedagógico dos jogos na formação de indivíduos críticos e conscientes. (Castells, 2007)

Nesse sentido, a pesquisa fundamenta-se na compreensão de que a abordagem lúdica não apenas cativa, mas também estimula a reflexão, possibilitando aos alunos desenvolverem competências analíticas essenciais. Ao explorar as potencialidades dos jogos e da gamificação, almejamos contribuir para o enriquecimento do debate sobre práticas educacionais inovadoras e adaptadas ao contexto contemporâneo.

No contexto educacional, a aplicação de estratégias baseadas em jogos não apenas atende às demandas de um ambiente digital em constante evolução, mas também responde à necessidade urgente de desenvolver habilidades cognitivas e analíticas em estudantes. Este artigo pretende, assim, lançar luz sobre o papel crucial dos jogos na promoção da conscientização e análise crítica de informações, explorando como essa abordagem pode moldar uma nova geração de aprendizes mais capacitados a enfrentar os desafios informativos do século XXI. (Prensky, 2002)

Ao considerarmos a evolução acelerada da sociedade digital, reconhecemos a importância de uma educação que não apenas transmita conhecimentos, mas também capacite os alunos a avaliarem de maneira crítica o vasto oceano de informações disponíveis. Nesse sentido, os jogos educacionais e a gamificação emergem como ferramentas estratégicas, oferecendo um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, tomada de decisões e análise reflexiva. Este artigo pretende, portanto, examinar a relevância dessas abordagens no contexto educacional, enfatizando a necessidade de preparar os alunos para os desafios complexos de discernir informações em um mundo digital cada vez mais. (Gee,2005)

Dessa forma, este artigo estrutura-se para abordar a relevância dos jogos como ferramenta pedagógica na era digital,

destacando seu papel na conscientização e análise crítica de informações, elementos vitais para o desenvolvimento de cidadãos capacitados e adaptáveis ao cenário informacional atual.

Metodologia de pesquisa

Neste estudo, a metodologia adotada baseou-se em uma pesquisa bibliográfica que abrangeu livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado, com um foco direcionado para a temática do uso de games como ferramenta pedagógica na promoção da conscientização e análise crítica de informações na era digital. Dada a escassez de estudos específicos nessa área, optamos por realizar uma pesquisa utilizando o método histórico-analítico em diversas fontes, tanto impressas quanto eletrônicas. Essa abordagem permitiu uma compilação abrangente de conhecimentos existentes, possibilitando uma análise crítica da evolução e interseção desses conceitos ao longo do tempo, contribuindo para uma compreensão mais profunda e embasada do contexto em questão.

Essa metodologia singular busca preencher as lacunas existentes na literatura relacionada ao uso de games como instrumento pedagógico. A análise histórico-analítica em diversas fontes, incluindo artigos acadêmicos, livros e plataformas eletrônicas, não apenas oferece uma perspectiva abrangente sobre a evolução desses conceitos, mas também lança luz sobre as abordagens adotadas ao longo do tempo no contexto educacional. (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Portanto, a abordagem metodológica adotada visa não apenas compreender a interseção entre games, conscientização e análise crítica de informações, mas também contribuir para a construção de uma base teórica sólida no campo da educação na era digital, abordando de maneira específica o papel dos games como ferramenta pedagógica nesse cenário.

Referencial teórico

O referencial teórico deste estudo sustenta-se em fundamentos multidisciplinares que convergem para a compreensão aprofundada do uso de games como ferramenta pedagógica na promoção da conscientização e análise crítica de informações na era digital. A interseção entre educação, tecnologia e psicologia cognitiva é central para compreendermos o impacto e o potencial transformador dessa abordagem inovadora. (Tolomei, 2017)

No âmbito educacional, teorias construtivistas, como as propostas por Piaget (1973) e Vygotsky (1988), fundamentam a importância do aprendizado ativo e da construção do conhecimento pelos próprios estudantes. Ao aplicar games como instrumento pedagógico, buscamos alinhar a experiência educacional com os princípios fundamentais do construtivismo, proporcionando um ambiente de aprendizado participativo e interativo.

A Teoria da Aprendizagem Situada, desenvolvida por Lave e Wenger (1991), também desempenha um papel crucial em nossa fundamentação teórica. Ao considerar a aprendizagem como um processo social e cultural, essa teoria destaca a relevância do contexto e da interação no desenvolvimento de habilidades e conhecimentos. No contexto dos games, onde os jogadores frequentemente enfrentam desafios contextualizados, essa teoria fornece uma lente valiosa para compreender como a aprendizagem pode ser potencializada.

Do ponto de vista tecnológico, as teorias da Gamificação, que exploram a aplicação de elementos de jogos em contextos não lúdicos, também se entrelaçam com nosso referencial teórico. Autores como Deterding (2011), Dixon, Khaled e Nacke oferecem insights sobre como a gamificação pode ser efetivamente utilizada para motivar a participação e engajamento, aspectos essenciais para o sucesso de games como ferramenta pedagógica. (Alves, 2015)

A perspectiva da Psicologia Cognitiva contribui para a compreensão dos processos mentais envolvidos na conscientização e análise crítica de informações. Teorias como a Teoria da Elaboração, que explora como as pessoas processam e retêm informações, e a Teoria da Perspectiva, que analisa como as pessoas interpretam e atribuem significado aos eventos, fornecem um arcabouço teórico para avaliar como os games podem impactar a cognição dos aprendizes.(KERBAUY; WIELENSKA; 2001)

Em suma, o referencial teórico deste estudo integra princípios do construtivismo, aprendizagem situada, gamificação e psicologia cognitiva para proporcionar uma compreensão abrangente e embasada sobre o papel dos games como ferramenta pedagógica na era digital. Essas teorias orientam nossa análise e interpretação dos resultados, fornecendo uma base sólida para a discussão de como essa abordagem pode transformar a educação contemporânea.

O Potencial Pedagógico dos Jogos na Conscientização de Informações

A incorporação de jogos como ferramenta pedagógica revela-se uma abordagem altamente promissora para a promoção da conscientização de informações no cenário educacional contemporâneo. A intrínseca capacidade dos jogos de envolver os aprendizes em uma experiência dinâmica transcende as limitações dos métodos tradicionais de ensino. (ALVES, 2014)

Em primeiro lugar, a natureza envolvente dos jogos incentiva um engajamento ativo por parte dos alunos. Ao integrar elementos como narrativa, desafios e recompensas, os jogos criam um ambiente que motiva os estudantes a participarem ativamente do processo educacional, facilitando o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas. (CAILLOIS, 2017)

A contextualização é outro aspecto fundamental proporcionado pelos jogos. Através da criação de cenários e

situações que espelham a realidade, os jogos oferecem aos aprendizes uma experiência contextualizada, permitindo a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em situações do mundo real. (HUIZINGA, 2012)

A imediata e iterativa retroalimentação é uma característica inerente aos jogos. Esta abordagem interativa proporciona um retorno instantâneo sobre as ações dos jogadores, estimulando uma aprendizagem contínua e adaptativa. Esse ciclo de feedback contribui significativamente para o desenvolvimento da análise crítica, pois os aprendizes são incentivados a avaliar e ajustar suas estratégias em tempo real. (CHOU, 2019)

Além disso, os jogos são eficazes no fomento de habilidades analíticas. Ao apresentar desafios complexos e demandar tomada de decisões dentro do contexto do jogo, os aprendizes são levados a aprimorar suas capacidades de avaliação crítica, discernindo informações e aplicando raciocínio lógico. (ALVES, 2006)

A dinâmica social presente em muitos jogos, que inclui elementos colaborativos e competitivos, também desempenha um papel significativo. A colaboração estimula a aprendizagem entre pares, enquanto a competição saudável motiva os alunos a superarem desafios. Essa interação social adiciona uma dimensão extra ao processo de conscientização, refletindo a complexidade da sociedade moderna. (ZICHERMANN; CUNNINGHAM, 2011)

O potencial pedagógico dos jogos na conscientização de informações reside na sua capacidade única de proporcionar uma experiência educacional envolvente, contextualizada e interativa. Compreender e explorar esse potencial permite que educadores tirem proveito dos benefícios dos jogos como instrumentos eficazes na promoção da conscientização informacional e no desenvolvimento da análise crítica em um ambiente educacional cada vez mais digital. (SANTOS E MOITA, 2011)

Em adição, o uso de jogos como instrumentos pedagógicos também se destaca pela sua capacidade de personalização do

aprendizado. Cada jogo pode ser adaptado para atender às necessidades individuais dos alunos, proporcionando um ambiente de aprendizagem flexível e personalizado. Isso não apenas promove a inclusão de diferentes estilos de aprendizagem, mas também permite que os educadores ajustem o nível de dificuldade de acordo com o progresso de cada aluno, garantindo um desafio adequado para maximizar o aprendizado. (ARANHA, 2004)

Outro benefício significativo é a promoção do pensamento crítico e da tomada de decisões éticas. Muitos jogos apresentam dilemas morais e escolhas que exigem análise cuidadosa antes de tomar uma decisão. Essa abordagem desafia os alunos a considerarem as ramificações éticas de suas ações, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência moral e ética. (ARANHA, 2004)

Além disso, a interatividade dos jogos proporciona uma abordagem prática para o aprendizado, especialmente em áreas complexas. Os alunos podem experimentar conceitos abstratos de maneira tangível, visualizando e manipulando informações de forma interativa. Essa abordagem prática não apenas facilita a compreensão, mas também incentiva a retenção de conhecimento, transformando o processo educacional em uma experiência mais memorável e eficaz. (ARANHA, 2004)

Por fim, o potencial pedagógico dos jogos na conscientização de informações se estende além da sala de aula tradicional. Com a ascensão do ensino à distância e da educação online, os jogos oferecem uma plataforma versátil para o engajamento educacional remoto. Essa adaptabilidade permite que alunos de diferentes contextos e locais participem de experiências de aprendizado imersivas, promovendo a democratização do acesso à educação e a construção de conhecimento em escala global. Em suma, a integração estratégica de jogos no cenário educacional representa uma abordagem inovadora e eficaz para nutrir a

conscientização de informações e fomentar o desenvolvimento crítico dos aprendizes na era digital.

Desenvolvimento da Análise Crítica por Meio de Experiências Ludificadas

A implementação de experiências ludificadas no contexto educacional emerge como uma estratégia eficaz para fomentar o desenvolvimento da análise crítica entre os aprendizes. Ao utilizar elementos lúdicos, como jogos e atividades gamificadas, esta abordagem visa proporcionar um ambiente de aprendizagem que vai além da mera assimilação de informações, promovendo uma compreensão mais profunda e reflexiva. (BORGES; SILVA, 2013)

Em primeiro lugar, a ludificação oferece desafios estruturados que demandam avaliação constante e tomada de decisões ponderadas. Os participantes são incentivados a analisar diversas situações dentro do contexto do jogo, aplicando discernimento crítico para resolver problemas e superar obstáculos. Essa prática contínua de avaliação contribui significativamente para o aprimoramento das habilidades analíticas dos aprendizes. (MCGONIGAL, 2011)

A natureza interativa das experiências ludificadas também propicia um ambiente propício para a experimentação controlada. Os aprendizes têm a oportunidade de explorar diferentes abordagens, testar hipóteses e observar as consequências de suas escolhas dentro de um espaço seguro. Esse processo experimental não apenas estimula a análise crítica, mas também promove uma compreensão mais holística das complexidades inerentes a diversos cenários. (MCGONIGAL, 2011)

Além disso, a ludificação muitas vezes incorpora elementos narrativos e desafios que refletem questões da vida real. Essa contextualização é fundamental para o desenvolvimento da análise crítica, uma vez que os aprendizes são instigados a aplicar seus

conhecimentos em situações realistas, estimulando a transferência de habilidades para além do ambiente do jogo. (KAPP, 2012)

A colaboração e a competição saudável, frequentemente presentes em experiências ludificadas, também desempenham um papel crucial. A interação social promovida por atividades colaborativas estimula o debate e a troca de ideias, enquanto a competição saudável motiva os aprendizes a aprimorarem suas capacidades analíticas para alcançarem objetivos específicos, criando um ambiente dinâmico que reflete os desafios do mundo real. (MIZUKAMI, 1986)

O desenvolvimento da análise crítica por meio de experiências ludificadas oferece uma abordagem inovadora e eficaz para o aprimoramento das habilidades analíticas dos aprendizes. Ao proporcionar desafios, experimentação, contextualização realista e interação social, a ludificação se destaca como uma ferramenta valiosa no arsenal educacional, capacitando os alunos para enfrentarem as complexidades do pensamento crítico em diversos contextos.

Desafios e Considerações na Implementação de Jogos Educacionais: Uma Análise Crítica

Apesar dos inegáveis benefícios dos jogos educacionais, sua implementação não está isenta de desafios e considerações críticas. Uma análise aprofundada desses aspectos é essencial para garantir uma integração eficaz e maximizar os resultados educacionais. (OLIVEIRA, 2007)

Em primeiro plano, questões relacionadas à infraestrutura tecnológica podem representar um desafio significativo. A necessidade de dispositivos compatíveis, acesso à internet e plataformas adequadas pode limitar a acessibilidade dos jogos, especialmente em ambientes educacionais que enfrentam disparidades socioeconômicas. A superação dessas barreiras

demanda investimentos substanciais em infraestrutura e ações para garantir a equidade no acesso.

Outro desafio comum reside na resistência institucional à adoção de novas abordagens pedagógicas. Educadores e gestores podem mostrar resistência em incorporar jogos na sala de aula devido a percebidas desconexões com métodos de ensino tradicionais. Superar essa resistência exige esforços de conscientização e programas de capacitação que demonstrem os benefícios tangíveis dos jogos na promoção do engajamento e aprendizado dos alunos.

Considerações éticas também emergem como ponto crítico na implementação de jogos educacionais. A necessidade de garantir conteúdos apropriados, livres de vieses e culturalmente sensíveis, é imperativa. A coleta de dados dos alunos para personalizar a experiência do jogo levanta preocupações sobre privacidade e segurança, exigindo políticas claras e transparentes para mitigar riscos éticos. (OLIVEIRA, 2014)

Avaliar o impacto real dos jogos educacionais no aprendizado é um desafio adicional. A medição da eficácia pedagógica dos jogos requer a implementação de métricas de avaliação apropriadas, indo além de simples indicadores de engajamento. O desenvolvimento e a aplicação de ferramentas de avaliação válidas e confiáveis são cruciais para garantir uma análise crítica do impacto educacional dessas abordagens. (HOFFMANN, 2014)

Por fim, a necessidade contínua de conteúdos educacionais de qualidade dentro dos jogos representa um desafio constante. A manutenção da relevância e atualização constante dos jogos para refletir avanços no conhecimento e mudanças na sociedade é essencial para garantir que continuem sendo ferramentas pedagógicas eficazes ao longo do tempo. (ROSEMBERG, 2008)

Uma análise crítica dos desafios e considerações na implementação de jogos educacionais é crucial para informar

estratégias efetivas. Ao abordar questões como infraestrutura, resistência institucional, ética, avaliação e conteúdo, os educadores podem desenvolver estratégias mais robustas para integrar jogos de maneira significativa e responsável no ambiente educacional.

Desafios e Considerações Éticas na Utilização de Jogos Educacionais

A incorporação de jogos na educação, embora promissora, traz consigo uma série de desafios e considerações éticas cruciais que demandam uma abordagem cautelosa. Estes aspectos éticos são fundamentais para assegurar que a utilização de jogos educacionais respeite princípios morais, promova a equidade e proteja a privacidade dos alunos. (SANTOS, 1997)

Um dos desafios éticos mais prementes está relacionado ao conteúdo dos jogos. A necessidade de garantir que os jogos abordem temas educacionais de maneira precisa, justa e culturalmente sensível é imperativa. A presença de vieses ou estereótipos pode perpetuar desigualdades, exigindo que os educadores selecionem e desenvolvam jogos que representem de maneira equitativa a diversidade de experiências dos alunos. (HOFFMANN, 2010)

A coleta e o uso de dados dos alunos são considerações éticas cruciais. Muitos jogos educacionais personalizam a experiência com base nas interações dos alunos, o que pode envolver a coleta de informações sensíveis. A proteção da privacidade dos alunos, portanto, requer políticas claras, consentimento informado e medidas de segurança robustas para evitar potenciais violações éticas. (HOFFMANN, 2009)

Outro ponto de destaque é a questão da inclusão e acessibilidade. Garantir que os jogos sejam acessíveis a todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou limitações, é vital. A falta de consideração para com a diversidade de necessidades pode resultar em exclusão, o que contradiz os

princípios éticos fundamentais da equidade e inclusão na educação. (SASSAKI, 2003)

A gestão do tempo de exposição aos jogos educacionais é um desafio ético adicional. Embora os jogos possam ser ferramentas educacionais valiosas, um uso excessivo pode resultar em impactos negativos na saúde mental e bem-estar dos alunos. É essencial equilibrar a integração de jogos com outras formas de ensino, garantindo uma abordagem holística e equilibrada. (REEVES, 2013)

Por fim, o envolvimento dos educadores na seleção e implementação dos jogos levanta questões éticas. Os educadores devem ser capacitados e conscientes dos princípios éticos envolvidos na escolha de jogos, considerando sempre o melhor interesse dos alunos e aderindo a padrões éticos na sua utilização em sala de aula.

A utilização ética de jogos educacionais requer uma reflexão atenta sobre o conteúdo, privacidade, acessibilidade, gestão do tempo e envolvimento dos educadores. A consideração cuidadosa dessas questões éticas é essencial para garantir que os jogos sejam implementados de maneira responsável, contribuindo efetivamente para o ambiente educacional sem comprometer os princípios éticos fundamentais.

Conclusão

A análise do potencial pedagógico dos jogos na conscientização de informações e no desenvolvimento da análise crítica revela uma perspectiva rica e promissora para o cenário educacional contemporâneo. Ao longo deste estudo, exploramos os benefícios intrínsecos que os jogos oferecem, indo além do tradicional paradigma educacional e proporcionando uma abordagem inovadora para o engajamento dos alunos.

Os jogos, ao estimularem o engajamento ativo, a contextualização realista e a experimentação controlada, destacam-se como ferramentas eficazes na promoção da conscientização de

informações. A natureza envolvente dessas experiências não apenas cativa os alunos, mas também fornece um terreno fértil para o desenvolvimento das habilidades analíticas tão necessárias na sociedade atual.

Contudo, a implementação de jogos educacionais não é isenta de desafios. Ao abordar questões éticas, infraestruturais e de resistência institucional, reconhecemos que a integração bem-sucedida dessas ferramentas requer uma abordagem equilibrada, transparente e adaptável. A conscientização sobre os desafios éticos, a proteção da privacidade dos alunos e a consideração cuidadosa das necessidades individuais são essenciais para garantir uma utilização ética e responsável dos jogos na educação.

O desenvolvimento da análise crítica, por meio de experiências ludificadas, emerge como uma contribuição significativa para o repertório educacional. Ao oferecer desafios estruturados, oportunidades de experimentação e uma abordagem contextualizada, as experiências ludificadas enriquecem o processo educacional, capacitando os aprendizes para enfrentarem as complexidades do pensamento crítico de maneira eficaz.

Em síntese, os jogos como ferramentas pedagógicas demonstram seu potencial em inspirar uma revolução educacional. A conscientização de informações e o desenvolvimento da análise crítica são metas alcançáveis quando se integram estrategicamente jogos no processo de ensino-aprendizagem. Ao enfrentarmos os desafios com uma abordagem ética e reflexiva, podemos cultivar um ambiente educacional dinâmico, inovador e adaptado às necessidades do aprendiz do século XXI. O caminho à frente envolve a colaboração contínua entre educadores, desenvolvedores de jogos e pesquisadores, visando maximizar os benefícios e mitigar os desafios, assegurando um futuro educacional que seja tanto inspirador quanto ético.

Referências

ALVES, Flora. **Gamification - como criar experiências de aprendizagem engajadoras.** Um guia completo: do conceito à prática. 2ª ed. São Paulo: DVS, 2015.

ALVES, Lynn Rosalina et al. **Gamificação: diálogos com a educação.** In Luciane Maria Fadel et al. (Org.). Gamificação na educação. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014 [e-book].

ALVES, M. T. G. Efeito-escola e fatores associados ao progresso acadêmico dos alunos entre o início da 5ª série e o fim da 6ª série do Ensino Fundamental: um estudo longitudinal em escolas públicas no município de Belo Horizonte. **Tese (Doutorado)** –Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. Biblioteca Digital UFMG. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-857JJ8> - Acesso em 10/10/2019.

ARANHA, G. O processo de consolidação dos jogos eletrônicos como instrumento de comunicação e de construção de conhecimento.2004. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=0033-29092004000100001 Acesso em 05/03/2018.

BORGES, M. L.;SILVA, A. G. **Implicações de um Cenário Multigeracional no Ambiente de Trabalho: Diferenças, Desafios e Aprendizagem.** In: IV Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho–Brasília DF, 2013. Disponível em: <https://document.onl/documents/implicacoes-de-um-cenario-multigeracional-no-ambiente-de-trabalho-implicacoes.html> Acesso em 25/03/2018

CAILLOIS, R. **Os jogos e os homens: A máscara e a vertigem.** Petrópolis: Vozes, 2017.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CHOU, Y.-K. **Actionable gamification : beyond points, badges, and leaderboards**. Birmingham, UK: Packt Publishing, 2019.

Deterding, S., Sicart, M., Nacke, L., O'Hara, K., and Dixon, D. **Gamification: Using game-design elements in non-gaming contexts**. Proc. CHI EA '11, ACM Press (2011), 2425-2428.

GEE, J. P. Bons videogames e boa aprendizagem. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 27, nº 1, p. 167-178, jan./jun. 2009. Disponível em <http://www.perspectiva.ufsc.br>. Acesso em 19 abr. 2015.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação Editora, 2009.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliar: respeitar primeiro, educar depois**. Porto Alegre: Mediação Editora, 2010.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexível sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação Editora, 2014.

Huizinga, J. (2012). **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. 7.^a ed. São Paulo: Perspectiva.

KAPP, K. M. **The gamification of learning and instruction: game-based methods and strategies for training and education**. [S.l.]: John Wiley and Sons, 2012.

KERBAUY, R. C.; WIELENSKA, R. C. (Org.). **Sobre comportamento e cognição: psicologia comportamental e cognitiva: da reflexão teórica à diversidade na aplicação**. Santo André: Esetec, 2001. p. 75-82.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning: legitimate peripheral participation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

MCGONIGAL, J. **Reality is broken: why games make us better and how they can change the world**. [S.l.]: Penguin, 2011.

MIZUKAMI, M. d. G. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, E. de et al. **O Lúdico na Educação de Jovens e Adultos**. In: COLE - CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 16. Anais. . . [S.l.: s.n.], 2007.

OLIVEIRA, V. d. S. M. Os jogos e brincadeiras na Educação Primária de Teresina [manuscrito] : história e memória (1930-1961). 2014. **Dissertação** (Mestrado em Ciência da Computação) — Universidade Federal do Piauí.

PIAGET, J. **A Linguagem e o pensamento da criança**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1973.

PRENSKY, M. **The motivation of gameplay: the real twenty-first century learning revolution**. On the Horizon, v. 10, 2002.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REEVES, B.; READ, J. L. **Total engagement: how games and virtual worlds are changing the way people work and businesses compete**. [S.l.]: Harvard Business Press, 2013.

ROSEMBERG, C. et al. **Prototipação de software e design participativo: uma experiência do atlântico**. In: VIII BRAZILIAN SYMPOSIUM ON HUMAN FACTORS IN COMPUTING SYSTEMS. Proceedings. . . [S.l.: s.n.], 2008. p.312–315.

RIFKIN, J. **A era do acesso**. Trad. Maria Lúcia G. L. Rosa. São Paulo: Makron Books, 2001.

SANTOS, A. L. P.;MOITA, F. M. S. C. **Os jogos como Contextos Curriculares**: Um Estudo das Construções de Gênero no “The SIMS”. In: SOUSA, R. P.;MIOTA, F.M.C.S.C.;

CARVALHO, A. B. G. (orgs.) **Tecnologias digitais na educação**. Campina Grande: EDUEPB. p. 105 –129, 2011.

SANTOS, S. M. P. d. **O lúdico na formação do Educador**. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 1997. n.6.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 5.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

Tolomei, B. V. (2017). **A Gamificação como Estratégia de Engajamento e Motivação na Educação**. Disponível em Acesso em 24 de Abr de 2021.

VYGOTSKY, L. **A Formação Social da Mente**: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ZICHERMANN, G.;CUNNINGHAM, C. **Gamification by Design**. Implementing Game Mechanics in Web and Mobile Apps. Canada: O’Reilly Media, 2011.

HISTÓRIAS QUE TRANSFORMAM: reflexões sobre gênero, incluindo diversidade

Alessandra Furtado de Oliveira
Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior
Jacqueline de Faria Barros Ramos
Célia Maria Adão de Oliveira Aguiar de Sousa
Ruth Maria Mariani Braz

Introdução

A literatura infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, fornecendo uma janela para a compreensão do mundo ao seu redor. É por meio dela, que os seres humanos, se reconhecem criadores de tempos e espaços enunciativos (RAMOS, 2023, p. 2). Nesse contexto, os contos infantis emergem como uma fonte rica de estímulos que transcende a mera transmissão de histórias fantásticas. Com suas narrativas envolventes, personagens cativantes e mensagens morais sutis, os contos infantis não apenas entretêm, mas também moldam as percepções e valores das crianças em formação.

As instituições de ensino, principalmente, as de educação infantil, fundadas para o desenvolvimento da aprendizagem,

utilizavam a literatura infantil e, ainda usam também a infanto-juvenil, como artefatos pedagógicos para ensinar, para discutir normas, valores sociais e culturais. Juntamente com outros artefatos culturais, os professores da escola utilizam a literatura não apenas como estímulo para a leitura, mas também para discutir conceitos, temas conflituosos e polêmicos, questões como bullying, racismo, consumismo, medo, etc (BRESSAN, 2018, p.4).

A presença de estereótipos de gênero é uma característica comum em muitos contos infantis. Personagens femininas frequentemente são retratadas como donzelas em perigo, enquanto personagens masculinas assumem papéis de heróis dominantes. Esses estereótipos não apenas refletem, mas também reforçam as normas tradicionais de gênero, o que pode influenciar as crianças a internalizar conceitos de masculinidade e feminilidade limitados (BAKER-SPERRY & GRAUERHOLZ, 2003).

No âmbito cognitivo, a exposição a contos infantis contribui significativamente para o desenvolvimento da linguagem e do vocabulário. A riqueza linguística dessas narrativas proporciona um terreno fértil para a expansão do repertório linguístico das crianças, estimulando a imaginação e fomentando o interesse pela leitura (DE OLIVEIRA CASTELINI; 2020; DA SILVA, 2020). Desde a mais tenra idade, as crianças aprendem a apreciar histórias, ouvindo-as e tendo adultos como modelo (GONÇALVES, 2023). Além disso, os contos infantis frequentemente abordam questões morais e éticas, fornecendo um substrato para o desenvolvimento do senso crítico e da compreensão das complexidades do comportamento humano.

No plano emocional, os contos infantis servem como ferramentas eficazes para a expressão e compreensão de emoções.

Ao explorar enredos que envolvem personagens enfrentando desafios, lidando com sentimentos de amor, medo, coragem e compaixão, as crianças são capazes de internalizar conceitos emocionais de maneira segura e reflexiva. Assim, a literatura infantil torna-se uma aliada na construção da inteligência emocional desde tenra idade.

Tais narrativas transferem o leitor para um mundo imaginário, mas ainda assim pautado em elementos do seu cotidiano, como os valores morais e os ideais de bondade e maldade. Além disso, os contos de fada evocam sentimentos como medo, amor, ódio e simpatia através de uma jornada que envolve conflitos, rivalidade e superação, convidando o leitor a experimentar a sensação de um final feliz, transferindo essa expectativa para sua experiência individual. Historicamente, os contos de fadas oferecem informações sobre a sociedade em diferentes aspectos, como as relações de poder, de afeto, as concepções familiares e a moralidade (BASTOS, NOGUEIRA 2016, p.13).

Além disso, os contos infantis exercem um papel socializante crucial, transmitindo normas culturais e valores compartilhados. Ao apresentar narrativas que refletem a diversidade cultural e promovem a compreensão mútua, os contos contribuem para a formação de uma consciência global desde os primeiros anos de vida (SILVA, 2021). Através da identificação com personagens diversos, as crianças aprendem a valorizar a pluralidade e a respeitar as diferenças, preparando-se para uma convivência harmoniosa em sociedade.

Pensando na influência inegável dos contos infantis na formação cognitiva, emocional e social das crianças, é crucial

reconhecemos a necessidade premente de integrar abordagens que transcendam os estereótipos de gênero e que considerem a inclusão de personagens com deficiência nas narrativas destinadas aos mais jovens. A desmistificação das questões de gênero e a representação autêntica da diversidade são imperativos inadiáveis em uma sociedade que busca promover a equidade desde a mais tenra idade.

O primeiro contato de muitas sociedades com a literatura foram os contos de fadas, eles moldaram a forma de pensar e influenciaram a cultura vigente. (...) os contos de fadas são como o código moral da sociedade, permitindo que a criança os use como uma ferramenta educacional. (...) os contos (oralizados) para as crianças não-leitoras, objetivavam a transmissão de valores explícitos na mensagem. Para as crianças leitoras, esse tipo de texto consegue ir além, ao possibilitar que elas, entre outros, aprimorem o vocabulário, dinamizem o raciocínio, aperfeiçoem a comunicação e agucem a criatividade. Mas, principalmente, se identifiquem com os personagens (SILVA, 2021, p.3).

Nos contos de fadas, tradicionalmente ancorados em padrões culturais e sociais, identificamos a oportunidade de redefinir e ampliar os arquétipos de gênero (SILVA, 2021). A desconstrução desses estereótipos é essencial para empoderar crianças, independentemente de seu gênero, e para cultivar uma compreensão mais rica e respeitosa das diferenças individuais. Ao inserir personagens femininas como protagonistas de aventuras audaciosas, ou ao desafiar narrativas que perpetuam papéis de gênero restritivos, os contos infantis emergem como ferramentas poderosas na construção de uma mentalidade mais inclusiva.

Paralelamente, não podemos ignorar a relevância de abordar a inclusão de personagens com deficiência nas narrativas infantis. A representatividade é um alicerce fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade consciente e plural. A ausência de personagens com deficiência nas histórias pode contribuir para a perpetuação de estigmas e para a marginalização dessas experiências (SILVA, 2012). A inserção de personagens com deficiência em contos infantis não apenas reflete uma realidade diversa, mas também promove a empatia, desafiando preconceitos e estimulando a compreensão das diferentes habilidades e potencialidades humanas.

Neste contexto, torna-se ainda mais crucial refletirmos sobre a propagação de informações incorretas e de fake news relacionadas às questões de gênero e às experiências de pessoas com deficiência. Os contos infantis, ao serem veículos de valores e mensagens sociais, têm o potencial de desempenhar um papel fundamental na contraposição a narrativas prejudiciais e desinformadas. Ao cultivar a capacidade crítica desde a infância, podemos contribuir significativamente para a formação de indivíduos capazes de discernir e desafiar discursos nocivos, promovendo uma sociedade mais justa e esclarecida.

Para as crianças leitoras, esse tipo de texto consegue ir além, ao possibilitar que elas, entre outros, aprimorem o vocabulário, dinamizem o raciocínio, aperfeiçoem a comunicação e agucem a criatividade. Mas, principalmente, se identifiquem com os personagens (SILVA, 2021, p.3).

Desta forma, esta pesquisa propõe-se não apenas a explorar os benefícios dos contos infantis, mas também a refletir sobre a importância de construir narrativas que contribuam para a

desconstrução de estigmas, promovam a diversidade e capacitam as crianças a discernir entre informações verídicas e falsas, construindo alicerces sólidos para uma sociedade mais inclusiva e informada.

Diante desse cenário, esta pesquisa se propõe investigar o impacto dos contos infantis na formação cognitiva, emocional e social de crianças, com um foco específico na desmistificação de estereótipos de gênero, na inclusão de personagens com deficiência e na abordagem crítica de informações, combatendo fake news nesse contexto. Buscamos compreender como as narrativas infantis podem influenciar a construção de valores, atitudes e entendimentos das crianças em relação à diversidade de gênero e à inclusão, enquanto promovem a habilidade crítica desde a infância. Ao mergulharmos nas páginas dessas histórias encantadoras, desvendamos um universo fascinante que vai além do entretenimento, permeando os alicerces do crescimento e da construção da identidade infantil.

Esse trabalho trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e bibliográfico, com ênfase na busca de informações em plataformas de dados especializadas, como: Educapes, Google Acadêmico, Scielo, Researchgate.

Para o seu desenvolvimento foi realizada uma revisão bibliográfica narrativa nas plataformas de base, citadas anteriormente, onde buscamos nessas literaturas acadêmicas, artigos relacionados ao impacto dos contos infantis na formação de crianças, com ênfase em estudos que abordam questões de gênero, inclusão e educação para a mídia.

Após essa seleção, procuramos analisar como alguns contos quanto à representação de personagens, papéis de gênero, inclusão de personagens com deficiência e a presença de mensagens que possam influenciar positiva ou negativamente o entendimento das crianças. Também buscamos identificar padrões, fontes e estratégias utilizadas na disseminação de informações que acabam por contribuir para reforçar estereótipos que, não são mais condizentes

com a sociedade atual, que busca igualdade, equidade e o fim do capacitismo ainda vigente.

Utilizando os resultados da pesquisa como base, pretendemos com esse trabalho contribuir para a compreensão mais aprofundada do papel dos contos infantis na formação de crianças, fornecendo subsídios para práticas educativas mais inclusivas, críticas e informadas.

Desenvolvimento

Os resultados desta pesquisa revelaram de maneira inequívoca a profunda influência que os contos infantis exercem na formação cognitiva, emocional e social das crianças. A análise abrangente de uma variedade de contos evidenciou não apenas a persistência de estereótipos de gênero, mas também a significativa lacuna na representação de personagens com deficiência. Contudo, a conscientização sobre essas lacunas oferece uma oportunidade crucial para intervenções educativas e narrativas mais inclusivas.

No que diz respeito aos estereótipos de gênero, os resultados destacam a necessidade urgente de revisão e atualização das narrativas infantis. A presença predominante de papéis de gênero tradicionais em muitos contos analisados ressalta a importância de introduzir personagens femininas fortes, independentes e diversificadas. A grande maioria dos contos, descrevem as mulheres de uma forma "inferiorizada", quer seja política, física, ou intelectualmente, (SILVA, 2021), e isso acaba por naturalizar esse discurso. São exemplos clássicos, a passividade de Rapunzel (GRIMM, 2022), numa torre esperando quem a salve, não criando de modo algum, nenhuma estratégia por si só para sair da torre. Outro exemplo, seria o da Branca de Neve (GRIMM, 2021), que em vez de dividir as tarefas da casa com os 7 anões, faz tudo sozinha, pois é uma "tarefa feminina" cuidar da casa, além de sempre, estar a espera que uma figura masculina: anões, caçador e príncipe, venha salvá-la(SILVA, 2021, p.9). Como afirma, Aline Vasconcelos...

Compreende-se o motivo das classes feministas quererem espaços de poderes discursivos. Essas classes querem se libertar da imposição de instituições sobre o seu lugar na sociedade, querem liberdade da passividade imposta pelo sujeito masculino e querem acima de tudo igualdade de papéis sociais. A mídia, como espaço de poder, pode contribuir para que essas classes atinjam seu objetivo. Ao introduzirem discursos a favor do feminismo em filmes, música, e vídeo, a mídia ao ser consumida, pode contribuir para espalhar esses discursos, ajudando a construir novas visões sobre a liberdade do papel da mulher (VASCONCELOS, 2018, p.41).

A desconstrução desses estereótipos é vital para empoderar as crianças, promovendo uma compreensão mais equitativa das capacidades e potencialidades de ambos os gêneros. É o que vemos em contos mais recentes como: *Moana* (CLEMENTS, 2016), que trata de uma jovem que parte em uma missão para salvar seu povo. Ou na história de *Mulan* (RUDNICK, 2020), uma jovem chinesa que não se encaixa na sociedade, que se disfarça de homem e assume o posto de seu pai no exército chinês. Ambas as histórias mostram mulheres corajosas, que são protagonistas de suas vidas e que tomam atitudes por si, sem a dependência de uma figura masculina. Além de também abordarem as questões que referem a cultura diferente, já que tratam de personagens, polinésia e chinesa, respectivamente. Muitos contos tradicionais também perpetuam estereótipos étnicos e raciais. Personagens de diferentes origens são frequentemente retratados de maneira simplificada e muitas vezes negativa, contribuindo para uma visão preconceituosa de grupos

étnicos específicos. Essas representações podem impactar a maneira como as crianças percebem e interagem com pessoas de diferentes culturas (DUNBAR, 2006).

No que tange à inclusão de personagens com deficiência, a pesquisa identificou uma notável escassez de representação. A ausência de personagens com deficiência em contos infantis contribui para a marginalização e perpetuação de estigmas. Os resultados ressaltam a necessidade premente de criar narrativas que reflitam a diversidade de habilidades e experiências, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva desde a infância. Por mais que muitas iniciativas tenham sido feitas nos últimos anos voltadas para à conscientização sobre a deficiência, como o Ano Internacional da Pessoa Deficiente (1981), não bastaram para dar visibilidade a essa parcela da população, que é considerável e em muitos casos não desfruta de seus direitos. (SILVA, 1987, p.329).

E é importante destacar que algumas obras que abordam essas temáticas existem, embora sejam escassas, como é o caso de *O Patinho feio* (ANDERSEN, 2022), que traz a narrativa de um patinho que nasce, muito diferente dos irmãos. Todos o achavam feio, por ser muito esquisito e desengonçado, e posteriormente descobre sua verdadeira origem, e de *A menina e o vento* (XXXX, RAMOS, XXX, 2022), que traz a história, baseada em fatos reais, de uma menina que não nasceu com deficiência, mas se tornou uma pessoa com deficiência e superou seus medos iniciais rumo a uma vida plena e produtiva.

Os contos infantis são, portanto, importantes ferramentas para combater a desinformação, desde que sejam bem trabalhados por seus interlocutores. A análise dos contos relacionadas a questões de gênero e inclusão destaca a urgência de promover a alfabetização midiática infantil. Estratégias educativas, workshops e materiais informativos podem desempenhar um papel vital na capacitação das crianças para discernir entre informações verdadeiras e falsas, fortalecendo-as contra discursos nocivos desde cedo.

Os resultados desta pesquisa ressaltam a necessidade de repensar e remodelar as narrativas destinadas às crianças. Ao reconhecer a influência dos contos infantis na formação das futuras gerações, podemos efetivamente contribuir para uma sociedade mais igualitária, inclusiva e informada.

Conclusão

A análise sobre o impacto dos contos infantis na formação cognitiva, emocional e social de crianças revela um cenário complexo e multifacetado. Os resultados obtidos salientam a necessidade premente de reconhecer o poder dessas narrativas como agentes moldadores das perspectivas e valores das futuras gerações. Ao abordar a persistência de estereótipos de gênero e a ausência de representação de personagens com deficiência, a pesquisa oferece uma oportunidade crítica para repensar e reformular as narrativas destinadas aos mais jovens.

A desconstrução de estereótipos de gênero em contos infantis emerge como uma questão de prioridade. A presença predominante de papéis de gênero tradicionais reforça a importância de introduzir personagens femininas diversificadas e fortes, oferecendo às crianças modelos que desafiem limites e inspirem aspirações diversas. Essa transformação nas narrativas infantis não apenas empodera meninas, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

A representação limitada de personagens com deficiência nos contos infantis destaca uma lacuna significativa na forma como as histórias são contadas. A inclusão autêntica desses personagens não apenas reflete a diversidade da experiência humana, mas também combate estigmas e contribui para uma compreensão mais ampla da riqueza da diversidade. A promoção de narrativas

inclusivas é um passo essencial para construir uma sociedade onde todas as vozes são valorizadas desde a infância.

Por fim, a análise das informações que reforçam estereótipos ultrapassados e não condizentes com a realidade atual, relacionadas a questões de gênero e inclusão destaca a necessidade de se criar estratégias educativas que fortaleçam a capacidade crítica desde a infância, e que elas são essenciais para enfrentar discursos nocivos e a desinformação. Ao capacitar as crianças com as ferramentas necessárias para discernir entre informações verdadeiras e falsas, podemos contribuir para a formação de uma geração mais consciente e informada.

Em suma, a pesquisa ressalta o potencial transformador dos contos infantis. Ao reconhecer e abordar os desafios identificados, podemos promover narrativas que inspiram, educam e, acima de tudo, contribuem para a construção de um futuro mais justo e inclusivo para as crianças que serão os protagonistas dessa história em constante evolução.

Referências

BASTOS, Rodolpho Alexandre Santos Melo; NOGUEIRA, Joanna Ribeiro. Estereótipos de gênero em contos de fada: uma abordagem histórico-pedagógica. *Dimensões*, n. 36, p. 12-30, 2016. Disponível em: <https://encurtador.com.br/fkuzG> acesso em 04/02/24.

BAKER-SPERRY, L., & GRAUERHOLZ, L. "The Pervasiveness and Persistence of the Feminine Beauty Ideal in Children's Fairy Tales." *Gender & Society*, 17(5), 711-726, 2003. Disponível em: <https://encurtador.com.br/goBLZ> Acesso em 04/02/24.

BRESSAN, L. L., MORAES, H. J. P., FURLAN, E., & DE MORAIS, A. Z. Literatura infantil, relações de gênero e imaginário: um estudo sobre a expressão do feminino nos contos de fada. *Revista Memorare*, 5(1), 3-23. 2018. Disponível em: <https://encurtador.com.br/aFNZ4> Acesso em: 04/02/24.

CLEMENTS, Ron, Musker, John, Hall, Don, Williams, Chris. **Moana**. EUA: Walt Disney Animation Studios, 2016. Disponível em: <https://encurtador.com.br/dkxU> Acesso em: 04/02/24.

DA SILVA, Otto Marques. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. Centro São Camilo de Desenvolvimento em Administração da Saúde, 1987. Disponível em: <https://encurtador.com.br/mCJNP> Acesso em: 04/02/24.

DE OLIVEIRA CASTELINI, Alessandra Lopes; XXXX, XXXXX; DA SILVA, Denise Regina Quaresma. Gênero e inclusão na leitura para todos e todas: histórias da/para comunidade com abordagens da tecnologia e do desenho universal para aprendizagem. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 13, n. 42, p. 220-242, 2020. Disponível em: <https://abrir.link/Pxqef> Acesso em: 04/02/24.

DUNBAR, M. "Race, Ethnicity, and Gender in Classic Films for Children." *Gender and Society*, 20(3), 357-381, 2006. Disponível em: <https://encr.pw/WVc6q> Acesso em: 04/02/24.

GONÇALVES, Silvana Florentino. PSICANÁLISE DOS CONTOS DE FADAS: A APRENDIZAGEM INFORMAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL. **N. 8 EDUCAÇÃO**. Revista Educação Continuada (Eletrônica) / [Editor Chefe] Prof. Me. Enésio Marinho da Silva - Vol.5, n.8 (agosto, 2023) - CEQ Educacional - São Paulo (SP): Editora CEQ Educacional, p. 38-46. Disponível em: <https://abrir.link/wdkHD> Acesso em: 04/02/24.

GRIMM, Wilhelm Jacob. Rapunzel. In: **Magia Verde**. Routledge, 2022. p. 43-50. Disponível em: <https://abrir.link/jLbvD> Acesso em 09/07/24.

RAMOS, Jacqueline de Faria Barros. **A menina e o vento**. Ed. Das Autoras. 2022 (A história que a história não conta). ISBN 978-65-00-47128-1, Disponível em: <https://abrir.link/LUYkE> Acesso em: 04/02/24.

RAMOS, Jacqueline de Faria Barros. Programa de leitura literária para a alfabetização e o letramento, **Revista: Retratos da Escola**, V.17, nº

39, 2023. Disponível em: <https://abrir.link/PmkQc> Acesso em: 04/02/24.

RUDNICK, Elizabeth. Mulan. **Universo dos Livros Editora**, 2020. Disponível em: <https://l1nq.com/4s9Pu> Acesso em:09/94/24.

SILVA, Érica Danielle. A (in) visibilidade da monstrosidade do corpo deficiente na/pela história e a produção de sentidos na contemporaneidade. **Estudos da Língua (gem)**, v. 10, n. 1, p. 139-156, 2012. Disponível em: <https://l1nq.com/1Qsch> Acesso em: 04/02/24.

SILVA, Patrícia Vieira; RODRIGUES, Emer Merari. A romantização nos contos de fada: a representação da inferioridade nas mulheres. **Revista Científica Novas Configurações–Diálogos Plurais**, v. 2, n. 3, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://acesse.dev/i1k8a> Acesso em: 04/02/24.

VASCONCELOS, Aline. Do discurso machista em A bela adormecida ao discurso feminista em malévola: o papel da mulher na sociedade ao longo destas narrativas fantásticas. **Monografia** do Curso de Licenciatura em Letras e Inglês e suas Respectivas Literaturas, UEPB, 2018. Disponível em: <https://encr.pw/F3jda> Acesso em: 04/02/24.

UM DEBATE SOBRE A DESINFORMAÇÃO A PARTIR DOS CONCEITOS DE INDÚSTRIA CULTURAL E SEMIFORMAÇÃO EM ADORNO

Paulo Sérgio Gomes Soares
Wesley Pereira de Souza

Introdução

O filósofo alemão Theodor Adorno (1903 - 1969) é um iminente pensador da escola de Frankfurt, que vivenciou o contexto da Segunda Guerra Mundial e presenciou uma das maiores barbáries já produzidas pelos homens em usufruto descontrolado da racionalidade técnica e dos avanços tecnológicos da sua época. Hoje, vivenciamos as incertezas de um mundo em convulsão em decorrência das mudanças climáticas, das crises estruturais do capital, do retorno e ascensão da extrema direita no mundo, com pautas que se assemelham àquelas disseminadas pelos nazistas e fascistas antes e durante a guerra, como se a história se repetisse e ressuscitasse fantasmas com ideias autoritárias e destrutivas que podem levar ao retorno da barbárie.

Em “Educação após Auschwitz”, Adorno (2020) afirma a importância da educação para impedir que Auschwitz se repita e a humanidade retorne à barbárie. No entanto, a humanidade está diante do seu maior desafio, que é controlar o poder incomensurável produzido pelo avanço tecnológico, sob a égide da quarta revolução industrial - a conectividade (SCHWAB, 2016) -, e seus potenciais atributos voltados para diferentes fins, tanto para melhorar a vida humana e não humana quanto para dominá-las, administrá-las e até destruí-las.

Na atual conjuntura, a questão toca na dialética da razão ao trazer à tona as contradições evidenciadas pelo uso intensivo das tecnologias digitais associado ao acesso à *internet*, já que ao mesmo tempo em que aponta para infinitas possibilidades de autonomia e desenvolvimento humano, o advento das redes sociais como um fenômeno de massa tem modificado a subjetividade e o comportamento das pessoas, interferindo na forma como se relacionam na esfera pública e privada, sobretudo pelas evidentes demonstrações de regressão do intelecto por diferentes fatores, dentre eles, o consumo da desinformação.

A proposta deste trabalho é analisar a desinformação disseminada nas redes sociais interseccionada com o conceito de semiformação, caracterizado como um “estado informativo pontual” (ADORNO, 2010), uma condição de restrição da experiência em que o indivíduo é capturado pela efemeridade das informações, passando de uma à outra, de forma rápida e confortável, mas sem a reflexão crítica, sendo facilmente capturado pelos algoritmos influenciadores e manipuladores de opinião.

As redes sociais compõem a chamada indústria cultural, em seu atual estágio de desenvolvimento histórico, e abarcam uma série de recursos em plataformas digitais, *sites, blogs, links, apps* etc., que estimulam a reprodução espiritual, mas também permitem as distorções das notícias e a desinformação, interpretadas, hoje, apenas como narrativas. Então, as redes sociais integram uma parte

substancial da indústria cultural com aparatos que podem veicular ideologias que colocam em risco a vida das pessoas e a saúde das democracias no mundo.

Em termos metodológicos, a Teoria Crítica examina a vida nas sociedades capitalistas, evidenciando as contradições inerentes entre o processo de reprodução da vida material e a perda de autonomia dos indivíduos inseridos e ajustados aos seus critérios de racionalidade. No caso, ao abordar o conceito de semiformação, mostramos em que medida as notícias falsas contribuem para o seu aprofundamento, tendo em vista que na vida prática a ausência de reflexão crítica dos indivíduos ajustados conduz a incapacidade de identificar a desinformação presente nos discursos, tornando-os potenciais consumidores e veiculadores de notícias falsas. Perpetuam-se, dessa forma, as condições básicas para a disseminação de ideologias nefastas que podem levar a humanidade à barbárie.

Indústria cultural e o estado informativo pontual: a semiformação

Nessa seção, procuramos conceituar Indústria Cultural e apontar os seus objetivos em consonância com o modo de produção e consumo capitalista, tendo em vista que a compreensão da abordagem adorniana de semiformação possui implicações diretas com o consumo dos produtos culturais padronizados e massificados.

Publicado por Max Horkheimer e Theodor Adorno em 1947, em Amsterdã, o livro *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*, possui um capítulo³ intitulado *A Indústria Cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*, em que faz uma crítica à cultura afirmativa do capital, a cultura de massa,

³ Existe a possibilidade que este capítulo seja de autoria apenas de Adorno (Nobre, 2020, p. 74-75), haja vista o aprofundamento dessa temática nos escritos adornianos após a publicação dessa obra.

disseminada pela indústria cultural, sobretudo pelo rádio, televisão e cinema.

Para a compreensão dessa crítica, vale destacar que o termo "indústria" não implica apenas na "fabricação" dos produtos culturais prescritos compulsoriamente às massas, mas o planejamento e a padronização deles à aceitação do mercado e desejo de consumo, conforme uma engenharia que envolve recursos técnicos para a obtenção de lucros. O termo "cultural", dessa forma, não pode se apresentar com as características de arte ou obra de arte, pois implica a produção massiva de produtos para um mercado industrial. Nas palavras dos autores:

O cinema e o rádio não precisam mais se apresentar como arte. A verdade de que não passam de um negócio, eles a utilizam como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem. Eles se definem a si mesmos como indústrias, e as cifras publicadas dos rendimentos de seus diretores gerais suprimem toda dúvida quanto à necessidade social de seus produtos. (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 114).

Observa-se, pelo excerto, que a "arte" e a "cultura" estão sendo utilizadas para fins mercantis e para a disseminação de uma ideologia pautada na padronização e destinada a satisfazer necessidades iguais, ou seja, existe um método de reprodução e formas específicas de divulgação para atender as necessidades dos consumidores sem que haja qualquer resistência. Então, por trás da produção das mercadorias culturais existe uma preocupação inerente em fazer com que a padronização apareça apenas como um resultado das necessidades dos próprios consumidores e/ou

espectadores. Tudo precisa ser facilmente assimilado por eles e coincidir com a vida em seus aspectos de plenitude, exigindo a elaboração de uma linguagem que conduza a uma experiência restrita, com efeitos imediatos, nada deve ser complexo demais ou passível de crítica. Tal linguagem objetiva possui a finalidade de facilitar a assimilação pelas massas de temas de interesse da ideologia dominante, tornando os receptores, que são em sua maioria trabalhadores, passivos e impotentes diante da realidade divulgada pela indústria cultural. As consequências desse modelo de produção atendem aos interesses do sistema em seus aspectos gerais - o planejamento e a padronização na produção e no consumo.

Diante do exposto, a indústria cultural tem por objetivo a integração das massas pelos meios de comunicação ao *status quo* vigente, para tanto, a cultura se mostra fundamental para potencializar a reprodução material da sociedade. Ao se utilizar de filmes, programas e propagandas, a indústria cultural molda a opinião pública, estabelecendo uma realidade paralela que subjuga as massas à ideologia dominante e as impele ao consumo dos bens materiais como única forma de autorrealização na sociedade capitalista. Associado a reprodução de bens materiais, a indústria cultural se apropria dos meios de produção de bens espirituais para "ocupar os sentidos dos homens da saída da fábrica, à noite, até a chegada ao relógio do ponto, na manhã seguinte" (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 123). Em outras palavras, ela ocupa o tempo livre dos trabalhadores fora do expediente, alienando-os com os produtos culturais, proporcionando formas de diversão padronizadas durante os momentos de ócio para evitar que eles pensem nas condições socioeconômicas em que estão inseridos.

Nesse sentido, "a diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo" (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 128). Durante este

período, a indústria cultural se ocupa de entreter os trabalhadores com a finalidade de bloquear o pensamento e a reflexão crítica, tendo em vista que os faz desacostumar a pensar a realidade e aceitar passivamente o que é transmitido pela tela. Para tanto, a diversão serve como uma válvula de escape, “divertir significa sempre: não ter que pensar nisso, esquecer o sofrimento até mesmo onde ele é mostrado. [...] É na verdade uma fuga, mas não, como afirma, uma fuga da realidade ruim, mas da última ideia [sic] de resistência que essa realidade ainda deixa subsistir” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 135).

Cabe salientar que após a Segunda Guerra Mundial e retorno à Alemanha, Adorno passou a analisar a possibilidade de utilizar os instrumentos técnicos da indústria cultural com outras finalidades. Como ressalta Nobre (2008, p. 92), “Adorno passa a admitir a possibilidade do uso emancipatório do rádio, da televisão e do cinema”, com isso, “se envolve numa série de debates que apontam tanto a necessidade quanto a possibilidade do emprego da televisão com finalidades pedagógicas e esclarecedoras”.

No entanto, iludidos pela autorrealização através do consumo na sociedade capitalista, os consumidores dos produtos da indústria cultural praticam um autoengodo, considerando a função passiva que estes produtos têm como objetivo perpetuar, embora os meios de comunicação de massa possam ter fins emancipatórios. Então, por que os espectadores dos produtos culturais continuam a consumi-los?

A produção capitalista os mantém tão bem presos em corpo e alma que eles sucumbem sem resistência ao que lhes é oferecido. Assim como os dominados sempre levaram mais a sério do que os dominadores a moral que deles recebiam, hoje em dia as massas logradas sucumbem mais facilmente ao mito do sucesso do que os bem-sucedidos. Elas

têm os desejos deles. Obstinadamente, insistem na ideologia que as escraviza. O amor funesto do povo pelo mal que a ele se faz chega a se antecipar à astúcia das instâncias de controle. (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 125)

Essa identidade dos dominados com os dominadores ocorre em função da ideologia, voltada para produzir o fenômeno da alienação causada pelos meios de comunicação, que não atinge apenas os sentidos humanos, mas também o intelecto. Os seus consumidores perdem a capacidade de apreciação da obra de arte, pois a indústria cultural atinge uma instância mais profunda - a do intelecto -, "que se separa da experiência sensível para submetê-la. Este retrocesso dos sentidos atinge a capacidade de entender e refletir, e, assim, configura um novo agir político, corrói a autonomia, a capacidade de julgar e ter experiências próprias" (Campos, 2010, p. 193).

A regressão do intelecto, segundo Adorno, estaria levando a uma profunda crise de formação dos indivíduos, crise essa denominada de semiformação. A *bildung* [formação] é um conceito amplamente abordado nos escritos adornianos. Em 1959, Adorno participou de um encontro com sociólogos alemães em que apresentou a tese intitulada *Theorie der Halbbildung* [Teoria da Semiformação], em que ressalta que as relações capitalistas de produção têm transformado a *bildung* em *halbbildung* [semiformação]. Nas palavras de Adorno (2010, p. 25), "a semiformação é o espírito conquistado pelo caráter de fetiche da mercadoria", em outras palavras, a cultura burguesa conseguiu eliminar a subjetividade dos indivíduos e, conseqüentemente, o seu processo formativo, o caráter emancipatório.

Para fins de conceituação, é necessário ressaltar que o termo *bildung* pode representar, ora cultura, ora formação cultural. Sendo

assim, *halbbildung* pode ser interpretada como semicultura ou semiformação. Na primeira tradução deste texto para o português, publicada na revista Educação e Sociedade, em 1996, o ensaio está intitulado Teoria da Semicultura. A segunda edição, publicada em uma coletânea, intitulada Teoria Crítica e inconformismo, em 2010, o texto vem intitulado Teoria da Semiformação. Aqui, optou-se pelo conceito de semiformação com base na referência bibliográfica utilizada.

A indústria cultural promete a realização imediata da vida a partir do consumo, também a semiformação promete a compreensão imediata de qualquer assunto discutido a partir de sínteses resumidas e desvinculadas de qualquer historicidade. Nesse sentido, Zuin *et. al.* (2015, p. 80-81) afirma que “a semiformação também se apresenta, ideologicamente, como uma formação completa: capaz de proporcionar sínteses conclusivas que identificam o indivíduo semiformado não como tal, mas sim como profundo conhecedor de assuntos que são, na realidade, absolutamente abreviados”.

Adorno (2010, p. 33) denuncia os prejuízos da semiformação para a própria experiência formativa dos indivíduos, pois diante das informações fragmentadas ela é “substituída por um estado informativo pontual, desconectado, intercambiável e efêmero”, e conclui, “que se sabe que ficará borrado no próximo instante por outras informações”. O estado informativo pontual levado a cabo pela semiformação não é capaz de criar julgamentos sólidos, isto é, argumentos para um debate racional. No lugar do julgamento racional, coloca-se um “é assim”, inquestionável (Adorno, 2010, p. 33). Nisso resulta o aspecto perigoso da semiformação, quando o indivíduo semiformado impõe esse ‘é assim’, “sem que haja a mínima possibilidade de que perspectivas discordantes possam confrontá-lo”, ou ainda, de forma “que não admite que outras pessoas pensem de forma diferente dele, ou do grupo com o qual, narcisisticamente,

se identifica e é identificado”, daí resulta a possibilidade de regressão à barbárie (Zuin *et. al.*, 2015, p. 82).

A estratégia comunicativa utilizada pela indústria cultural se apoia na semiformação e, ao buscar maneiras de transmitir os interesses da classe dominante de forma palatável às massas, elimina as barreiras negativas da crítica ao se utilizar de uma linguagem acessível, ao mesmo tempo, dissimulada.

Quando se perde o aspecto negativo da dialética da formação, a saber, a possibilidade de discordar, corre-se o risco de recair em uma formação regressiva. O êxito desse processo se dá quando o indivíduo semiformado já não percebe a alienação a qual está submetido, tampouco consegue fazer julgamentos livres e críticos acerca da realidade em que está inserido, apenas reproduz a opinião pública, definida por Campos (2010, p. 192) como a “opinião de ninguém”, porque manipulada pela semiformação.

Adorno (2020) identificará como resultado dessa formação regressiva, indivíduos de consciência coisificada. Nas palavras do filósofo alemão, “no começo, as pessoas desse tipo se tornam por assim dizer iguais a coisas. Em seguida, na medida em que o conseguem, tornam os outros iguais a coisas” (Adorno, 2020, p. 141). O principal exemplo ilustrado por Adorno (2020, p. 129) para mostrar os efeitos nefastos da coisificação dos sujeitos levado a cabo pela semiformação é regressão à barbárie do campo de concentração, mas tal “barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que têm de fundamental as condições que geram essa regressão”.

Nisso reside a resistência da formação em tempos de hegemonia da ideologia burguesa, a saber, a realização constante da crítica e da autocrítica, promovendo a análise e uma síntese de como a indústria cultural tem transformado a racionalidade humana em racionalidade técnica e afeita à passividade e submissão aos interesses mercantis da ordem dominante.

A barbárie como síntese entre a semiformação e a desinformação

Como ressaltado na seção anterior, a formação e a cultura entram em crise com o advento da indústria cultural, que massifica a cultura e permite a semiformação. Em seu tempo histórico, Adorno tece críticas contextualizadas ao cinema, ao rádio e a televisão, denunciando o potencial de cooptação dos indivíduos para atender aos interesses do mercado. Na atualidade, esse processo de cooptação se evidencia pela ampliação dos meios de comunicação de massa – as redes sociais – e pela rapidez na recepção dos conteúdos fragmentados, mas com interesses bem definidos ideologicamente.

Se a finalidade da indústria cultural criticada por Adorno tinha como objetivo bloquear o pensamento e a reflexão crítica das massas, a fim de entretê-las, docilizá-las e torná-las aptas ao trabalho rotineiro mecanizado, a informação e a desinformação nas redes sociais, hoje, têm o papel de despertá-las para a participação social e política. Nesse sentido, a indústria cultural se tornou um perigo para as relações humanas e para a democracia em função das massas semiformadas, estimuladas a agir em prol de ideologias escusas aos interesses comuns.

Conforme vimos em Adorno, a semiformação sedimenta as bases para que os indivíduos compreendam qualquer discussão em sínteses resumidas e desvinculadas de qualquer historicidade, fator que parece ter sido aprofundado com o advento das redes sociais, em que as pessoas podem participar sem serem fisicamente identificadas, apresentando sínteses conclusivas abreviadas sem conhecer o assunto. Ou seja, as pessoas podem falar sobre qualquer assunto, como se fossem profundos conhecedores, mas quando confrontados, a semiformação se pauta em um argumento derradeiro do estado informativo pontual: “Essa é a minha opinião, tem que respeitar”. Assim, a opinião fundamentada na desinformação e apoiada em meras narrativas distorcidas dos fatos

ganha *status* de verdade absoluta. “Nós nos tornamos tão seguros em nossas bolhas que começamos a aceitar apenas informações, verdadeiras ou não, que correspondem as nossas opiniões, em vez de basearmos nossas opiniões nas evidências que estão por aí” (Obama *apud* D’ancona, 2018, p. 52). Consequentemente, as ideologias negacionistas de todos os tipos (da ciência, do clima, da democracia, as teorias da conspiração etc.) passam a ter “razão de existir” e angariam espaço legal nas redes sociais sob a pena de qualquer restrição ser taxada de censura. O “é assim” narcísico da consciência coisificada figura no lugar das comprovações científicas e do debate racional e os indivíduos parecem não perceber os riscos desses desatinos para a vida, para a democracia e para o planeta em função da regressão do intelecto pela formação regressiva e/ou semiformação.

A indústria cultural, portanto, continua atuando na contemporaneidade com a mesma perspectiva, a saber, para perpetuar o *status* dominante, conforme os valores do capital, amplificando, através das redes sociais, uma suposta liberdade para os indivíduos exporem suas opiniões sobre os fatos que marcam ou marcaram a sua própria realidade, apoiando-se em diferentes formas de produção, desde a escrita de textos simples disseminados em grupos no *Whatsapp* até produções audiovisuais bem elaboradas disseminados em diversas plataformas, da mesma forma como há a disseminação de conteúdos científicos das diferentes áreas do conhecimento nas redes sociais. Ou seja, as redes sociais tanto propagam as opiniões quanto o conhecimento científico.

No entanto, as redes sociais seguem a mesma lógica do jornal tradicional, qual seja, permitir ao receptor/internauta uma infinidade de conteúdos, que abarcam uma abrangência sem limites de interesses diversos, podendo ser dissimulados e irrelevantes, embora todos possam estar voltados para produzir o “estado informativo pontual” (Adorno, 2010).

O problema atual, então, é que a desinformação nas redes sociais tem descortinado, com fortes evidências, os prejuízos para a experiência formativa dos indivíduos – a semiformação -frente aos limites e a efemeridade das informações, considerando a possibilidade de torná-los receptáculos acríticos de ideologias nefastas que compõem o universo das experiências práticas restritas. Nas sociedades capitalistas há a prerrogativa fundamental de que os indivíduos reproduzam a experiência da cultura afirmativa do capital, conforme os interesses de manutenção do sistema. As *Big Techs* se fundamentam nessa prerrogativa enquanto não houver regulamentação, a saber, que as plataformas digitais permitem a inserção de qualquer informação ou notícia pelos indivíduos, independente se falsa ou verdadeira, apostando em um amplo consumo por outros indivíduos de qualquer classe social. Dessa forma, todos os indivíduos se tornam potenciais criadores e disseminadores de informação ou desinformação, movimentando o mercado da indústria cultural em sua atual fase de desenvolvimento histórico. O que importa são os lucros que esse consumo pode gerar e o poder que ele pode fortalecer em termos de interesses.

Diante desse quadro, a presente análise não pretende identificar as redes sociais apenas como meio de comunicação, por excelência, da indústria cultural, antes, é preciso enfatizar seu caráter dialético. As redes sociais se tornaram um vasto espaço para o *midiaativismo* e o *ciberativismo*, com possibilidades incomensuráveis de protagonismo social, mas trazendo consigo as contradições inevitáveis que advêm da expansão ilimitada com que as informações efêmeras são difundidas. Nesse sentido, a desinformação poderia ser vista apenas como um efeito colateral se os seus impactos não fossem tão nefastos para os indivíduos, para as relações sociais e para a democracia, tendo em vista o problema da semiformação.

As redes sociais se tornaram os principais espaços para a veiculação da desinformação em massa, de forma que, em relação

às informações e aos conteúdos, “não se trata de desmerecer as potencialidades da liberação do polo emissor. Ao contrário, a ideia é reconhecer que os obstáculos existem” (Loureiro; Gonçalves, 2021, p. 14) e que os problemas criados pela desinformação podem sair do controle e gerar sérias consequências para a vida social em suas várias esferas. Há que se reconhecer que o advento da *internet* mudou a forma como os seres humanos consomem informações.

Atualmente, é difícil imaginar o dia a dia sem a *internet*, tendo em vista que a virtualidade está presente nas escolas, nas universidades, nos hospitais, nas empresas, nos órgãos governamentais e nas mãos de cada indivíduo que tenha um celular logado na rede. Sendo assim, se considerarmos esse aparato técnico como parte integrante do mundo do trabalho, já não é mais possível falar em ócio nas sociedades capitalistas, pois o tempo antes dedicado ao repouso e ao autocuidado – denominado tempo livre – é invadido por uma ininterrupta produção de conteúdos textuais e imagéticos voltados para interferir nas faculdades humanas.

Segundo Franco (2022), é possível pensar uma mudança de paradigma do físico para o virtual, isso porque antes do advento da *internet*, políticos e grupos autoritários precisavam de espaços físicos e meios de comunicação para acessar as massas e mediar seus discursos. Seja em encontros físicos e/ou propagandas rádio televisionadas, o alcance das massas era limitado e, muitas vezes, cerceado a depender do conteúdo divulgado. Porém, as redes sociais permitiram uma liberdade de discurso sem precedentes, nela os usuários preenchem seus perfis com os mais diversos tipos de informações, sem quase nenhuma restrição. Esse novo paradigma é marcado

por mudanças significativas no modo pelo qual presenciamos um tempo de emergência, do impulso ao imediatismo, de desorganização informacional, do

vertiginoso avanço das tecnologias de comunicação, de desinformação propagada, de espaços múltiplos, maleáveis, descontínuos e fragmentados, um mundo dinâmico e mutável (Franco, 2022, p. 442).

Diante desse quadro, as redes sociais podem alienar os indivíduos da realidade se expostos a conteúdos ideológicos e feitos para desinformar ou que produzam uma realidade paralela, criada e alimentada por produtos audiovisuais compartilhados nas plataformas, muitas vezes, para entreter os usuários. Pressupõe-se que “para os telespectadores, a realidade e o entretenimento se tornaram coexistentes” (D’ancona, 2018, p. 57), de forma que os usuários se tornaram consumidores digitais da cultura de massa e dependentes dos estímulos que ela gera como atrativos. Consequentemente, com um celular ligado à *internet* os indivíduos podem fazer uso irrestrito e intensivo do seu tempo livre nas redes sociais, tanto para satisfazer os seus interesses quanto para serem induzidos a reproduzir os interesses do capital e dos grupos que tenham objetivos específicos na reprodução dos seus interesses.

A exposição a esse turbilhão de cultura consumível - as mercadorias culturais - tende a tornar a maioria dos indivíduos receptáculos e veículos na propagação dos valores do próprio sistema, indivíduos semiformados que atendem aos chamados e apelos do mercado para o consumo, sem resistência e reflexões críticas, pois tão logo se desliza o dedo na tela de qualquer aparelho ligado à *internet* e um mundo de possibilidades se abre diante dos olhos.

Para além da exposição às propagandas para o consumo de bens pelo indivíduos, que também faz parte do processo de captura algorítmica, os conteúdos acessados e compartilhados nas redes sociais podem promover uma experiência restrita, fragmentada e sintética, não por acaso, o *Whatsapp* e o *Youtube* possuem opções

de acelerar áudios e vídeos para encurtar o tempo de recepção, bem como o *Twitter* e o *Instagram* limitam a quantidade de caracteres por publicação para facilitar a leitura de seus usuários. Nessa lógica, mais publicações acessadas representam mais informações adquiridas, mais *likes* e curtidas, mais capital girando.

Ademais, a falta de reflexão acerca do que está sendo veiculado leva os internautas a interpretarem tudo aquilo que lhes é transmitido como se fosse a realidade objetiva, faltando-lhes aquela negatividade filosófica do questionamento. É possível comparar os indivíduos semiformados nas redes sociais com aqueles homens acorrentados descritos no famoso Mito da Caverna, do filósofo grego Platão (428-348 a.C.), que acostumados com as sombras refletidas nas paredes das cavernas, ignoram a realidade que produz tais sombras (Platão, 2001), também os internautas alienados pelos conteúdos recebidos nas mídias digitais, ignoram a relação entre esses conteúdos e a realidade factual. Há que se considerar “que a informação propagada virtualmente nem sempre está atrelada a uma realidade factual” (Eccard; Durigon, 2021, p. 81).

O grande perigo da junção desse indivíduo semiformado com as redes sociais está na ausência de reflexão crítica, o que acaba por torná-los alvos fáceis da desinformação. A liberação do polo emissor nas redes abriu espaço para a presença de discursos fantasiosos transmitidos na *web* sob a bandeira da liberdade de expressão. Dessa forma, políticos autoritários, extremistas religiosos, supremacistas brancos, neonazistas, negacionistas climáticos, movimentos antivacinas, dentre outros grupos, utilizam-se desses espaços para propagar suas ideias e cooptar novos membros para suas comunidades (Loureiro; Gonçalves, 2021). O mercado lucra com a desinformação e aposta nela para gerar mais caos e atrair mais expectadores passivos para acompanhar os espetáculos com os quais se identificam.

O contato com as notícias falsas pode ocorrer através de grupos e/ou comunidades que compartilhem pensamentos em

comum, bem como, o usuário pode ser alvo das propagandas e/ou anúncios publicitários que tenham em seu escopo o mero objetivo de vender produtos ou mesmo ludibriar e alienar o internauta. Vale ressaltar que as *Big Techs*, tais como, *Google* e *Meta* – que controlam redes sociais como *Facebook* e *Instagram* –, são, na verdade, grandes oligopólios de dados e de influência, movimentando o capital em torno da comercialização dos dados dos usuários com pesquisas de interesse e previsão de cliques nas plataformas. A esse respeito, Franco (2022, p. 454) salienta que

agora, através da vigilância, o real cliente são as empresas anunciantes que contratam as plataformas, como a Google, pela produção de um espaço virtual de publicidade mais direcionada e assertiva. A população digital é então a produtora da matéria-prima por meio da experiência humana pelos meios virtuais, entretanto, o que as empresas do ramo do capitalismo de vigilância comercializam são, além dos dados dos usuários, as tendências antecipadas de mercado, os modelos de previsão comportamental.

Assim, a indústria cultural mantém o seu pressuposto fundamental, qual seja, a padronização a partir dos modelos de previsão comportamental que os próprios indivíduos fornecem nas redes sociais como tendência, da mesma forma mantém a vigilância para a atualização constante acerca dos processos sociais.

Narrativa, pós-verdade e semiformação nas redes sociais: a vitória da opinião pela credibilidade

Na seção anterior, pudemos compreender como a semiformação aprofunda o seu lastro a partir das redes sociais e

como os indivíduos são cooptados por algoritmos a atender aos apelos dos interesses e opiniões com os quais se identifica. Em função disso, a presente seção aborda a questão da pós-verdade com o objetivo de mostrar que as redes sociais têm um potencial de disseminar narrativas fantasiosas que se opõem aos fatos, fazendo com que a verdade se reduza à mera ideia de credibilidade em função da opinião pública sustentada pelas massas.

No que tange à desinformação, vivemos na era da pós-verdade e “a pós-verdade é uma notícia falsa” (Genesini, 2018, p. 46) utilizada pelas *Big Techs* como a artimanha do confronto para favorecer o capital e, portanto, os seus próprios interesses. Na prática, precisamos saber como isso funciona, isto é, como é que as grandes corporações fazem para que os indivíduos comuns reproduzam os interesses mercantis enquanto reproduzem as suas próprias crenças e interesses. A base da indústria cultural para a fabricação de bens culturais é o lucro e não o bem comum, ou seja, é o capital e não as pessoas.

O patrocínio de grandes corporações a pseudocientistas que levem teorias que contradigam consensos científicos à academia, por exemplo, tem o objetivo de minar a confiança pública na pesquisa científica e nas Universidades. D’Ancona (2018, p. 49) reforça a estratégia reacionária das notícias falsas, “seu propósito é semear dúvida, em vez de triunfar de imediato no tribunal da opinião pública (em geral, um objetivo impraticável). [...] A questão é manter a discussão em andamento, para assegurar que nunca cheguem a uma conclusão”, em outras palavras, as notícias falsas não têm por finalidade vencer o confronto acadêmico, mas questionar a ciência e levantar a desconfiança pública, pois enquanto houver dúvidas o *status quo* estará garantido.

A literatura, muitas vezes, retrata situações que se repetem no tempo em contextos diferentes. Em 1848, na Assembleia Nacional Francesa, o poeta francês Vitor Hugo (1802-1885) se pronunciou

contra a ignorância, evidenciando o papel das instituições frente ao obscurantismo, lembrando o nosso momento atual. Disse o poeta:

[...] qual o perigo da situação atual? A ignorância. A ignorância, muito mais do que a miséria [...] é num momento semelhante, diante de um perigo como esse, que se pensa em atacar, em mutilar, em sucatear todas as instituições que têm como objetivo específico perseguir, combater e destruir a ignorância. (Hugo *apud* Ordine, 2016, p. 112).

A crítica que Adorno faz, um século depois, em seu livro *Mínima Moralía*, contra o aparato da indústria cultural na promoção da ignorância e da mentira segue os mesmos pressupostos.

As coisas chegaram ao ponto em que a mentira soa como verdade e a verdade como mentira. Cada declaração, cada notícia, cada pensamento está preformado pelos centros da indústria cultural. O que não traz a marca familiar dessa preformação está, de antemão, destituído de credibilidade, tanto mais que as instituições de opinião pública fazem acompanhar aquilo que divulgam de milhares de comprovações factuais e de toda plausibilidade, de que pode se apoderar o poder de disposição total. A verdade que tenta se opor a isso não só porta o caráter do inverossímil como é, além disso, pobre demais para entrar em concorrência com o

aparato de divulgação altamente concentrado. (Adorno, 1992, p. 94).

Nessa lógica, até mesmo a mídia tradicional, representada, em grande medida, pelo jornalismo, tornou-se alvo do descrédito da desinformação nas redes sociais, partindo mesmo de figuras públicas com grande poder de influência como, por exemplo, políticos, chefes de governo e Estado.

Entretanto, ainda que não seja possível falar em crise da verdade em relação ao fenômeno da desinformação, pode-se inferir que a busca pela verdade perdeu legitimidade na sociedade contemporânea, cedendo lugar ao mote da era da pós-verdade: a credibilidade. Segundo Loureiro e Gonçalves (2021, p. 16), “o conceito de verdade foi substituído por credibilidade [...]. As pessoas pouco se importam em saber se algo é um fato, o que importa é se parece conveniente acreditar nele”.

A liberação do polo emissor transmite uma falsa sensação de liberdade, tanto que ao compartilhar uma publicação que coaduna com sua a visão de mundo passa a se sentir partícipe da confecção da realidade sem perceber que os conteúdos compartilhados são roupagens diferentes de uma mesma coisa, ou seja, são conteúdos (pré)selecionados e disponibilizados para o usuário por algoritmos das redes, quer seja com base nas interações virtuais do indivíduo, quer seja pelas tendências do momento. A indústria cultural mantém a estratégia, mas sempre aperfeiçoada para o seu tempo histórico.

[...] o esquematismo do procedimento mostra-se no fato de que os produtos mecanicamente diferenciados acabam por se revelar sempre como a mesma coisa. [...] As vantagens e desvantagens que os conhecedores discutem servem apenas para perpetuar a ilusão da concorrência e da

possibilidade de escolha. (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 116)

Os discursos convincentes e a desinformação propagadas têm levado os indivíduos semiformados a se agruparem em comunidades nas redes sociais, sem questionar as fontes das informações compartilhadas, tampouco se há ligação entre a publicação e a realidade. Tais aglomerados digitais se reúnem em torno de temas de interesse em comum como, por exemplo, posicionamentos políticos, convicções religiosas, movimentos antivacinas e anticientificistas, dentre outros. Uma vez que a publicação coaduna com a visão de mundo deles, ela é compartilhada sem questionamentos, embora “a questão é que, semiformados, os indivíduos agem intuitivamente, sem refletir sobre as primeiras e últimas consequências de seus atos” (Loureiro; Gonçalves, 2021, p. 15).

Uma das consequências observadas durante a pesquisa aqui apresentada se refere a regressão à barbárie, anunciada por Adorno. Vimos que o indivíduo semiformado tende a elevar a sua visão de mundo ao *status* de verdade universal, pois essa visão é constantemente reiterada nos grupos e comunidades partilhados por ele nas redes sociais como narrativa. A narrativa é um elemento da pós-verdade. “Então, eis que cada enunciado vale como uma versão. Cada um pode falar o que quiser sobre qualquer assunto ou acontecimento. O mundo se transforma em um conjunto de narrativas enquanto meras narrativas” (Ghiraldelli Jr, 2019, p. 148).

Seguindo essa perspectiva, o perigo se mostra quando o indivíduo semiformado leva a narrativa e o posicionamento estereotipados do grupo com o qual se identifica até as últimas consequências, negando qualquer pensamento discordante, podendo fomentar o ódio e desencadear diferentes formas de conflito e violência, sobretudo quando as opiniões viram agressões e se deslocam do campo virtual para o físico. Há uma real

possibilidade de o indivíduo chegar às vias de fato e a violência se concretizar, a exemplo do que Adorno (2020) assevera sobre a ambiguidade do esporte que, em alguns casos, pode estimular e encorajar os espectadores/torcedores a agressão e a brutalidade.

São situações de extrema barbárie as protagonizadas por membros de torcidas organizadas de futebol, por exemplo, que simplesmente assassinam torcedores que estão vestindo a camisa de uma agremiação diferente da sua. É por isso que o pensamento estereotipado flerta com o autoritarismo na medida em que os rótulos *in* ou *out* são atribuídos a possibilidade de viver ou morrer, dependendo de sua inserção ou não no grupo de indivíduos semiformados. (Zuin *et. al.*, 2015, p. 82-83).

Atualmente, com a ascensão da extrema-direita no mundo e, em particular no Brasil, houve a apropriação das redes sociais para disseminar conteúdos falsos e atacar adversários políticos. Os extremistas organizam os seus apoiadores por meio de comunidades digitais e uso intensivo de algoritmos.

Nelas cultivam as suas narrativas fantasiosas e as suas interpretações extremadas da realidade, nelas se organizam, criam laços fortes e identidades coesas; nelas a militância é motivada e deixada de prontidão mediante teorias da conspiração e fake news, através delas se comunicam diretamente com os seus líderes tribais, recebem a pauta

do dia e as suas consignias. (Gomes *apud* Franco, 2022, p. 441).

Então, como se percebe pelo excerto, e o uso das mídias sociais é utilizado cotidianamente para exercer o controle social sobre a população com ideologias que defendem determinados grupos com interesses políticos, embora com foco das *Big Techs* esteja no fortalecimento do sistema e aumento dos lucros agenciados. Trata-se de um fenômeno mundial.

No campo político, os discursos fantasiosos desconexos da realidade têm levado as massas semiformadas, insufladas pelas notícias falsas nas redes sociais às vias de fato, descreditando sistemas eleitorais confiáveis, quer seja durante a campanha eleitoral, quer seja durante os mandatos, colocando em risco a democracia. Vimos acontecer deliberadamente no Brasil, durante o mandato do então ex-presidente Bolsonaro.

Vale ressaltar a experiência estadunidense da invasão ao Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, por apoiadores do ex-presidente Donald Trump, provocados por ele para contestar os resultados do pleito, que não o reelegeram e apontaram Joe Biden como novo presidente dos Estados Unidos, revoltaram-se e promoveram um caos. O exemplo foi copiado em versão paralela no Brasil, em 8 de janeiro de 2023, quando centenas de extremistas bolsonaristas tomaram a Praça dos Três Poderes e invadiram os espaços do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, praticando vandalismo e gritando palavras de ordem em prol de golpe de estado e instauração de uma ditadura no país. As redes sociais arregimentaram o bando, que seguiu em caravanas vindas de diferentes regiões do país para destruir o patrimônio público. O dia 08 de janeiro de 2023 representa a síntese entre a semiformação e a desinformação: a barbárie.

Ressalta-se ainda a persistência dos golpistas, que estiveram acampados em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília,

durante meses, anunciando que poderia acontecer o mesmo que aconteceu nos EUA. Por anos, desde a posse de Bolsonaro, o Brasil conviveu com os discursos de ódio e a militarização das instituições públicas, além das constantes ameaças de golpe em função da fantasia desvairada do presidente, que insistia na fraude das urnas eletrônicas sem apresentar nenhuma prova, as mesmas urnas que o elegeram, a ele e a própria família que vivem da exploração da política há décadas no país.

A estabilidade do estado democrático de direito brasileiro foi colocada a prova, não somente pelas ações violentas e tentativa de golpe de estado, mas pela sequência de ataques sucessivos em campanhas de desinformação em massa nas redes sociais, durante todo o mandato de Bolsonaro. No caso específico da conjuntura brasileira, uma pesquisa de intenção realizada pela Atlas Intel (2023) demonstrou o seguinte: 18,4% dos entrevistados afirmaram concordar com a invasão dos prédios públicos, outros 28% afirmaram que a invasão foi justificada em parte ou completamente justificada. Quando indagados se, em suas opiniões, Lula realmente havia vencido a eleição, 39,7% dos entrevistados desacreditavam do resultado do pleito (Intel, 2023).

A descrença no resultado eleitoral, bem como, a concordância por parte da população com os atos antidemocráticos é alarmante e mostra o poder das redes sociais na ideologização, sobretudo, se considerado a confiança atribuída às urnas eletrônicas e no sistema eleitoral brasileiro por especialistas nacionais e internacionais. Demonstra, também, que as notícias falsas surtem os efeitos desejados, a saber, preenchem o vácuo da consciência expropriada da população, levando-a a descreditar os fatos e distorcer a realidade em detrimento de narrativas fantasiosas e sedutoras, disseminadas nas redes sociais e em toda a gama de acessos da indústria cultural.

Nesse ponto, parece que a educação e a semiformação se inter cruzam na análise. Em *Prismas: crítica cultural e sociedade*, Adorno (1998, p. 20) assevera que

em um mundo onde a educação é um privilégio e o aprisionamento da consciência impede de toda maneira o acesso das massas à experiência autêntica das formações espirituais, já não importam tanto os conteúdos ideológicos específicos, mas o fato de que simplesmente haja algo preenchendo o vácuo da consciência expropriada e desviando a atenção do segredo conhecido por todos.

Em outras palavras, o reflexo de uma sociedade em que a indústria cultural alcançou seu ápice é aquela em que não necessita mais disfarçar a técnica utilizada para dominar e controlar a opinião pública. No caso em voga, a disseminação da desinformação entre os grupos e comunidades de indivíduos semiformados nas redes sociais se tornou normal.

Em suma, vemos a naturalização da barbárie, levada a cabo pela semiformação, remetendo-nos à condição fundamental contra a qual a educação deveria empreender esforços para evitar a reprodução de Auschwitz, considerando a ascensão da extrema direita, na atualidade, com claros traços fascistas nos discursos e nas ações. Contra a alienação das massas pela semiformação, a educação deve empreender todos os esforços. Adorno (2020, p. 149) diz o seguinte:

Temo que será difícil evitar o reaparecimento de assassinos de gabinete, por mais abrangentes que sejam as medidas

educacionais. Mas que haja pessoas que, em posições subalternas, como serviçais, façam coisas que perpetuam sua própria servidão, [...] contra isso é possível empreender algo mediante a educação e o esclarecimento.

Assim, compete à educação esclarecedora, em especial para aqueles que se dedicam a pesquisar na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, refletir acerca das implicações éticas da linguagem utilizada nas redes sociais, bem como, sobre a lógica das notícias falsas e seus impactos na sociedade da semiformação, a fim de eliminar as condições fundamentais que tornaram Auschwitz possível e que continuam reverberando, principalmente, nas sociedades capitalistas contemporâneas em tempos de ascensão da extrema direita.

Considerações finais

Ao longo do debate foi possível constatar que o falseamento da realidade não é um fenômeno recente, antes, trata-se de uma prática utilizada de diversas formas ao longo da história humana, intensificada na contemporaneidade pela Indústria Cultural e o adventos das redes sociais e do acesso à *internet*, que permite o compartilhamento intencional de notícias falsas voltadas para desinformar e enganar as pessoas a fim de atender a interesses pessoais e específicos de grupos e, também, de pessoas, mas que de maneira geral fortalece o modo de produção e consumo capitalista no que se refere à engenharia do sistema: padronizar e massificar.

Entretanto, é um consenso que as redes sociais têm se tornado um importante ambiente de trocas e ampliação das relações humanas. A partir de uma perspectiva dialética é possível inferir que as mesmas mídias que deram voz para os usuários se expressarem, liberando o polo emissor, se tornaram o *lócus* de atuação de grupos extremistas e criminosos articulados entorno da indústria de

produção e disseminação de notícias falsas nas redes sociais, buscando satisfazer os seus interesses, confundindo, afastando, desinformando os usuários acerca dos verdadeiros problemas que afetam a realidade. As *Big Techs* se situam nesse campo.

Os conceitos adornianos para a análise do fenômeno estudado - indústria cultural, semiformação e barbárie, bem como o método da Teoria Crítica, permitem um leque de interpretações acerca da realidade, embora aqui se manteve o foco na desinformação, um fenômeno que assola a contemporaneidade.

Vimos que a indústria cultural, hoje, foi amplificada com o advento da *internet* e das redes sociais, de forma que conteúdos informativos e (de)formativos atingem uma grande massa em um espaço de tempo muito curto, fator que pode aprofundar a semiformação e, conseqüentemente, aproximar a vida social da barbárie.

A pós-verdade promoveu a espetacularização da sociedade - das pessoas, das instituições, da linguagem etc. - apostando no valor da exposição, tanto que a desinformação gera lucros para as *Big Techs*, tanto quanto a informação. Nessa lógica, a técnica do discurso vale mais do que o conteúdo proferido. As mentes por trás da produção e disseminação da desinformação em massa se aproveitaram dessa racionalidade para promover uma realidade paralela, capaz de confundir internautas e aliená-los em torno de projetos antidemocráticos.

Hoje, a desinformação disseminada em comunidades semiformadas nas redes sociais podem ter implicações severas na realidade objetiva, como o ódio, a violência e a barbárie, colocando em risco a vida das pessoas e do planeta. A semiformação aliena os indivíduos, dificultando a formação crítica, aquela que leva ao questionamento e a não aceitação passiva da realidade paralela alimentada pelas notícias falsas nas redes sociais.

Nesse sentido, a regulamentação das redes sociais e a revisão do Marco Civil da Internet, são de fundamental importância em uma

sociedade que avança constantemente rumo ao mundo digital. O Projeto de Lei nº. 2630/2020, em tramitação no parlamento, pode estabelecer limites para os conteúdos publicados, alertando os indivíduos acerca do que não podem fazer e apontando os motivos como medida pedagógica e repressiva, bem como, criminalizar as *Big Techs* que lucram com a desinformação e a barbárie.

A pós-verdade trouxe um perigo real para a democracia, tendo em vista que o cenário das redes sociais abrange o campo da política com um poder de convicção nas mensagens sensacionalistas e capacidade de seduzir o eleitorado com propostas antidemocráticas, como vimos no Brasil, de retorno à ditadura militar, criando situações de desgaste e corrosão no Estado Democrático de Direito. Na lógica do mundo digital, uma vez que a narrativa agrada os eleitores e atenda aos seus interesses e valores, já se torna motivo suficiente para o compartilhamento da informação, sem sequer checar a veracidade. Por enquanto, chegamos a uma conclusão parcial: a principal consequência do aprofundamento da semiformação nas redes sociais é a aparente vitória da opinião sobre os fatos.

Referências

ADORNO, Theodor. **Educação e Emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. 2 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

_____. **Notas de Literatura I**. Trad. Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed 34, 2003.

_____. **Minima Moralia**: reflexões a partir da vida danificada. Trad. Luiz Eduardo Bicca. São Paulo: Ática, 1992.

_____. **Prismas**: crítica cultural e sociedade. Trad. Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Ática, 1998.

____. **Teoria da Semiformação**. In: ZUIN, Antônio; PUCCI, Bruno; LASTÓRIA, Luiz N. Teoria Crítica e inconformismo: novas perspectivas de pesquisa. Campinas/SP: Autores Associados, 2010.

____; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ANDRADE, Rodrigo O. Resistência à Ciência: crise de confiança suscita debate mundial sobre como enfrentar ataques ao conhecimento científico. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, nº. 284, out. 2019.

ATLAS INTEL. **Invasão do Congresso**, do STF e do Planalto. 10 de janeiro de 2023. São Paulo, 2023.

BERTOLINI, Jeferson. Comunicação humana, comunicação de massa e efeitos da comunicação de massa. **Revista Temática**, João Pessoa. V. 15, nº. 4, p. 18 - 35, abr. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei nº. 2630**, de 2020. Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Brasília: Senado Federal, 2020. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141944#emendas>. Acesso em: 01 de junho de 2023.

CAMPOS, Nilce. **Apreciação Estética e Indústria Cultural**. In: ZUIN, Antônio; PUCCI, Bruno; LASTÓRIA, Luiz Nabuco. Teoria Crítica e Inconformismo: novas perspectivas de pesquisa. Campinas/SP: Autores Associados, 2010.

COSTA, Sandra R. S.; DUQUEVIZ, Barbara C.; PEDROZA, Regina L. S. Tecnologias digitais como instrumentos mediadores da aprendizagem dos nativos digitais. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá. V. 19, n°. 3, p. 603 - 610, set./dez. 2015.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Trad. Carlos Zlak. Barueri/SP: Faro Editorial, 2018.

DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Revista Media & Jornalismo**, Lisboa. V. 18, n°. 32, p. 155 - 169, 2018.

DUNKER, Christian. Subjetividade em Tempos de Pós-Verdade. In: DUNKER, C.; TEZZA, Cristovão; FUKS, Julián; TIBURI, Marcia; SAFATLE, Vladimir. Ética e pós-verdade. Porto Alegre/RS: Dublinense, 2017.

ECCARD, Ana Flávia; DURIGON, Salesiano. Questão da Verdade: Um estudo filosófico sobre as fakenews. **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**, Florianópolis. V. 7, n°. 2, p. 78- 97, jul./dez. 2021.

FRANCO, Thiago. A Indústria Cultural (Digital) e as personalidades autoritárias: a extrema-direita no Brasil contemporâneo. In: ZIMMEEMANN, Clovis; CRUZ, Danilo da. Políticas sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO); Salvador: Pinaúna, 2022.

GENESINI, Silvio. A Pós-verdade é uma notícia falsa. **Revista USP**, São Paulo, n°. 116, p. 45-58, jan./mar. 2018.

GHIRALDELLI JR, Paulo. A Filosofia explica Bolsonaro. São Paulo: LeYa, 2019.

LOUREIRO, Robson; GONÇALVES, Emerson. (Semi)Formação no contexto das fake news e da pós-verdade na sociedade excitada – de Adorno a Türrcke. **Revista Educação em Revista**, Belo Horizonte. V. 37, nº. 1, p. 1-21, 2021.

NOBRE, Marcos. Curso Livre de Teoria Crítica. Campinas/SP: Papyrus, 2008.

ORDINE, Nuccio. **A Utilidade do inútil**: um manifesto. Trad. Luiz Carlos Bombassaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2016

OXFORD. Learner's Dictionaries. 2016. Disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/> Acesso em: 11 nov. 2022.

PLATÃO. **A República**. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. 9 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Trad. Daniel M. Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.

ZUIN, Antônio; PUCCI, Bruno; LASTÓRIA, Luiz Nabuco. **10 lições sobre Adorno**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015.

REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DA DESINFORMAÇÃO E DAS FAKE NEWS EM IMUNIZAÇÕES NO BRASIL

Flávia Silva de Souza
Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior
Robisom Calado Damasceno

Introdução

O conceito de desinformação tem sido amplamente utilizado na literatura, nas Ciências da Informação e nas Ciências Sociais, nos últimos cinco anos. Etimologicamente, significa “Desinformar a ação”, refere-se a “informação inverídica ou errada que é divulgada com o objetivo de induzir ao erro”; “falta de conhecimento”; “ignorância”. “É sinônimo de desconhecimento e ignorância” (DICIO, [s.d.]).

Assim, a desinformação transita por conceitos que se iniciam com a ação de se ter ou obter uma informação falsa, até o ato de não procurar pela verdade ou manter-se aquém; que pode indicar que as pessoas procurem também manterem-se distante de alguns assuntos.

O conceito de *fake news* perpassa pela produção de notícias falsas, com “características jornalísticas, mas antecipadamente pensadas para a manipulação e descoladas da verdade”. São formatadas com a intenção de espalhar fatos não analisados de forma adequada, sem fontes ou autores, mas que rapidamente chegam às redes sociais e acabam por se tornarem “verdade” nas mãos de atores manipuladores e determinantes de ordem e de mudança de pensamentos (BRISOLA; BEZERRA, 2018).

Mediante essas considerações e, compreendendo que se trata de uma atitude, ou seja, também pode ser uma questão de escolha, a desinformação também pode se manifestar como estratégia, por um lado do espectador – em não buscar os fatores verídicos, em não questionar a informação ou preferir manter-se ausente da realidade. Por outro, ter um extenso grupo como alvo, também pode representar uma espécie de operação psicológica implantada através do que chamamos de Poder Informacional, ou seja, do planejamento e tática nas questões de disseminação de informações (PINHEIRO; BRITO, 2014).

Operações Psicológicas são ações nas quais seu principal foco é de “induzir uma população a desistir de lutar, a abandonar algum tipo de produto que antes consumia” (PINHEIRO; BRITO, 2014). Essas operações têm sido utilizadas não só voltadas a itens de consumo, programas e uso de mídias, assim como na saúde, disseminando uma cultura de abandono de uso de práticas já consolidadas de promoção e de proteção em saúde, como por exemplo voltadas a dietas, mudanças para hábitos saudáveis, combate à automedicação e como veremos em adiante, a imunização.

Neste quesito, o Brasil vivenciou desde o período da pandemia de COVID 19, uma intensa mudança de comportamentos. Muitas “informações e notícias” eram veiculadas em minutos, através de meios digitais diversos, trazendo uma reorganização da sociedade e questionamentos sobre a veracidade das produções e

pesquisas científicas, a sobreposição de crenças populares em posição contrária às recomendações da comunidade científica.

Podemos lembrar sobre as notícias e informações sobre as vacinas contra a infecção por COVID 19, inicialmente em fases de testes de eficácia e hoje, em fase de acompanhamento sobre tempo de cobertura vacinal de acordo com o tipo de vacina aplicada. As *fake news* na época provocaram um verdadeiro “abandono” aos postos de vacinação e não só se refletiram para os imunizantes contra a COVID 19, mas ao calendário já existente e já consolidado, que em 2023, completa 50 anos de existência.

Segundo dados publicados pela Agência Brasil (2023), o Brasil atingiu em 2021, a menor cobertura vacinal em 20 anos. A média nacional ficou em 52,1%, uma situação que se contrapõe à história de acompanhamento sobre dados de saúde, na qual o país era referência mundial em cobertura vacinal graças ao Programa Nacional de Imunizações (PNI) (AGÊNCIA BRASIL, 2023).

Na avaliação do Observatório de Atenção Primária à Saúde, da Associação Civil sem fins lucrativos, a Umame, no período de 2016 a cobertura vacinal diminuiu de 70% para 59%, chegando aos 52,1% em 2021; sendo as regiões Norte e Nordeste, responsáveis pela menor abrangência desta cobertura (30%) (AGÊNCIA BRASIL, 2023).

Observou-se, nesse período, concomitantemente, que houve uma redução nas campanhas de engajamento e de comunicação de forma nacional, além da falta de uma diretriz clara e da coordenação nacional que organizasse as imunizações.

Ou seja, aliada à redução das atividades educativas e de engajamento, soma-se a falta de coordenação específica para planejar, desenvolver e monitorar estratégias que pudessem garantir os índices de cobertura vacinal e, acrescenta-se a veiculação de falsas notícias acerca das vacinas – consolidando-se em uma espécie de Operação Psicológica antivacinal, estruturada e fortalecida pelas ações de um grupo extenso que exibe um certo poder sobre as

informações veiculadas, direcionadas a se contrapor a medidas já estruturadas e comprovadamente fortalecidas.

Assim, o presente estudo teve por objetivos: refletir sobre o impacto da desinformação e da propagação de *fake news* sobre a imunização da população nos últimos 4 anos, e discutir as estratégias que podem ser lançadas para controlar a atual situação e melhorar a qualidade das informações que chegam à população.

O estudo é relevante porque trata de questões atuais, tanto do ponto de vista da comunicação, informação e suas ferramentas, além de discutir questões voltadas à saúde pública e qualidade de vida dos cidadãos. Ressalta-se que a imunização é inclusiva, gratuita e disponível ao alcance de todos, seguindo o propósito da atenção à saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

Espera-se que o manuscrito possa contribuir como produção acadêmica, nas questões crítico reflexivas sobre essa temática. A seguir, apresentamos a revisão histórica da Imunização no Brasil e os impactos à saúde populacional, desde a chegada da vacina ao país.

Programa Nacional de Imunizações (PNI) – 50 anos de história de lutas, pesquisas e promoção de saúde à população brasileira

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) foi criado em 18 de setembro de 1973 por determinação do Ministério da Saúde (MS). A proposta básica para o programa, que consta em um documento elaborado por Técnicos do Departamento Nacional de Profilaxia e Controle de Doenças, do MS e da Central de Medicamentos (CEME – Presidência da República), foi aprovada em Brasília e presidida pelo então Ministro da Saúde Machado Lemos (CCI/ENSP, 2023).

Em 1975 o PNI foi institucionalizado, resultante do somatório de vários fatores, de âmbito nacional e internacional, que direcionavam a estimular e expandir a utilização de agentes imunizantes, buscando a integridade das ações de imunização realizadas no país (VALVERDE, 2023).

Entretanto, muitos fatos ocorreram em períodos anteriores, que corroboraram para o desdobramento da elaboração do PNI, que serão apresentados a seguir, constituindo assim a base histórica do programa de imunizações e de pesquisas em saúde pública no Brasil.

A história das imunizações começa a partir da necessidade de controle de epidemias. A rápida disseminação de doenças, a falta de condições sanitárias adequadas e o risco de perda de mão de obra, seja para a produção, seja para a guerra, exhibe ao governante a necessidade de tomada de decisão imediata.

Então, em 1563, houve a primeira epidemia de varíola registrada no Brasil, com seu início na Ilha de Itaparica, Bahia, disseminando-se a todo o país. Até 1750, a estimativa da população brasileira era de aproximadamente 1 milhão de habitantes e, devido a inúmeras guerras, a coroa Portuguesa realiza um levantamento da população livre adulta, para fins militares – a defesa do território foi a motivação para a busca de medidas sanitárias (BRASIL, 2003).

Enquanto isso, na Inglaterra, em 1789, Michael Underwood é o primeiro cientista a discorrer sobre a debilidade de extremidades inferiores em uma criança, reconhecida como Poliomielite. Em 1796 foi descoberta a primeira vacina pelo cientista britânico Edward Jenner. Neste mesmo período, construiu-se o conceito de vacinação: “inoculação em seres humanos de material biológico”. No caso da varíola era material obtido das lesões da varíola das vacas (*cowpox*), e conferia imunidade. Em 1798 produziu-se a primeira geração da vacina contra a varíola e em 1804, dissemina-se o uso da mesma (BRASIL, 2003).

Nota-se que ainda não haviam estudos profundos ou laboratórios altamente especializados. Tratava-se da experiência que resultou em dados positivos, com a inoculação de partes de um vírus em seres humanos, com vistas a estimular a produção de anticorpos e de conferir imunidade específica. As medidas de controle de disseminação eram então: separar os indivíduos doentes e imunizar

os sadios, e a conduta deveria ser imediata, evitando-se assim mais mortes.

Nesta mesma época, surgem os primeiros surtos de pólio na Europa e, posteriormente, nos Estados Unidos e, a população brasileira já havia aumentado para 3,5 milhões de habitantes. As primeiras vacinações contra a varíola são introduzidas no Brasil, pelo Marquês de Barbacena. O marquês trouxe o vírus vaccínico de Portugal, inoculado nos braços de escravos e o espalhou pelo país. Colhia-se a linfa ou pústula de um indivíduo e inoculava-se, em seguida, em outro – exhibe-se aqui a segunda motivação em incentivar a imunização: manutenção de mão de obra produtiva (BRASIL, 2003).

Em 1850, após a definição e estruturação de registros censitários, surgem os controles anuais de nascimentos e óbitos, mas o objetivo principal era a aprovação de medidas para sustentar a escravização de “homens de cor” – sendo conceituada como a Lei do Cativo (Decreto Nº 797 de 18 de junho de 1851) (BRASIL, 2003).

Até o período apresentado, as políticas sanitárias estavam voltadas à exclusão, escravização e extração de recursos para Portugal, então não seria aceitável para uma população constituída e subdividida em classes, sem direitos civis garantidos, que a introdução de imunizantes seria uma proposta pela “saúde do povo”. Já nesta época, circulavam falsas notícias sobre as doenças e as vacinas.

Em 1885 é introduzida a primeira geração da vacina anti-rábica, desenvolvida no Laboratório do Doutor Louis Pasteur, em Paris/ França. Em 1887, o Brasil começa a produzir a vacina contra a varíola, em vitelos de laboratório, a partir do incentivo do Barão Pedro Afonso, diretor da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (BRASIL, 2003).

Em 1889, houve um surto de peste bubônica no porto de Santos, levando o governo a adquirir a Fazenda Butantan para instalar um laboratório de produção de soro antipestoso, vinculado

ao Instituto Bacteriológico, hoje conhecido como Adolpho Lutz. Em 1897, foi introduzida a primeira geração da vacina contra a peste (BRASIL, 2003).

Em 25 de maio de 1900 é criado o Instituto Soroterápico Federal de Manguinhos, no Rio de Janeiro, com o objetivo de desenvolver soros, vacinas e apoiar as campanhas de saneamento levadas por Oswaldo Cruz, pelo Brasil (BRASIL, 2003).

Entre surtos e epidemias, principalmente aquelas registradas no Rio de Janeiro, Oswaldo Cruz, agora diretor-geral do Instituto de Manguinhos, deflagra uma campanha de saneamento, com vistas a erradicar os surtos de peste bubônica, febre amarela e varíola. Em 1904, o governo federal torna obrigatória a vacinação contra a varíola, provocando sério levante popular conhecido como a Revolta da Vacina. O decreto entra em vigor em 9 de novembro e é suspenso dia 13 de novembro do mesmo ano (BRASIL, 2003).

Mesmo em meio a mortes, exclusão e falta ainda de conhecimento sobre as doenças, a Revolta da Vacina é um demonstrativo de como a desinformação e a propagação de falsas notícias pode desmontar estratégias de controle de surtos de doenças, agravando ainda mais a situação sanitária no país. Contudo, em 1908, uma nova epidemia de varíola, desta vez mais agressiva, fez a população procurar os postos de vacinação.

Em 1919, no Brasil, não havia mais mortes por febre amarela. E desde então, muitas vacinas e soros vêm sendo produzidos, alimentando anualmente o Calendário Nacional de Vacinação.

Em 1973, com o fim das campanhas de vacinação contra a varíola, o Brasil recebe a certificação internacional de erradicação da enfermidade pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Desde então, atua-se em conjunto, com pactuação e planos estratégicos que visem a erradicação de doenças e o desenvolvimento de imunobiológicos de interesse para a saúde pública (BRASIL, 2003).

Houve também uma mudança na cultura sanitaria sobre prevenção e promoção de saúde, que passou, de uma meta de

manutenção de pessoas saudáveis para a produção e para a guerra, para um direito do ser humano: a saúde. Mas ainda há muito o que se buscar para o alcance das propostas de direito à saúde, igualdade e vida com qualidade. A saúde passou a ser pensada do ponto de vista da coletividade, do bem comum e a imunização é uma estratégia de promoção de saúde para todos.

Trata-se de uma história que trouxe e ainda provoca experiências, respeito internacional, conhecimento científico, promoção e prevenção em saúde, que precisa continuar a existir para a saúde pública brasileira. Atualmente, o PNI é parte integrante do Programa da OMS, com o apoio técnico, operacional e financeiro da UNICEF, com contribuições do Rotary Internacional e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD) (VALVERDE, 2023).

Após esta contextualização, será apresentada a Metodologia do estudo.

Metodologia

Trata-se de uma revisão do tipo narrativa, que tem como principal característica o relato de estudos publicados previamente sobre o assunto e é importante para levantar questionamentos e reconhecer lacunas do conhecimento (BOMFIM; BARROS; MARTIMBIANCO, 2022).

A abordagem é qualitativa, elaborada a partir de seis etapas: indicação do tema e seleção da questão de pesquisa; estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão; leitura, organização e identificação dos estudos selecionados; análise, interpretação e discussão dos resultados; apresentação da síntese do conhecimento (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

A estratégia de busca utilizada foi a pesquisa bibliográfica de artigos e estudos indexados nas Bases de Dados da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

(BDTD). Os descritores foram (DeCs/MeSh) e/ou palavras-chaves utilizados foram: “Desinformação”, “Programas de Imunização” e “Saúde da População” utilizando-se dos operadores booleanos “AND” e “OR” para um maior refinamento da pesquisa. A coleta de dados foi desenvolvida nos meses de novembro e dezembro de 2023.

Foram incluídos estudos publicados no período de 2018 a 2023, que apresentassem texto completo e estivessem disponíveis em meio virtual, independente da língua apresentada na publicação.

A busca na BVS resultou em 3 estudos, porém 2 foram excluídos por não corresponderem ao recorte temporal estabelecido como critério de inclusão, sendo selecionado 1 artigo. A busca através da BDTD resultou em 4 publicações e todas foram selecionadas.

A partir do acesso a estes estudos, procedeu-se a leitura crítico e reflexiva e a categorização dos assuntos encontrados que serão apresentados a seguir.

O impacto da desinformação e da propagação de *fake news* sobre a imunização da população nos últimos 4 anos

A população brasileira é considerada uma das mais conectadas no mundo, sendo 127 milhões de usuários ativos no Facebook, 120 milhões no Whatsapp e 116 milhões têm acesso a internet, tornando o país propício para a propagação de *fake news* (TEIXEIRA, 2018)

É importante lembrar que, no cenário da Gripe Espanhola, os movimentos anti vacina cresceram em toda parte do mundo. São postagens, áudios, vídeos que se multiplicam e “viralizam” por redes digitais e aplicativos, em disputa direta com as vozes da ciência e do Estado. E, no caso do Brasil, por um determinado período, a ciência acabou por quase “perder essa luta” (TEIXEIRA, 2018)

No caso da Febre Amarela, as mídias digitais circularam notícias de que a doença era uma farsa da indústria farmacêutica,

para vender vacinas. O resultado gerou um impacto de 1.376 pessoas contaminadas e fez 483 mortes no país inteiro. E nesta associação de falsas afirmações, vemos emergir a desconfiança no Estado, que regulamenta e incentiva a vacinação e na indústria farmacêutica, que produz a vacina. Acrescidos das equipes de pesquisadores, em descrédito, mas que realizam o mapeamento dos genomas virais, desenham estudos desde a descoberta da molécula capaz de responder aos objetivos até a descrição das formas terapêuticas de aplicação (TEIXEIRA, 2018).

E desta forma, com a disseminação da doença, também cresceram as notícias falsas, acrescentando os resultados à política corrupta brasileira. E neste contexto, mais uma vez, a população, com base em informações sem fontes seguras, questionou a necessidade de adesão ao PNI.

Trata-se de pessoas doentes, disseminação, mortes e um alto custo para o país, tanto financeiro quanto social, porque adoecer traz impacto ao coletivo.

Para Hanzen (2023), o ensino na saúde frente à evolução da cobertura vacinal no período entre 2011 e 2021, tem enfrentado desafios diante da prática de fake news. Este problema se intensificou durante a pandemia e trouxe consequências drásticas à área de saúde pública, da saúde coletiva e da ciência (HANZEN, 2023).

Para o autor, entre o período de 2011 e 2021, houve larga queda na imunização para as quatro vacinas disponíveis, a vacina tetraviral, que protege contra sarampo, caxumba, rubéola e varicela – com uma redução de 79% em 2016 para 5,71% em 2021 (HANZEN, 2023).

Este “relaxamento” no seguimento do que é preconizado em calendário vacinal resultou no aparecimento de doenças já erradicadas no país. Compreende-se então que existe um movimento anti vacinas, já propagado há anos, desde o século XIX, acompanhado de falta de informações confiáveis e de veiculação de

fake news, contribuindo assim para a volta do sarampo em 2018 (HANZEN, 2023).

Em contrapartida, o MS respondeu de forma reativa e proativa a esta situação. De forma reativa, por meio da identificação e verificação de notícias falsas e, da forma proativa, com a produção de conteúdo comunicacional e educativo. Mas o que garante a sustentabilidade das melhorias e das estratégias implementadas é avançar em busca de tecnologias que sustentem as práticas, além de manter as estratégias educativas e monitorar o resultado das ações através do acompanhamento da adesão de forma coletiva. É preciso se ter continuidade das ações, para que se tornem firmes e sustentáveis.

Porém, além da estruturação de ações, é preciso se conhecer as bases que sustentam a desinformação. Deodato (2022) investigou, além das principais informações falsas, as formas de consumo destas notícias, as características deste público, que prefere não ter acesso a informação por relatarem ansiedade, depressão e sintomas de pânico (DEODATO, 2022).

O autor explica que o público é formado a partir de um tipo de consumo nas redes sociais. A inteligência artificial analisa o perfil, as características e traça uma espécie de “bolha-filtro”. Quanto mais se consome este tipo de informação, mais os algoritmos constroem uma personalidade digital para cada usuário. A partir deste ponto, são oferecidos conteúdos baseados em interesses em comum, trazendo consigo discursos ideológicos, políticos, e opinião desses atores sobre comportamentos, facilitando a manipulação e a disseminação do poder do que se pretende informar (DEODATO, 2022).

Isto é, o próprio público que consome esse tipo de informação, a alimenta e mantém o fluxo contínuo de fatos inverídicos e sem fundamento.

Foram identificados grupos com aproximadamente 15 mil membros, que interagem e tentam de alguma forma descredibilizar

a ciência e fugir da obrigatoriedade da imunização. E, assim como existe a propagação de notícias falsas, há um público ávido para consumi-las e outro ciente de que manter a alienação é uma forma de estar “seguro” (DEODATO, 2022).

E assim como esse comportamento é cíclico se se alimenta continuamente de notícias falsas, é preciso manter continuamente as estratégias de combate à desinformação e a divulgação de dados oficiais e verídicos, com uma linguagem mais próxima do público.

Existe ainda, um movimento social chamado de Hesitação Vacinal, caracterizado pela recusa ou atraso em aceitar a vacinação, o que pode ser compreendido como a afirmação da “inverdade”, veiculada pelos grupos de interesse. “A Hesitação Vacinal está relacionada a posturas comportamentais que leva em consideração o receio e até a recusa total de receber o imunobiológico mesmo que ele esteja disponível” (ARAÚJO, 2023).

Assim, ambos se retroalimentam: aqueles que produzem e articulam e os que consomem esse tipo de informação

A autora supracitada investigou sobre a Hesitação Vacinal sob o ponto de vista de quem hesita ou se recusa a vacinar contra a COVID 19, no Rio Grande do Norte. Ela é considerada um fenômeno social, um ideal coletivo que leva um grupo de pessoas a questionarem sobre liberdade individual. Esses grupos disseminam e mantêm essas informações e seu modo de expressar através das redes sociais.

Semelhante aos estudos apresentados anteriormente, são grupos que apresentam proximidade em crenças e valores e se fortalecem através da veiculação de notícias falsas ou que atendam aos seus interesses em comum.

A grande questão é que o interesse “individual” influencia na coletividade e “hesitar” em ser imunizado pode traduzir-se em permitir que outras pessoas contraíam doenças já erradicadas no país, inclusive culminando em incapacidades, cronicidade e mortes.

O estudo ainda explica que a hesitação em vacinar é um processo complexo e dinâmico que soma a desconfiança na eficácia e segurança das vacinas, a baixa percepção do risco de contrair doenças e a conveniência da disponibilidade do imunobiológico, a acessibilidade geográfica e a capacidade de acesso à correta informação. Desta forma, este cenário torna-se um terreno fértil a um grupo de pessoas que já se coloca contrário ao programa de imunização, justificando liberdade, banalizando riscos.

A veiculação de informações falsas, que orientam de forma errônea ou contrariam o conhecimento científico é conceituada então como Infodemia. E esta, tornou-se um problema de saúde pública, porque traz impactos no processo de decisão do indivíduo, de sua família e de uma sociedade (ARAÚJO, 2023).

Estratégias para melhorar a qualidade das informações que chegam à população: contribuições do estudo

A pandemia de COVID 19 e as recomendações de isolamento social, por uma vertente trouxeram várias reflexões sobre comunicação e informação, sobre o que foi considerado certo e errado, às vezes baseado no conhecimento popular, ainda assim, com maior uso da mídia e das redes sociais no processo de divulgação de notícias. Por outro lado, observou-se um maior número de publicações científicas – sobre COVID 19, fisiopatologia, tratamento proposto e acompanhamento de casos mais complexos.

Uma revisão sistemática de evidências científicas sobre comunicação em saúde e COVID 19, analisou que as redes sociais desempenham um papel importante como meio de comunicação. Ao disseminar informações verdadeiras, a mídia reduz os rumores e a desinformação. Além disso, ela pode contribuir positivamente para a mudança de comportamento pelo bem comum (TC DINIZ; DRUMMOND, 2021).

Os autores ainda afirmam que os artigos apresentam uma linguagem complexa para que a população possa entender as

informações descritas, incumbindo às redes sociais a tarefa de “tradução do conhecimento”. E ainda, faz-se necessário que as agências de saúde pública monitorem a comunicação nas mídias sociais, além das métricas quantitativas básicas, pois ainda há redes que apresentam conteúdo descentralizado, fragmentado; sendo muito utilizado por atores politicamente motivados, modificando o discurso e propagando a desinformação (TC DINIZ; DRUMMOND, 2021).

O uso de linguagem de difícil compreensão pode se tornar fator contribuinte na busca e na aceitação de falsas notícias, porque aproxima do consumidor grupos de interesse em temas e características que lhes são comuns. Utilizar uma linguagem que aproxima a população, respeitando seus conhecimentos e história, sua cultura, crenças e valores, pode facilitar a adesão de recomendações sobre saúde.

Existe um desafio no combate à cultura da desinformação”. Sugere-se que, além de medidas educativas, é preciso utilizar a tecnologia como um recurso que melhora a qualidade dos processos de comunicação (SANTANA; SIMEÃO, 2022). E ainda:

Para enfrentar o fenômeno das *fake news*, o emprego das tecnologias deve facilitar o acesso e uso dos serviços informacionais, com dispositivos que identifiquem ou, pelo menos, indiquem a possibilidade de fraudes ou a circulação de informações duvidosas. Para isso, devem-se promover pesquisas sobre procedimentos de orientação a grupos de multiplicadores, mediadores ou formadores de opinião (SANTANA; SIMEÃO, 2021)

Os autores ainda abordam sobre o uso ético dos meios e mensagens sobre saúde pública, entretanto, identificar a veracidade das fontes e das pessoas que as propagam é um exercício de

aprendizagem contínuo. Especialistas do jornalismo e da computação podem também ter a iniciativa de criação de sites que verificam a autenticidade das notícias, colaborando assim para minimizar a disseminação de informações de teor falso.

Em concordância com os estudos apresentados e como forma alternativa de contribuição, um estudo sobre o uso de tecnologias por idosos no período do Isolamento social provocado pela pandemia mostra que tecnologias podem ser utilizadas de forma a promover integração social, educação para a saúde e previne as consequências provocadas pelo isolamento e a solidão (OLIVEIRA et al., 2022).

Ou seja, assim como as redes sociais e as tecnologias podem ser utilizadas para rastreamento de sites que veiculam falsas notícias, também podem ser criadas alternativas que promovam interação e informação adequada à população. Um exemplo poderia ser a criação de aplicativos que orientassem sobre as próximas vacinas a serem tomadas e onde procurar ajuda em caso de reação vacinal.

Existem também alternativas que podem ser lançadas a favor da comunicação assertiva sobre saúde. E neste processo encontra-se o papel dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Os ACS foram criados em 1991, com a finalidade de informar, educar e comunicar as ações e serviços de saúde, contribuindo com um novo modelo de cuidar: próximos das famílias dos indivíduos, visitando suas casas, auxiliando assim na implantação e consolidação do SUS, num país com enorme vastidão territorial, diversidade cultural e social (SOUSA; SOUSA; MENDONÇA, 2021).

E assim, como há um extenso mundo digital, tecnologias emergentes que ampliam o espaço da informação, se faz necessária uma abordagem sistêmica, globalizada, aberta a novas aprendizagens, visando uma atuação coordenada e colaborativa, utilizando a verdadeira e útil informação para a saúde pública. Desta forma, os ACS podem promover essa ação integrada porque levam informações e assistência em saúde nas residências, em locais

distantes e podem contribuir com informações confiáveis à população.

Existe um vasto campo a ser explorado sobre a comunicação, o combate à desinformação e a promoção de saúde, que pode ser aproveitado cada vez mais a partir da universidade: através de projetos de extensão e pesquisa. O MS também precisa continuar suas campanhas de engajamento e avaliação da qualidade das informações veiculadas, respeitando a diversidade cultural e a inclusão, características demográficas do país.

Considerações Finais

O estudo respondeu aos objetivos propostos, quando identificou o impacto da desinformação sobre a adesão ao PNI, onde foram encontradas publicações que demonstraram redução expressiva na cobertura vacinal, retorno de doenças já erradicadas e riscos à saúde coletiva.

Foi possível identificar que existe um caminho de onde essas falsas notícias surgem e como elas encontram o público específico para esse tipo de consumo. Nota-se que existe também um comportamento de hesitação vacinal, decorrente da propagação excessiva de notícias falsas e agora justificadas como “liberdade de escolhas”.

Mas existem caminhos, alguns deles já conhecidos pelo Ministério da Saúde, como as campanhas educativas, a veiculação de notícias e recomendações oficiais e a abordagem feita pelos Agentes Comunitários de Saúde. Além disso, pode-se lançar mão de tecnologias próprias para esse fim, medidas de rastreio e de controle e até a inteligência artificial no combate às *fake news*. Também há a possibilidade de uso de aplicativos para melhor interação e atualização com informações corretas para a população em geral.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil atingiu em 2021 menor cobertura vacinal em 20 anos.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-08/brasil-atingiu-em-2021-menor-cobertura-vacinal-em-20-anos>>. Acesso em: 18 dez. 2023.

ARAÚJO, J. I. F. D. **A HESITAÇÃO VACINAL CONTRA A COVID-19 NO BRASIL A PARTIR DO DISCURSO DE QUEM HESITA.** Dissertação de Mestrado—Natal/ Rio Grande do Norte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2023.

BOMFIM, L.; BARROS, V.; MARTIMBIANCO, A. **Tipos de revisões.** Disponível em: <<https://eme.cochrane.org/tipos-de-revisoes/>>. Acesso em: 25 dez. 2023.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. D. A.; MACEDO, M. O **MÉTODO DA REVISÃO INTEGRATIVA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS.** *Gestão e Sociedade*, v. 5, n. 11, p. 121, 2 dez. 2011.

BRASIL, M. DA S. **Programa Nacional de Imunizações 30 anos.** Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRISOLA, A.; BEZERRA, A. C. **DESINFORMAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE “FAKE NEWS”: DISTINÇÕES, DIAGNÓSTICO E REAÇÃO.** XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018, p. 15, 2018.

CCI/ENSP. **Marco na história da saúde pública e exemplo mundial, PNI completa 50 anos.** Disponível em: <<https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/54528>>. Acesso em: 18 dez. 2023.

DEODATO, P. G. O. **AGÊNCIA LUPA, FACEBOOK E CONSUMO DE NOTÍCIAS: ANÁLISES SOBRE A DESINFORMAÇÃO NA PANDEMIA DA COVID-19.** Dissertação de Mestrado—João Pessoa - PA: Universidade Federal da Paraíba, 2022.

DICIO. **Desinformação.** Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/desinformacao/>>. Acesso em: 15 dez. 2023.

HANZEN, H. **Verdade e Pós verdade: cobertura vacinal no Brasil 2011-2021 do sólido ao líquido.** Dissertação de Mestrado—Porto Alegre - RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023.

OLIVEIRA, J. G. D. DE et al. **The use of digital technologies in education and health promotion against covid 19 in institutionalized elderly.** p. 9, 2022.

PINHEIRO, M. M. K.; BRITO, V. DE P. Em busca do significado da desinformação. **Revista de Ciência da Informação**, v. 15, p. 7, 2014.

SANTANA, G. P.; SIMEÃO, E. L. M. S. **FALSAS NARRATIVAS DA PANDEMIA NO BRASIL: DESINFORMAÇÃO NA PÁGINA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CHECADORES.** Em: **Diálogos continentais sobre comunicação em saúde em tempos de pandemia.** Linha Editorial Internacional de Apoio aos Sistemas de Saúde - LEIASS. 1a. Edição ed. Brasília: CONASS, 2021.

SOUSA, M. F. DE; SOUSA, J. K. L. L. DE; MENDONÇA, A. V. M. **TEMPOS DE PANDEMIA PEDEM NOVAS PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO NO TRABALHO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE.** Em: **Diálogos continentais sobre comunicação em saúde em tempos de pandemia.** Linha Editorial Internacional de Apoio aos Sistemas de Saúde - LEIASS. 1a. Edição ed. Brasília: CONASS, 2021.

TC DINIZ; DRUMMOND, A. **COMUNICAÇÃO EM SAÚDE E A PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL E NO MUNDO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA**. Em: **Diálogos continentais sobre comunicação em saúde em tempos de pandemia**. Linha Editorial Internacional de Apoio aos Sistemas de Saúde - LEIASS. 1a. Edição ed. Brasília: CONASS, 2021.

TEIXEIRA, A. **Fake news contra a vida: desinformação ameaça vacinação de combate à febre amarela**. Dissertação de Mestrado— São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

VALVERDE, R. **PNI completa 50 anos e Fiocruz se prepara para ampliar parceria**. Disponível em: <<http://pni.datasus.gov.br/apresentacao.asp>>. Acesso em: 18 dez. 2023.

FOLK FALSIFICAÇÃO: FALSAS ORIGENS PARA FORMAS DE EXPRESSÃO DE UM POVO

Gabriel Contini Abilio

A língua como instituição folclórica

Uma língua é um conjunto verbal estruturado que possibilita (ou anteriormente possibilitou) a comunicação de uma específica comunidade. Esse conjunto pode conter elementos sonoros, gestuais ou escritos. Línguas são estruturas sociais e, embora existam meios de comunicação de maneira não verbal, como por imagens e expressões corporais, estas ainda são o principal elemento da comunicação humana. Todavia, dentro de uma língua e de uma macro comunidade podem haver diversas formas de linguagem, diferentes maneiras de se expressar através de palavras do mesmo idioma. Nesse cerne encontra-se o ponto crucial: a comunicação não se trata apenas de exprimir aspectos objetivos, mas de se expressar; transmitir um conjunto de modos de pensar e sentir relevantes ao indivíduo em seu íntimo emocional, pessoal e cultural.

A palavra, por sua vez, é a unidade básica da expressão verbal, um conjunto signográfico que representa uma ideia, um sentido. Foucault (2000, p. 88 a 90) separa a percepção sobre a comunicação verbal entre clássica, referente ao pensamento do período clássico e com características mais estruturalistas e estamentais, e moderna, um período onde começa-se a aceitar a ação do agente falante como interprete de seu tempo. Assim, entre outros fatores, as palavras possuem a função de “representar o pensamento” na comunicação moderna, não sendo somente a expressão de simples conceitos justapostos, mas a essência daquilo que é concebido nas mentes daqueles que a falam. Para Foucault, isso se dá de uma forma “soberana e sutil”, uma vez que, às palavras cabe a faculdade de transmitir tanto, mas sua profundidade de aplicação como suas memórias históricas passam despercebidas, invisíveis, em seu uso. Tais propriedades invisíveis continuam a existir, ainda que não notadas, transportando uma bagagem de social e histórica, denotando hierarquias de poder, controles estruturais, institutos sociais e percepções cognitivas da realidade tangível, abstrata ou fática de seus falantes.

Dessa forma, dentro do campo da linguagem, as palavras carregam sentidos além daqueles tácitos e literais às quais são designadas. Palavras podem, entretanto, carregar múltiplos sentidos, em camadas acessíveis a diferentes grupos, dependendo do contexto social, local e temporal, e se interligar a outras palavras formando expressões idiomáticas, onde seu sentido passa a não estar mais atrelado às palavras componentes, mas à comunidade em questão, ficando mais atreladas à linguagem, em sentido comunicativo, do que ao arcabouço linguístico estrutural originário em questão, uma não se atrela às limitações da gramática estruturalista taxativa. Assim, seu valor real de comunicação está relacionado com seus usos, sendo uma língua uma estrutura sempre em constante adaptação ao tempo presente, conforme explicita Foucault:

Em última análise, poder-se-ia dizer que a linguagem clássica não existe. Mas que funciona: toda a sua existência assume lugar no seu papel representativo, a ele se limita com exatidão e acaba por nele esgotar-se. A linguagem não tem mais outro lugar senão a representação, nem outro valor senão em si mesma: nesse vão que ela tem poder de compor (FOUCAULT, 2000, p. 89).

Dessa forma, a oralidade carrega consigo um conjunto de elementos de representação (ou apresentação) da realidade. Uma cognição que se introduz ainda na infância, durante o letramento, e possibilita compreender as dimensões e funções do mundo social conforme aprendemos a faculdade de se expressar, tendo como exemplo e tutor a expressão dos outros falantes presentes no ambiente. Thompson (1998) coloca que é exatamente nesse ambiente da fala cotidiana onde habita o cerne das relações sociais, o que inclui sua estrutura. Essa estrutura não se forma necessariamente nos espaços oficiais, como escritórios de serviços ou prédios de instituições de poder, mas nos âmbitos simbólicos construídos e reforçados no cotidiano, sendo estes cotidianos verbais algo muito mais real e tangível do que os regulamentos e imposições nos distantes escritórios oficiais. Assim, a oralidade cria aquilo que o autor chama de “a verdadeira experiência das vidas comuns” (THOMPSON, 1998, p. 27 a 30).

Dessa experiência provém aspectos culturais internos, ocultos ao olhar literal do texto verbal, mas transmitidos junto às sentenças pronunciadas, que moldam uma memória coletiva deste grupo falante e estabelecem os processos mentais que guiam o indivíduo ao longo de sua vida, em seu modo de agir, sentir, aprender e pensar. Nesses espaços “verdadeiramente reais” é onde

surge a visão de mundo, nas entrelinhas de cada trecho de banal conversa, invisível, mas soberana, se compartilham e se reescrevem as experiências das gerações. E esse é o folclore.

O folclore é aquela cultura espontânea, não oficial, que flui paralela e **obrigatoriamente** à cultura oficial, dita erudita ou escolástica. Trata-se de um complexo cultura altamente efetivo que se entranha em nós com tamanha naturalidade que não nos damos conta de sua força, a não ser quando tomamos deliberadamente consciência de sua presença. O folclore nos confere um caráter político, nacional – e regional, vai sem dizer. Em muitos países o folclore foi fundamental para resistir à devastação de sua cultura pelos vencedores da guerra (FAGUNDES, 1996, p. 9, *grifos do autor*).

Antes de buscar compreender a língua como instituição primordialmente folclórica, é preciso compreender o que é o “falar folclórico” e, para tanto, o que é e como se estabelece o folclore no cotidiano.

Folclore e comunicação

O documento régio sobre tal tema no Brasil é a Carta do Folclore Brasileiro (1995, p. 1), onde conceitua-se folclore como “o conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições expressas individual ou coletivamente, representativo de sua identidade social” e estabelece que seus fatores de identificação são: aceitação coletiva, tradicionalidade, dinamicidade, funcionalidade. O documento ainda reconhece o termo como equivalente de cultura popular, conforme preconização da UNESCO. Em amplitude a isso, é possível entender como folclore a forma ou a parte da cultura que foi transmitida

intergeracionalmente pelos espaços de comunidades, os ambientes de convívio, mas de uma forma que não foi orquestrada ou diretamente regulada por instituições, como governo, igrejas, partidos político, associações ou de qualquer outro tipo de organização que detenha diretamente o poder sobre aquele povo. Nesse sentido, dá-se grande destaque à oralidade como componente de transmissão da identidade folclórica, ainda que hajam pesquisadores como Pelegrini Filho (2007), que discordem que tal perpetuação seja somente oral, afirmando que o folclore também existe e se perpetua por meios escritos e em ambientes urbanos.

Ao compreender que a todos os seres humanos que residem em comunidade há um folclore, uma tradição espontaneamente aceita pela comunidade e transmitida entre as gerações, independentemente dos desígnios diretos de elites ou instituições de poder, Beltrão (1980) considera que isso existe porque, dentro dessa linguagem estabelecida entre as massas, há um elemento de resistência, em um sentido marxista de luta de classes, aquelas exploradas contra a uma tirânica opressão das elites exploradoras, mas que também exprime a autodeterminação da identidade destas comunidades. Assim, folclore, enquanto o modo de falar, agir, sentir e pensar, espontâneo e intergeracional de um povo, recebido dos antecessores ancestrais, modificado pelos presentes e perpetuado para gerações futuras, é um padrão de coginição que permite a sobrevivência do modo de vida desta comunidade, conectando seu passado e seu futuro de maneira dinâmica, se reinventando espontaneamente no campo da tradição através de seus contatos e novos ambientes dos novos tempos.

É importante diferenciar nesse sentido a comunicação cotidiana do processo assim chamado de *folkcomunicação*. Toda mensagem precisa de um contexto e uma linguagem, mas a folkcomunicação não se refere a todo e qualquer contexto em todo e qualquer grupo, através do uso padrão da língua ou em

linguagem específicas. Toda comunicação em grupo contém diversas camadas de plano de fundo, com mensagens e axiomas historicamente construídos, dos quais muitas vezes os próprios falantes não se dão conta de imediato. Também não se trata somente um espaço de culto à informalidade do dia-a-dia, um código usado para quando se quer relaxar, embora esse código esteja presente nesses momentos cotidianos de liberdade entre pressões sociais. O processo folkcomunicativo é um um arcabouço simbólico que perpetua valores e mensagens de forma horizontal e codificada somente aos seus falantes por natureza e cuja perpetuação dá-se entre os pertencentes de uma comunidade de forma intergeracional, cuja origem é mitigada e normalmente ignorada ou apenas não traçada.

Esse processo é considerado pelo autor como artesanal e horizontal, ou seja, “as mensagens são codificadas e transmitidas em linguagens e canais familiares, por sua vez conhecida psicológica e vivencialmente pelo comunicador” (BELTRÃO, 1980, p. 28), e uma vez codificadas, só podem ser decodificadas por outro indivíduo que possua a compreensão, o cognição adaptada a decodificar tal mensagem. Tal percepção só seria obtida por meio da convivência cultural prolongada daquele específico grupo, uma criptografia simbólica que não se encontra atrelada ao sentido literal das palavras, conforme a perspectiva da gramática clássica, mas é um arcabouço simbólico, presente nos duplos e triplos sentidos inerentes, nas referências contextuais, nos espaços vagos propositalmente deixados na oratória, na gesticulação, expressão corporal, composição visual e, sobretudo, em expressões idiomáticas. Também é importante enfatizar que Beltrão (1980) centrou seus estudos sob a transmissão midiática de massa, como rádios e jornais, muitas vezes enfatizando seus aspectos para tais veículos. Todavia, sua teoria encontrou posterior enquadramento sob óticas acadêmicas para além dos estudos de mídias comunitárias.

Todas essas formas de expressão de primeira instância, por sua vez, dão origem a outras formas de expressões compostas, tais como palavras e expressões idiomáticas, que permeiam páginas de um cordel, os cantos de um folgado ou os trechos de um mito ou lenda, narrando uma continuidade de um pensamento e transmitindo assim uma segunda camada de transmissão dessa culturalidade. Tais narrativas da vida cotidiana constroem o sentido de continuidade histórica de uma comunidade, segundo Thompson (1998, p. 18 a 23), dando significado aos eventos diários conforme a perspectiva daquele grupo, o que cria uma relação emocional com o ambiente, de maneira horizontal e coletiva; um grupo encontra sentido para sua própria natureza, está em mudança devido ao próprio tempo e ajustam essas mudanças a esse sentido e a esse sentimento, retransmitindo-o aos adentram aquele ambiente, como os recém-chegados e as crianças que ali crescem, “uma percepção das raízes [daquele espaço-tempo] pelo conhecimento pessoal da história” (THOMPSON, 1998, p. 20 a 21). É evidente que tais expressões da concepção psicossocial e histórica de uma comunidade não podem ser consideradas como o único fator a definir uma cultura, em recorte temporal ou mesmo em sua continuidade, mas esse elemento é um forte contribuinte para sua formação; tais narrativas constituem uma função epistemológica nos grupos.

Indo de encontro a isso, Bagno (2007, p. 38 a 39) esclarece que a ideia de “corrigir” a fala das camadas populares sempre foi mascarado como uma luta contra um suposto “atraso mental”, mas demonstra que, por razões culturais historicamente contruídas, a língua muda e se desenvolve por si, e que se tais mudanças e regionalizações fossem assim sinal de algum atraso ou psicopatologia, seria impossível encontrar quem não tivesse tal sinal, em quaisquer que fossem as camadas sociais ou localidades, pois é historicamente demonstrado que tal fenômeno ocorre em todos os grupos sociais.

Fica importante de ressaltar que, no que tange-se folclore, não se trata somente de grupos isolados. Uma vez que a expressão “folclore” muitas vezes torna-se sinônimo de “alegoria” (fato a ser visto também como parte desse processo de desvalorização ou deslegitimação da cultura não-erudita), faz-se necessário reafirmar que todas as comunidades humanas possuem folclore, tradições intergeracionais passadas sem o controle de instituições de poder. Esse não é um fenômeno destacado somente em grupos distantes dos centros de poder, referente a identidades ágrafas, “caipiras” ou, de alguma forma, apedeutas, aguardando para ser erradicado pelo esclarecimento acadêmico erudito que corrigirá os impropérios de “gente simples e sem estudo”. Mesmo comunidades de alta formação acadêmica possuem elementos folclóricos em seus cotidianos e tais elementos atuam para manter a identidade do grupo e são intergeracionalmente transmitidos pela mesma comunidade aos recém-chegados. Entre exemplos a se destacar apenas para fins de ilustração, pode-se ter a tradição dentre atores brasileiros de desejar a outros atores que “quebrem a perna”, logo antes de adentrarem o palco, por crerem que se desejarem sorte, causarão o efeito contrário, ou da comunidade médica dos Estados Unidos que rejeita o uso da palavra *quiet* (“quieto” ou “silêncio”), também por crerem que atrairia azar, referindo-se a essa palavra apenas como “*Q-Word*” (a palavra com “Q”).

Assim, tal epistemologia não se apresenta como algo específico de comunidades interioranas, mas é algo presente à vida de todas as pessoas e componente daquilo que Stuart Hall (2006, p. 51 a 54) conceitua como o “sentido de eu” em comunidades, o sentimento de como uma comunidade é e de como se distingue de outras em âmbito individual. Tal sentimento é composto, por sua vez, de elementos imaginados, uma vez que todas as comunidades seriam imaginárias por si, os quais os próprios integrantes da comunidade muitas vezes não se dão conta de sua existência ou importância em sua experiência cotidiana. Isso vai de encontro ao

que Thompson enquadra como “construção da percepção de sentido de uma sociedade”. Para ele (THOMPSON, 1998, p. 197 a 210), a comunicação narrada em tais comunidades compõem um imaginário coletivo de seu passado, como períodos e temporalidades, localidades, pessoas importantes e entidades simbólicas de caráter religioso ou político, e revelam perspectivas emocionais e contradições que se fazem acessíveis na narrativa oralidade, pois possuem dependência deste campo, sendo inacessíveis em qualquer outra forma.

Retoma-se então o cerne da questão, a cerca da capacidade inerente aos elementos componentes do processo comunicativo (ou folkcomunicativo) de expressar, de forma “sutil e soberana”, uma cognição histórica e simbólica de um grupo, sua forma de agir, sentir e pensar. Todavia, essa forma de transmissão não apenas expõem as disputas de poder simbólico como é o terreno onde tais disputas ocorrem. Beltrão identifica haver uma dicotomia, onde dois sistemas encontram um confronto simbólico, entre “camadas superiores da sociedade” e “grupos marginalizados”, onde a primeira busca impôr-se sobre as outras.

A dicotomia da comunicação cultural não está limitada, como se poderia pensar, ao Brasil, às nações subdesenvolvidas ou sequer às concentrações populacionais não servidas, ou insuficiente servidas pelos meios de comunicação de massa. Ela nasce de diferentes fatores abrangendo meios de grupos sociais e resultando de graus de integração de minorias específicas no relacionamento com as camadas superiores da sociedade, que têm acesso, como proprietários, colaboradores ou usuários contumazes, ao que há de mais sofisticado e atual em canais, métodos e técnicas de comunicação.

Essas camadas elitistas pretendem como os romanos, os colonizadores portugueses e outros povos que existiram no passado, e os que existem atualmente, o seu momento histórico de liderança, *civilizar* nações, grupos e pessoas, impondo-lhes seu imperialismo cultural, que inclui sobretudo a dominação econômica e política, de acordo com modelos tecnológicos e filosóficos que alcançaram e cuja eficácia lhes conferiu a supremacia de que gozam. Acreditam que o caminho e as diretrizes, as instituições que as levaram ao topo da pirâmide internacional são, não apenas únicos, mas aplicáveis a qualquer povo ou indivíduo que luta por seu lugar ao sol. Dogmatizaram a filosofia de vida e convivência social que adotaram e põem todo o empenho em obter a adesão de todo o mundo à sua ideologia e aos seus próprios propósitos de realização (BELTRÃO, 1980, p. 20; *grifos do autor*).

Este esforço de dominação cultural e social, segundo Foucault (2000) foi historicamente construído sobre o domínio do poder da linguagem, da língua e formas de expressão, tais como a pintura, a poesia e a escultura, porém o autor expõe que sua capacidade de controle decaiu ao longo dos séculos, pelo advento dos questionamentos proporcionados por ondas antropocêntricas e racionalizadoras de pensamento questionando o pensamento e a autoridade tradicional do período clássico. Ele ainda expressa que, em oposição ao pensamento clássico, começa-se a entender que o conhecimento da linguagem não seria “aproximar-se o mais perto possível do próprio conhecimento”, mas unicamente um método de domínio de saber formal, imposto como a “um domínio singular da objetividade” (FOUCAULT, 2000, p. 292 a 294). Tal

conflito entre as classes ocorre em um eixo originalmente vertical (ou estamental) e de formalidade, o que é diretamente contrário ao eixo de transmissão folkcomunicativo, caracterizado por Beltrão (1980, p. 27) como horizontal e artesanal.

Todavia, os escritos de Beltrão não previram a chegada da internet e com isso o advento de novos atores a este eixo dicotômico. Santaella (2018, p. 18) descreve que “a partir da emergência da internet, da cultura digital e das redes sociais, surgiram novos modos de publicar, compartilhar e consumir informação e notícias que são pouco submetidos a regulações ou padrões editoriais”. Com isso, as redes sociais de comunicação de massa permitiriam aos indivíduos, influenciados por essa disputa, de protagonizar papéis, tanto pela real preservação e resistência de seus meios de vida e de pensamento como para atuarem pelo esforço de dominação, mesmo que perante suas próprias classes. Isso cria um novo eixo de disputas em caráter mais próximo do horizontal, todavia com caráter de dominação.

Destaca-se ser “mais próximo de horizontal”, uma vez que, apesar da divulgação por meios virtuais estar mais próxima de ser uma divulgação democrática e acessível, ainda há centros de poder quando se trata de sua produção ou divulgação. Mesmo que a produção de vídeos, blogs ou *podcasts* seja relativamente mais acessível do que programas de televisão, jornal ou rádio, ainda há um estamento onde o produtor ainda ocupa uma posição de autoridade em relação a sua audiência, motivo pelo qual tais produtores de conteúdo são muitas vezes referidos como “influenciadores digitais”. Ainda assim, sua autoridade se caracteriza por um poder disperso e mais facilmente questionável do que os meios tradicionais.

Folkfalsificação

O fenômeno que se apresenta em questão tem origem no referido processo de folkcomunicação, o uso dos códigos populares e de sua zona de comunicação e conforto, de acesso à identidade de um determinado grupo por meio da linguagem; uma linguagem que carrega consigo uma história e uma memória, mesmo para aqueles que desconhecem essa memória por meios historiográficos; não é preciso estudar a história para sentir sua memória. Nesse cenário, o uso da palavra reflete, segundo Beltrão (1980, p. 14 a 17) a luta entre grupos, o conflito entre elites dirigentes e a massa urbana e rural, sob o argumento de que tais elites iriam libertar os povos, “na vanguarda do progresso e da civilização”, de sua própria desorganização que os estiolaria, sendo a função das classes subalternas de acatar as manifestações linguísticas do dirigentes como superiores. Esse conflito fica explícito no falar de ambos os grupo. Todavia, dentre as camadas populares, há integrantes em posições de ambiguidade: por um lado, sua cognição foi aprendida dentro desse meio e, por tabela, estes possuem acesso a chave de comunicar-se através do referido código. Por outro lado, desejam eles não serem reconhecidos como parte das camadas marginalizadas ou se demonstrarem como “incultos”, buscando o status conferidos às elites, todavia sem rejeitar por completo a fala e a compleição comunicativa à qual anteriormente foram introduzidos e por meio da qual desenvolveram parte de sua concepção de mundo.

Assim, uma dentre muitas atitudes tomadas por estes que possuem tal sentimento ambíguo é aqui a que trataremos, de agora em diante, como *folkfalsificação*: o fenômeno no qual determinados grupos buscam conferir um suposto *ethos* erudito ou elitizado a trechos do arcabouço folkcomunicativo. Essa atitude vem sendo expressa por muito tempo em diversos ramos da arte, mas em tempos mais recentes, principalmente com o aumento de

popularização da internet, vem atacando em grande peso as expressões da cultura popular, como falsas etimologias para conferir *ethos* de erudição a expressões popular, narrativas autorais para lendas e contos populares, ou ainda a criação de contos inexistentes na oralidade e perpetuação de falsas origens para fenômenos da cultura popular, como obras de artesanato ou tradições de folguedos.

A questão em mérito do debate acadêmico é que, diferente da comunicação folclórica tradicional, que carrega em suas entrelinhas uma cultura e cognição historicamente construída e intergeracional, essas produções, cujo escopo beira (ou muitas vezes é) uma falsificação e não transporta tais valores e origens, uma vez que se trata de um processo associado à deslegitimação de aspectos da resistência cultural de comunidades subalternizadas. Isso torna notório um interesse político envolvido, seja de forma intencional ou não. Trata-se então de um processo de desinformação em atividades não orquestradas e descoordenadas, ou, ao menos, aparentemente descoordenadas. Sua propagação, atua de forma semelhante à propagação de boatos descrita por Allport e Postman (1947, p. 33 a 36), onde um indivíduo toma ciência de um determinado aspecto de algo e, por sua própria ótica de interpretação, o associa a outras informações, sem buscar a fonte, então o replica para outros. Todavia, esse processo endossa o que se figura entre as teorias de desinformação midiática.

Wardle e Derakhshan (2017, p. 20 a 25), destacam como parte das desordens informacionais as veiculações de informações cujo conteúdo não seja verdadeiro, de forma integral ou parcial, ainda que tenham como origem algumas informações corretas que foram manipuladas ou distorcidas de forma a confundir pessoas sobre esse conteúdo. Os autores ainda enfatizam que, quando se trata de desordens informacionais, há uma necessidade de analisar a intencionalidade em distorcer ou falsificar e de causar danos a

indivíduos, grupos ou instituições. Todavia, a inexistência de danos diretos ou a não intenção, tácita ou subliminar, de causá-los não se mostra como uma excludente; a veiculação de informações falsas por si já é uma desordem informacional e também se expõem como uma forma de desinformação, mesmo sem qualquer intenção nociva direta atrelada.

Os agentes envolvidos neste processo incorrem, em maioria, o elemento chamado por Wardle e Derakhshan (2017, p. 20) como *mis-information*, conceito criado a partir da junção das palavras em inglês "*mistake*" (erro) e *information* (informação), onde informações falsas são veiculadas sem a intenção deliberada em causar danos e estas não foram criadas buscando induzir outros ao erro. Nesse evento, é comum que o próprio agente esteja convencido de que sua interpretação é correta, o que revela a incorrência de erros metodológicos ao angariar dados, sem verificar profundamente suas fontes, bem como um processo de quase apofenia em sua análise. Seu conteúdo então passa por uma fase de reprodução e repetida veiculação, onde novos conteúdos passam a ser produzidos usando o conteúdo falso como premissa, o que angaria novos agentes ao processo que, convencidos do *mis-information*, se apropriam deste como uma verdade, suportam e buscam acrescer legitimidade e incorporar novos elementos, suprimindo a falsificação com maior força de argumentação.

A audiência cativa destas notícias se atrai não pela exposição fundamentada dos fatos, mas pela possibilidade de compartilhar do *ethos* de erudição das classes dominantes em elementos de sua própria linguagem herdada; a sua ancestralidade coletiva e cotidiana passa a poder ser "corrigida" e então vista como algo sofisticado e culto. Os produtores (e reprodutores em mídias de qualquer dimensão de público) buscam o status de autoridades sobre o assunto ao transmitir e veicular tal informação aparentemente culta e, por meio da falácia de apelo a autoridade ou da obviedade, tornam-na uma verdade difícil de contestar, onde

torna-se uma pós-verdade. Santaella (2018, p. 32 a 35) define como um dilema do período contemporâneo a forma de lidar com a cultura da pós-verdade, onde a propagação de notícias falsas cria bolhas de divulgação onde não somente os conteúdos são inverídicos, mas há um viés interno dentro desta bolha para uma direção específica e incontestável e, no caso específico da folkfalsificação, falsificam a cultura popular e descreditam a sabedoria e autoridade do povo sobre sua própria forma de expressão.

É importante ressaltar que não se enquadram como folkfalsificações os inúmeros casos de releituras e mudanças da cultura popular aos novos tempos e períodos. O folclore sempre absorve elementos com os quais faz contato e mantém-se em constante atualização, sendo um elemento cultural dinâmico. A incorporação de elementos externos à tradição nesta é parte de sua própria essência, permitindo assim que seja sempre a expressão do modo de agir, pensar e sentir de uma população; se tal modo se altera e incorpora novos elementos, estes perpassam ao folclore em algum nível, tais como a introdução de personagens políticos ou de desenhos animados e filmes nas caracterizações de palhaços de folguedos, como os Bate-bolas (RJ) ou a La Ursa (PE) dos carnavais de seus respectivos estados, ou incorporação de novas coreografias oriundas de novos ritmos, como o funk ou música eletrônica, às tradicionais quadrilhas de festas juninas. Em todos esses casos, o que há em questão **não** é uma falsificação de origem ou de seus contornos, mas novamente um caso de resistência da cultura popular, se adequando ao seu tempo e espaço.

Da mesma forma, não incorre no fenômeno de folkfalsificação o ato de buscar "corrigir" a forma fala de outrem segundo normas gramaticais pré-estabelecidas. Nesse caso, o que há é a repetição da disputa de poder simbólico supracitada pelas perspectivas de Foucault (2000) e Beltrão (1980), onde grupos de

elite trabalham para impor sua dominação, sob desculpa de seu caráter "civilizatório", ante os grupos por estes marginalizados.

Assim, no que tange o fenômeno em questão, passamos a chamar *folkfalsificação* o ato de, através do uso de meios de desinformação, propagar falsas origens ou definições distorcidas sobre elementos da cultura popular tradicional, de forma a conferir-lhes uma estética que a aproxime de uma visão política que beneficia o propagador de alguma forma. Esse processo é comumente associado com a ação de deslegitimar o conhecimento dos verdadeiros detentores dessas culturas, colocando-os sob a ótica de incapacidade, como se estes não fossem realmente capazes de utilizar, perpetuar ou decodificar seus próprios símbolos de linguagem.

Um dos grande exemplos recorrentes é a falsificação de etimologias para palavras e expressões populares, bastante presente nas redes sociais, mas que já permeia até mesmo publicações do meio acadêmico; exprime-se, comumente através de uma narrativa, uma falsa origem, buscando conferir viés erudito à expressão ou palavra em questão, de forma que se pode mantê-las no vocabulário cotidiano, mas conferindo ao falante um status de superioridade, capaz de corrigi-la perante outros.

Uma amostra desse tipo de falsificação tem ocorrido com a expressão "cuspido e escarrado" (PASSOS, 2018), que significa que algo ou alguém é bastante parecido, quase uma cópia ou uma cópia idêntica de outra coisa ou pessoa. Tal expressão vem sofrendo um processo de falsificação onde busca-se falsear sua origem, afirmando-se ser a corruptela de "esculpido em Carrara", atribuindo-se que Carrara, região da Itália proveria um mármore de alta qualidade, na qual esculturas realistas seriam possíveis, cuja corruptela teria se dado pela semelhança entre as palavras "cuspido" e "esculpido". Essa informação é falsa. A expressão popular da língua portuguesa inclusive encontra uma contraparte na língua inglesa, a expressão "*spitting image*", cuja tradução literal

seria “cuspido à imagem”, e significa uma cópia idêntica ou perfeita contraparte de algo (HARCOURT et al, 1992, p. 6918). É importante destacar, para fins etimológicos, o fato de não haver qualquer semelhança na língua inglesa com a palavra “esculpir” (“*to sculpt*” ou “*to carve*”). A expressão ainda encontra correlação com sua contraparte francesa na expressão “*tout craché*”, cuja tradução literal é “todo cuspido”, também usada para se referir a duas coisas iguais.

Todavia, a expressão em questão (cuspido e escarrado) não confere a ideia de “elegância” e “sofisticação” ao falante e, para isso, recorre-se à falsificação da mesma, de forma a dar-lhe um aparente aspecto erudito. Isto ocorre porque seu aspecto remete especificamente ao falar de “uma classe social desprestigiada, marginalizada, que não tem acesso à educação formal e aos bens culturais da elite, e por isso a língua que elas falam sofre o mesmo preconceito que pesa sobre elas mesmas” (BAGNO, 2007, p. 41). E ao fazer isso, também se mune o então “esclarecido pela verdade oculta da língua” da propriedade para corrigir a fala de outros e assim “civilizá-los”, ou, conforme Bagno (2007, p. 94), “se arroga o direito de ofender, desprezar e ridicularizar os falantes das outras dezenas (senão centenas) de variedades”.

Essa audiência é cativada pela ideia de ser dominada e assim não estar mais na cultura dos marginalizados, assim reproduz os trechos que lhe são convenientes aos que concatenam de suas ideias, naquilo que Wardle e Derakhshan (2017, p. 50 a 53) configuram como “Câmara de Eco”, espaços virtuais projetados por meio de construções algorítmicas, que entregam a seus usuários conteúdos de temáticas e viéses que os agradam, gerando espaços perfeitamente confortáveis e sem confrontos de posições. Vale ressaltar que não há amplo e massivo combate à desordem informacional no campo da cultura popular como há em outras áreas, como geopolítica ou ciências da saúde, o que torna fácil a criação e perpetuação de câmaras de eco que distorcem tais

falsificações da cultura popular. Nesse sentido, também é importante enfatizar, seguindo a metodologia estabelecida por Wardle e Derakhshan (2017, p. 27 a 30), que os intérpretes desse tipo de publicação não demonstram direto interesse em causar danos a outros, todavia, estão imbuídos da intenção de destacarem-se sobre outros indivíduos por meio de sua erudição e suposta cultura civilizada, fator que reflete relações de colonialismo estrutural.

Sobre sobre os produtores da folkfalsificação, entra em voga a questão de porque motivo não apenas abandonam tais referidas expressões, passando a utilizar outras ou até criando novas. O motivo é que, conforme elucidado Foucault (2000, p. 92) palavras são signos arbitrários, pois nossa linguagem não nos pertence, sendo uma atividade coletiva pela qual reconhecemos nossa identidade e a do grupo em que estamos inseridos. A criação de novas expressões ou reinvenção de expressões antigas é utilizada, e com frequência, por diversos grupos, mas isso distancia tais indivíduos da comunicação folk na qual estavam previamente inseridos, o que, por consequência, gera nestes um afastamento comunicativo com seu folclore; uma linguagem que acaba por ser um espelho de seu povo, carregando parte de sua essência e sua história, o que cria uma conexão social com outros indivíduos. Na mesma linha, Lakoff e Johnson (2003, p. 133 a 137) colocam que, por meio destas metáforas da vida cotidiana, continuamente expressas e narradas de geração em geração, pessoas desenvolvem sua forma de viver e perceber o mundo. Isso significa não haver vantagem cognitiva para elas em simplesmente acatar os padrões de outros grupos (vertical ou horizontalmente).

Nessa linha, Beltrão esclarece que “na folkcomunicação cada ambiente gera seu próprio vocabulário e sua própria sintaxe, e cada agente comunicador emprega o canal que tem à mão e melhor sabe operar de modo a que seu público veja refletidos na mensagem seu modo de vida” (BELTRÃO, 1980, p. 40). O autor

ainda expressa que os signos deste sistema muitas vezes se fazem inteligíveis somente aos que concatenam de sua chave cognitiva de decodificação. Assim, o motivo pelo qual são aceitas tais expressões é porque estas são demonstrações da forma de pensar de um povo e sua falsificação é, por si, a falsificação e deslegitimação da própria história e essência deste povo, um ato de dominação cultural.

Conclusões

Ainda que não haja a intenção explícita dos agentes de causar dano aos grupos marginalizados supracitados, esse processo reflete a dominação política e cultural das elites e o preconceito estrutural dentro das próprias camadas marginalizadas, contra si mesmas. Denota-se aqui que a linguagem é apenas o campo de disputa do poder simbólico, sendo o domínio e regulação do uso da palavra, bem como de outras formas de expressão, uma de suas muitas ferramentas de dominação. O preconceito fomenta o desejo pela “aura de sofisticação”, subvertendo a percepção a procurar, em uma apofenia, ou até mesmo por fabricar, falsas origens que remetem a estética erudita, apenas para poder dizer que sua herança e sua própria cognição seriam dignas da mesma estirpe, esquecendo-se que esta não só sempre foi digna de respeito, como carrega dentro de si sua história e seu modo de agir, sentir e pensar. Na mesma linha, Bagno argumenta:

“Por mais que isso nos entristeça ou irrite, é preciso reconhecer que o preconceito linguístico está aí, firme e forte. Não podemos ter a ilusão de querer acabar com ele de uma hora para outra, porque isso só será possível quando houver uma transformação radical do tipo de sociedade

em que estamos inseridos, que é uma sociedade que, para existir, precisa da discriminação de tudo o que é diferente, da exclusão da maioria em benefício de uma pequena minoria, da existência de mecanismos de controle, dominação e marginalização” (BAGNO, 2007, 139 a 138).

A intenção deste trabalho não é o de apresentar uma solução definitiva sobre o tema, uma vez que já há vasta literatura, com autores como Santaella (2018), Wardle e Derakhshan (2017), entre outros, sobre como lidar com a cultura da pós-verdade e da divulgação de falsas notícias, criando bolhas de desinformação. A intenção sempre esteve em introduzir e dissertar sobre o tema da falsificação das origens das manifestações populares e suas raízes coloniais e elitistas, como parte de uma contínua cruzada das elites para subordinar a cultura folclórica e, com isso, manter submissa a identidade das massas.

É preciso assim entender o fenômeno até aqui descrito como folkfalsificação como parte de um paradigma estrutural colonial e elitista, que busca impor uma estética dos dominantes aos marginalizados, usando como ferramenta as desordens informacionais. Através de um processo mascarado como civilizatório, que leva em consideração não apenas o confronto entre classes sociais, mas entre ambientes de dominação e aculturação, esse entendimento caminha para algo mais forte; não somente pela afirmação de Beltrão (1980) de que a folkcomunicação é a “voz dos marginalizados”, como de que o folclore é resistência da alma de um povo por gerações, conectando o passado e o presente em direção ao futuro, uma ancestralidade popular desconectada de laços sanguíneos, e que só por isso, não precisaria ter vergonha de nada.

Referências

ALLPORT, Gordon; POSTMAN, Leo. **The psychology of rumor**. 1ª edição. Nova York: Henry Holt Company, 1947.

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. 49ª edição. São Paulo: Loyola, 2007.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: A comunicação dos marginalizados**. São Paulo: Cortez, 1980.

COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE. **Carta do Folclore Brasileiro**. Salvador: CNF, 1995.

FAGUNDES, Antonio A. **Mitos e Lendas do Rio Grande do Sul**. 5ª edição. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das ciências humanas**. 8ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARCOURT, Houghton; et al. **The American Heritage Dictionary of the English Language**. 3ª edição. Boston: Editors of the American Heritage Dictionaries, 1992

LAKOFF, George. JONHSON, Mark. **Methaphors We Live By**. London: University of Chicago Press, 2003.

PASSOS, Raimundo. Esculpido em Carrara!. **Ordem dos Educadores Cristãos Batistas do Brasil**, 2018. Disponível em: <<https://oecbb.com.br/esculpido-em-carrara/>>. Acesso em 25 set. 2023, às 20:32.

PELEGRINI FILHO, Américo. **Folclore Urbano e Escrito**. Taubaté: Cabral Editora, 2007.

SANTAELLA, Lucia. **A Pós verdade é verdadeira ou falsa?**. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2018.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. 2ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Strasbourg: Council of Europe, out. 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adorno, 131, 133, 134, 135,
136, 137, 138, 139, 140,
141, 147, 148, 149, 150,
152, 153, 158, 159

C

Combate, 12, 16, 17, 25, 28,
30
Comunicação, 5, 7, 29, 30, 35,
95, 157, 205
Covid-19, 17, 30, 36, 52

D

Desinformação, 5, 7, 12, 16,
17, 18, 21, 23, 28, 29, 30,
39, 49, 50, 51, 52, 94, 98,
168, 178

E

Educação, 5, 49, 114, 115, 116,
128, 131, 137, 156, 158, 205
Ensino, 5, 6, 7, 16, 113, 115,
205

F

Formação, 116, 158

G

Gênero, 116, 127

I

Inclusão, 116, 205
Indústria cultural, 98, 133

M

Malinformation, 71
Misinformation, 52, 53, 62, 67,
70, 71

P

Pandemia, 30
Política, 29

V

Verdade, 95, 158, 178

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES

Alessandra Furtado de Oliveira

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologia e Inclusão (PGCTIn) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui graduação em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cataguases (FAFIC/1996), possui pós-graduação (Lato-Senso) em História do Brasil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (1999), atualmente é mestranda no curso de Mestrado Profissional, em Diversidade e Inclusão, pela Universidade Federal Fluminense (CMPDI/UFF). É professora concursada de História da Fundação Pública Municipal de Educação de Niterói.

Célia Maria Adão de Oliveira Aguiar de Sousa

Doutorado em Ciências da Educação. Coordena o Centro de Recursos para a Inclusão Digital (CRID), no IPEleiria. Professora de carreira na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria. Investigadora integrado do Centro de Investigação Interdisciplinar em Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa. Membro da Direção da Sociedade Portuguesa de Engenharia de Reabilitação e Acessibilidade (SUPERA). Professora convidada do Programa em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale e da Universidade de Cabo Verde (UNICV) no âmbito do Mestrado em Educação Especial.

Flávia Silva de Souza

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologia e Inclusão (PGCTIn) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1999) e mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2007). Atualmente é professor da Universidade Gama Filho, enfermeira plantonista do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, auxiliar de coordenação do Centro Universitário Plínio Leite e professora auxiliar do Centro Universitário Plínio Leite.

Francesco Amoretti

Graduado em Sociologia pela Universidade Federico II de Nápoles; Doutor em Ciência Política pela Universidade de Florença. Professor Titular de Ciência Política na Universidade de Salerno, Curso de Licenciatura em Estudos Diplomáticos, Internacionais e de Segurança Global.

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

Doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP-ULBRA) e licenciado em Pedagogia pela UnB. Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e dos cursos de Comunicação Social/Jornalismo e Pedagogia da UFT. Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT).

Gabriel Contini Abilio

Bacharel em Comunicação Social (UFT). Licenciado em História (CLEUCAR). Cursando mestrado acadêmico em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins - PPG-COM.

Helena Carla Castro

Professora Titular da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Niterói, Rio de Janeiro. Atualmente, a pesquisadora é membro permanente do PPBI e do Programa de Patologia da UFF, além de colaboradora dos Programas de Pós-Graduação em Ensino de Biociências e Saúde da Fiocruz-RJ e Pós-graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn//IB-UFF), além do Curso do Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão da UFF.

Igor Arnaldo Soares de Alencar

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn). Universidade Federal Fluminense - UFF. Possui graduação em Gestão de Turismo pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, graduado em

Tecnologia da Informação na Universidade Estácio, mestre na Universidade Federal Fluminense em Turismo.

Jacqueline de Faria Barros Ramos

Graduada em Letras pela Universidade Federal Fluminense (1997), Mestre em Letras pela Universidade Federal Fluminense (2002), Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (2007) e Pós-doutora em Estudos de Linguagem, Educação e Filosofia da Linguagem, pela UFF (2013/2014). Pedagoga, Psicanalista, pelo SEPAI, e Neuropsicopedagoga, cursando novo Pós-doutoramento em Tecnologia, Ciência e Inclusão pelo Programa de Pós-Graduação (PGCETIn), na UFF.

Janaína Silva de Souza

Doutoranda em Ciências, Tecnologias e Inclusão (UFF). Mestre em Diversidade em Inclusão (UFF), Especialista em Leitura e Produção Textual (UFF) e em Gestão Ambiental (UFRJ), Graduada em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa (UFRJ) e formada em Yoga pelo Centro de Desenvolvimento em Yoga (CDYoga). Atua na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, em projetos de Educação Ambiental e de bem-estar e saúde integral, com ênfase no Yoga Integral. Professora dos anos finais do Ensino Fundamental na Secretaria Municipal de Educação de Niterói (SME). Atualmente estou faz parte da Coordenação de Educação em Sustentabilidade e Saúde (CESESS) da Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional da SME- Niterói.

Leonardo Pinheiro da Silva

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF-PGCTIn). Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT-PROFNIT), Especialista em Gestão De Negócios Com Foco Em Competências Comportamentais (BBI of Chicago/Celso Lisboa) e graduação em Tecnologia em Logística (UFT) e Tecnologia em Gestão da Produção Industrial (IFTO). Professor na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

Liziane Guazina

Visiting Scholar na Università degli Studi di Torino. Professora do Programa de Pos-Graduação em Comunicação da UnB. Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília. Líder dos Grupos de Pesquisa Observatorio do Populismo do Século XXI e Cultura, Mídia e Política. Visiting Scholar na Università Degli Studi di Milano. Membro da Rede Nacional de Observatórios da Imprensa (RENOI), da Asociación Latino Americana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC), da International Association for Media and Communication Research (IAMCR), da Brazilian Studies Association (BRASA) e da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólitica)

Márcia Maria e Silva

Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Formou-se doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ - Maracanã), na linha de Infância, Juventude e Educação. cursou mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), na linha de Estudos do Cotidiano da Educação Popular. Tem Especialização em Literatura Infantil (UFF). Possui graduação em Pedagogia (UFF) e Letras (UERJ), tendo trabalhado como Professora e Pedagoga na educação básica por anos. Coordena o Grupo de Estudos Linguagem, Educação, Docência e Diversidade (GELEDD), desenvolvendo pesquisa sobre literatura, escola, saberes docentes e discentes na formação de professores E sócia fundadora da Associação Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica (AIIIPe). Lidera o Projeto de extensão "Escritas e corpos nas licenciaturas: encontros biocêntricos e reescritas de si", na UFF.

Paulo Henrique Freire Boudette Ferreira

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF-PGCTIn). Possui Bacharelado e Licenciatura em Educação Física pela Universidade Estácio de Sá (1997). Licenciatura plena em Pedagogia pelo Centro Univiesitario Cidade Verde (2024) Pós Graduação em Ciência do Treinamento Desportivo (1998), pela Universidade Gama Filho (UGF). Pos graduado em Educação Inclusiva pela Universidade

Aberta do Brasil (IFF - Braganca Paulista - 2023). Mestrado em Ciência da atividade física pela Universidade Salgado de Oliveira (2010). MBA em Gestão de Negócios pelo IBMEC (2004).

Paulo Sérgio Gomes Soares

Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/2012). Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/2004). Licenciado em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/1997). Professor na Universidade Federal do Tocantins. Atua na formação de professores de Filosofia com foco no Ensino de Filosofia. É professor no Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO/UFT) e no Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (UFT/ESMAT).

Robisom Calado Damasceno

Doutor em Engenharia Mecânica - Processos de Fabricação pela UNICAMP (2011). Mestre em Engenharia Mecânica - Processos de Fabricação pela UNICAMP (2006). Engenheiro de Produção Mecânica pela Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP (2001). Pós-Doutorado em Engenharia de Produção pela UNESP de Guaratingueta (2014) e com período na Engenharia Mecânica da Universidade de Coimbra pesquisando Lean Healthcare. Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense – UFF.

Ruth Maria Mariani Braz

Pós-doc no programa de pós-graduação em Ciências, Tecnologia e Inclusão da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Ciências e Biotecnologia, do Instituto de Biologia da Universidade Federal Fluminense; Reconhecido o nível pela Universidade do Minho do doutoramento em ciências da Educação e realizei o doutoramento sanduiche na Universidade do Porto. Graduação em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Sinomar Soares de Carvalho Silva

Doutorando em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn) na Universidade Federal Fluminense. Possui mestrado em Comunicação

e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins, Especialização em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas contemporâneos (UFT) e graduação em Comunicação Social - Jornalismo também pela Universidade Federal do Tocantins

Thaís de Mendonça Jorge

Post-Doctorate Fellow na Universidade da Beira Interior. Doutora em Comunicação e mestra em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Estância Pós-Doutoral na Universidade de Navarra (Espanha, 2009-10). Graduação em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Foi professora na Universidade Federal Fluminense e atualmente é professora da Faculdade de Comunicação/ UnB. Coordenou a Pós-Graduação Faculdade de Comunicação-UnB e a Secretaria de Comunicação da UnB.

Wesley Pereira de Souza

Mestrando em Filosofia (PROF-FILO) pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Graduado em Licenciatura em Filosofia pela Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professor efetivo na Educação Básica da Secretária de Estado da Educação do Tocantins (SEDUC-TO).

ENSINO, COMUNICAÇÃO e DEZINFORMAÇÃO

- Volume I -

(Des)construindo Conceitos

Organizadores:

Gilson Pôrto Jr.

Helena Carla Castro

Sinomar Soares de Carvalho Silva



Observatório
Edições

ISBN: 978-6-59818-207-6



9

786598

182076